

MARIA MARGARIDA COELHO PEREIRA SEBASTIÃO

**Biblioterapia: a Função Terapêutica do Livro
em Ambiente Prisional**

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Documentais no Curso de Mestrado em Ciências Documentais, Variante de Bibliotecas e Centros de Documentação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientadora: Professora Doutora Gisélia Felício

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

ECATI - Departamento de Ciências da Comunicação

Lisboa

2012

EPIÍGRAFE

São os livros uns mestres mudos que ensinam sem fastio, falam verdade sem respeito, repreendem sem pejo, amigos verdadeiros, conselheiros singelos; e assim como à força de tratar com pessoas honestas e virtuosas se adquirem insensivelmente os seus hábitos e costumes, também à força de ler os livros se aprende a doutrina que eles ensinam. Forma-se o espírito, nutre-se a alma, com bons pensamentos; e o coração vem, por fim, experimentar um prazer tão agradável, que não há nada com que se compare; e só sabe avaliar quem teve a fortuna de o possuir.

*Padre António Vieira (1608-1697) S.J.,
(In: Obras Escolhidas, 1951)*

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, “*in memoriam*”, pelo exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Gisélia Felício, por toda a força anímica, sabedoria, orientação, disponibilidade e paciência que me dedicou ao longo deste tempo que com ela trabalhei. Os seus conselhos e estímulos foram imprescindíveis para levar esta tarefa a “bom porto” e a sua sapiência e atitude sempre positiva perante os obstáculos enriqueceram-me bastante tanto a nível pessoal como profissional.

Ao Professor Frank Ulrich Seiler, por todos os conselhos e sugestões que me transmitiu e que ajudaram a elaborar e enriquecer este trabalho. Sem a sua sabedoria e conhecimentos a nível da Biblioterapia, seria impossível ter abordado um tão vasto leque de teorias e filosofias relacionadas com o tema deste estudo.

Aos Doutores José Semedo Moreira, Assunção Júdice e Regina Branco pela colaboração nas matérias referentes às instituições prisionais portuguesas.

Ao meu marido, por todo o apoio, carinho e compreensão, pela constante ajuda e infinita disponibilidade, para além de suporte emocional de todos os momentos, especialmente nos que mais precisei de amparo e estímulo para prosseguir nesta tarefa.

Aos meus Filhos adorados, por terem sido a minha principal fonte de inspiração e de incentivo para este empreendimento. Que, em troca, eu possa ser capaz de lhes transmitir a minha força e coragem para os seus próprios projetos.

A todos os meus familiares, colegas de trabalho e de curso, por terem enaltecido e incentivado vigorosamente este meu “retorno” aos bancos da Escola.

Estão no meu pensamento e no meu coração para sempre.

Um ‘bem-haja’ a todos.

RESUMO

Este trabalho de investigação consiste num estudo empírico sobre uma nova ciência - a Biblioterapia, e a situação mais específica, a sua aplicação em contexto prisional.

Para alcançar este objetivo formulámos a seguinte hipótese: “o livro exerce sobre as pessoas em geral e, de uma forma mais particular, sobre indivíduos em contexto de detenção institucional uma função terapêutica”.

A metodologia adotada para esta investigação assenta essencialmente em fontes documentais textuais e digitais, sobre autores especialistas na matéria, que de uma forma mais precisa se identificam e citam especificamente no capítulo referente à revisão da literatura.

Para atingir o nosso propósito começámos por definir os conceitos de leitura, de leitura terapêutica, de fenomenologia da linguagem, de terapia e de diálogo assim como procurámos saber quais os fundamentos filosóficos e os componentes biblioterapêuticos, público-alvo e áreas com maiores potencialidades de aplicação, benefícios e limitações que norteiam à aplicação da Biblioterapia, nomeadamente, para fins de desenvolvimento pessoal e de alterações comportamentais.

Fez-se igualmente uma análise da evolução do conceito, desde Aristóteles até aos nossos dias. Só com o conhecimento efetivo desta realidade seria possível prosseguir o nosso objeto de estudo.

Entendemos ainda ser importante perceber qual é a situação da leitura em Portugal e as políticas desenvolvidas nesta área pelo Estado, para promover a leitura junto dos estudantes e da população em geral. Apenas assente nestas duas realidades que se entrecruzam, no processo de leitor/livro é possível identificar e relacionar esta problemática em estudo.

Constatamos a existência de dois tipos de Biblioterapia, a Biblioterapia-arte e a Biblioterapia-ciência, identificando algumas das suas características, principalmente o que as aproxima e o que as separa.

Apresentamos um exemplo de uma área reconhecidamente bem sucedida na aplicação da Biblioterapia não-clínica, em instituições prisionais, efetuando uma abordagem às questões mais pertinentes neste campo: os seus aspetos institucionais, os psicossociais e os de reinserção social. Considerámos ainda as recomendações da IFLA para este setor populacional – Guidelines for Library Services to Prisoners.

Ao longo do trabalho e de uma forma transversal realçamos as interrelações biblioterapêuticas entre pacientes, bibliotecários e outros intervenientes no processo biblioterapêutico, tais como médicos e orientadores de leitura.

Finalizamos o trabalho concluindo que a prática de leitura de temas específicos, em qualquer campo de atuação e sob orientação de um elemento profissional com conhecimentos aprofundados tanto em relação às personalidades e problemas dos destinatários como aos materiais que tem à sua disposição – o livro, em sentido lato - pode efetivamente desencadear benefícios terapêuticos nos leitores.

Palavras-chave: Biblioterapia; Bibliotecas Prisionais; Terapia Ocupacional

ABSTRACT

This Dissertation consists of an empiric study about a new science - the Bibliotherapy, specifically its application in the context of a prison system.

To meet its purpose, the following hypothesis was formulated: “the book has a therapeutic effect over people in general and more specifically over individuals in a prison context”.

The methodology chosen to complete this research is based upon documental and digital sources from experts in this matter, who, in a better and more precise manner, will be identified specifically in the chapter concerning the revision of literature.

The concepts of reading, therapeutic reading, language phenomenology, therapy and dialogue have been defined in order to meet the above purpose, simultaneously attempting to recognize the philosophical justifications and the bibliotherapeutical constituent elements, target demography and the areas with the best potential application, its benefits and limits to self improvement and behavioral changes in the individual.

The evolution of the concept has been studied since Aristotle to contemporarily. Only with the effective knowledge of this reality it is possible to continue with this work.

Furthermore it is important to understand the situation of reading in Portugal and the policies taken by the Portuguese governments in this area, in order to promote reading amongst the youth communities and the general population. Only based in these two intercrossing realities, it is possible to identify and to relate the question in study.

Moreover there is to notice the existence of two kinds of Bibliotherapy, the Bibliotherapy-art and the Bibliotherapy-science, some of their similarities and disparities.

The well wrought example of non-clinic Bibliotherapy application in prison institutions is shown by making an approach to the main questions in this field: the institutional, the psychosocial and the social reintegration aspects. Regarding this matter, it has been taken into consideration the IFLA recommendations to this population – Guidelines for Library Services to Prisoners.

All along the research and in a diagonal fashion there is the intention to highlight the bibliotherapeutic relations between patients, librarians and other intermediate people in the bibliotherapeutic process, such as physicians and reading managers.

In conclusion it is shown that reading about specific themes, in any field of action and under the guidance of qualified professional personnel with extensive knowledge of the

receiver's own issues and of the materials available – the book, in an extensive way – can, effectively, lead to therapeutic benefits amongst the readers.

Key-words: Bibliotherapy; Prison Libraries; Occupational Therapy.

SIGLAS

ALA – American Library Association

APEL - Associação Portuguesa de Editores e Livreiros

DGLB – Direção Geral do Livro e das Bibliotecas

DGRS – Direção Geral de Reinserção Social

DGSP – Direção Geral dos Serviços Prisionais

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

DVD – Dinamizar, Visionar, Discutir (Projeto DVD)

GEPE – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação

IFLA - International Federation of Library Associations (and Institutions)

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

LSDP - Libraries Serving Disadvantaged Persons

ONG – Organização Não Governamental

PNL – Plano Nacional de Leitura

ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

UPP – Universidade Popular Portuguesa

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	12
 CAPÍTULO 1 – Biblioterapia: Origem e Evolução do Conceito	 23
1.1 – Origem do Conceito	24
1.2 – Evolução do Conceito	27
 CAPÍTULO 2 – Leitura (Latu Sensu) e Leitura Terapêutica	 30
2.1 – Leitura (Latu Sensu)	31
2.2 - Leitura Terapêutica	32
2.2.1 – Terapia	35
2.2.2 – Diálogo	36
2.2.3 – Abordagem Fenomenológica no Processo de Leitura	37
2.3 - Sociologia da Leitura	40
2.4 – A Leitura em Portugal e o PNL	43
 CAPÍTULO 3 – Biblioterapia: Fundamento Filosófico e Componentes Biblioterapêuticos	 48
3.1 – Fundamento Filosófico: a Identidade Dinâmica	49
3.2 – Componentes Básicas da Biblioterapia	50
3.3 – Biblioterapia: Arte ou Ciência?	52
3.4 – Estágios do Processo Biblioterapêutico	52
3.5 – Público-alvo e Áreas com maiores Potencialidades de Aplicação	54
3.6 – Benefícios e Limitações da Biblioterapia	58
 CAPÍTULO 4 – A Biblioterapia em Ambiente Prisional	 61
4.1 – O Ambiente Prisional e o Sentimento de Exclusão	63
4.2 – A Cultura nas Prisões	65
4.3 – Aspetos Psicossociais na Prisão: a Biblioterapia como Fator de Mudança	69
4.4 – Introdução de Hábitos de Leitura na Prisão	71

4.5 – Implementação de Ações de Promoção da Leitura	71
4.5.1 - A Poesia nas Prisões	72
4.6 – Recomendações da IFLA sobre a Leitura nas Prisões	73
 CAPÍTULO 5 – As Bibliotecas e a Leitura nas Prisões Portuguesas	 81
5.1 – Situação Prisional em Portugal	82
5.2 – A Biblioteca no Sistema Prisional	84
5.3 – Biblioterapia nas Prisões em Portugal	86
 CONCLUSÃO	 89
 BIBLIOGRAFIA	 92
 ANEXOS	 I
Anexo 1 – IFLA : Guidelines for Library Services to Prisoners	II
Anexo 2 – Direção Geral dos Serviços Prisionais	III
Anexo 3 – Direção Geral de Reinserção Social	V

Introdução

O nosso objeto de estudo assenta na seguinte hipótese: “o livro exerce sobre as pessoas em geral e, de uma forma mais específica, sobre indivíduos em contexto de detenção institucional uma função terapêutica”. O estudo levar-nos-á a concluir se a mesma se confirma ou infirma.

A escolha deste tema, para efeitos de estudo da Biblioterapia, está diretamente relacionada com a minha qualificação académica na área da Biblioteconomia e com a experiência adquirida no decorrer da minha atividade profissional em duas bibliotecas escolares e, recentemente, na Biblioteca Nacional de Portugal. Com efeito, a frequência da Pós-graduação em Ciências Documentais 2005-2007 (na ULHT), e, especialmente, o Seminário apresentado pelo Prof. Dr. Frank Ulrich Seiler (docente neste Mestrado) com o título “*Biblioterapia. As bibliotecas curam? Letras curativas*”, que fez parte do programa extracurricular da Pós-graduação, despertou-me um interesse acrescido pelo tema e levou-me a empreender um estudo mais aprofundado sobre esta matéria.

A partir do estudo do percurso histórico da Biblioterapia e a sua aplicação; do efeito terapêutico que o livro exerce sobre as pessoas em geral e sobre os detidos em particular; do papel das bibliotecas e dos bibliotecários na aplicação desta terapêutica, procurarei:

- A) Determinar os benefícios do resultado das leituras dirigidas para fins de desenvolvimento pessoal com os leitores em geral;
- B) Determinar os benefícios do resultado das leituras dirigidas para a obtenção das alterações comportamentais no que respeita aos reclusos;
- C) Transversalmente, ao longo do trabalho, realçar as inter-relações biblioterapêuticas entre pacientes/destinatários, bibliotecários e outros intervenientes neste processo, tais como médicos e orientadores de leitura, destacando-os como facilitadores naturais na aplicação da Biblioterapia, em especial na “Biblioterapia-arte”.

É assim propósito deste trabalho de investigação, identificar o impacto da leitura numa camada particular da população, especificamente em indivíduos detidos, com livros selecionados, de acordo com a tipologia dos destinatários. De uma forma mais ampla e integradora, iremos abordar outras áreas de atuação, bem como as teorias, definições e conceitos em que assentam os princípios em análise.

Desde a infância, somos influenciados e até condicionados pelo que lemos e ouvimos, e isso acontece ao longo de toda a vida. Contos infantis e juvenis, romances, livros escolares,

obras científicas, todos contribuem aos poucos, mais ou menos conscientemente, para o desenvolvimento da nossa personalidade, das nossas atitudes e comportamentos, de acordo com estudos científicos na área das neurociências.

Ao longo da minha vida enquanto leitora, a partir dos 5-6 anos, sempre adotei uma posição muito ativa perante os livros e a leitura, um gosto pela aprendizagem e pela apreensão do conhecimento, até ao presente, o que incluiu a frequência da Universidade já na idade adulta. Deste modo, e apesar de condicionalismos de variada ordem, etária, financeira, geográfica, familiar, entre outros, creio ser esta dissertação mais uma manifestação do meu interesse pelos livros e pela leitura. Posso assim deduzir que, tal como (quase) todos os indivíduos, fui e continuo a ser alvo do ‘encantamento’ e da ‘magia’ que a leitura exerce sobre a personalidade do ser humano e que não é só o seu aspeto cognitivo/objetivo que me tem guiado mas também o plano das emoções/subjetivo tem sido estimulado através da leitura no meu percurso vivencial.

No desempenho de funções de técnica bibliotecária durante cinco anos na Escola Secundária Damião de Goes de Alenquer adquiri, em especial, o gosto pela ajuda e interação com os nossos utilizadores, na sua maioria adolescentes entre os 15 e os 20 anos, e assim, fazer sentido esta incursão no mundo da Biblioterapia. Por tudo isto decidi aprofundar os meus conhecimentos nesta área e observar até que ponto este tema está ligado à prevenção-reabilitação dos leitores-pacientes, particularmente nas áreas da educação, da saúde e da exclusão social, principalmente em contexto prisional, bem como divulgar os seus benefícios, para que esta disciplina possa vir a ter um maior impacto a nível nacional, independentemente do campo e da eventual forma de aplicação no terreno.

Propomo-nos investigar a Biblioterapia nas suas duas vertentes mais conhecidas, como arte e como ciência, confirmar a mais-valia que representa o papel do bibliotecário nesta área e o valor da sua interação com os parceiros nas áreas da saúde, da educação e da exclusão, entre outras, e ainda a centralização da sua atividade na garantia da satisfação das necessidades dos destinatários (como pacientes ou como simples leitores), tendo como base a utilização de materiais literários, especialmente selecionados, sem descuidar as componentes ética e terapêutica que envolvem todo o processo. Enfim, assumimos o bibliotecário/orientador de leitura não como um simples intermediário, mas como um **mediador** de conhecimento na aplicação da arte da Biblioterapia.

Acreditamos ser privilégio (mas também obrigação) dos bibliotecários utilizarem os meios de que dispõem nas Bibliotecas e Centros de Documentação e Informação especializados na

área onde desempenham a sua atividade profissional, como uma mais-valia para os seus clientes-(pacientes), tendo sempre presente que a atualização constante dos conhecimentos e competências e o uso de bom senso na experiência diária é a mais preciosa ferramenta que pode ser utilizada.

Na prática do dia-a-dia todos reconhecemos que existem algumas áreas específicas que são possíveis alvos da nossa intervenção, nomeadamente em situações relacionadas com a saúde dos leitores, (ou a falta dela), e em especial a saúde mental, e respetivo tratamento e/ou cura.

Igualmente no campo da educação é valioso o apoio desta terapia, sobretudo para os professores que se debatem com turmas difíceis ou então com alguns elementos ‘diferentes’.

É também neste âmbito que surge a Biblioterapia - e os biblioterapeutas - como alternativa/complemento aos médicos e psicólogos, preferencialmente trabalhando em conjunto, no âmbito da prevenção ou da terapia efetiva.

Basicamente, a Biblioterapia consiste numa terapia através da leitura de livros, quer em formato tradicional quer noutros suportes, como o digital, e que proporciona o diálogo entre o autor e o leitor, através do seu conteúdo e da interação que se constrói entre ambos.

Podem ser suporte para a aplicação da Biblioterapia livros de romances, poesias, peças teatrais, livros cómicos, na área de filosofia, ética, religião, arte, história e mesmo literatura científica.

O nosso estudo pretende, assim, funcionar como um estímulo para a reafirmação da importância que a leitura representa para o desenvolvimento desta terapia.

Desta forma, surgem-nos várias questões, objeto de reflexão, ao longo do nosso trabalho, procurando identificar de que forma a leitura e os livros podem contribuir para a evolução do desenvolvimento pessoal de crianças e adultos, com ou sem deficiência, ou na modificação dos comportamentos ‘menos de acordo com as regras da sociedade’, como é o caso dos indivíduos em situação de detenção. Ao efetuarmos o estudo relativamente a estes indivíduos observamos que a terapia através da leitura não possui apenas sentido curativo mas que pode implicar também uma atitude preventiva, e não só neste caso específico mas em todos os campos de atuação.

A bibliografia portuguesa sobre este assunto ainda é muito diminuta, por isso utilizámos em grande parte, conceitos extraídos de bibliografia estrangeira, tanto em suporte papel como em suporte digital.

Metodologia de Investigação

Este trabalho cumpre as Normas para a elaboração e apresentação de teses e dissertações da ULHT, incluídas nos Estatutos da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, alínea a), artigo 12º.

Para citações e referenciação bibliográfica adotou-se a norma NP 405-1, a norma NP 405-3 e a norma NP 405-4, respetivamente para documentos impressos, documentos não publicados e documentos eletrónicos.

Para início deste estudo, houve que fazer o estado da arte através de uma exaustiva **revisão da literatura** sobre esta área específica, que, mesmo sem a sua designação atual, aparece, subjacente e implícita em literatura diversa ao longo dos tempos, hoje já através de ‘*e-books*’ e de outros modernos recursos documentais, textuais ou digitais. Para o seu desenvolvimento contribuiu essencialmente o enorme desejo do ser humano em encontrar estratégias para a cura dos seus males, tanto físicos como do espírito. Por isso foi procurando ajuda por todos os meios ao seu alcance e descobrindo formas de atenuar as adversidades.

Uma dessas formas mais elementar e acessível resulta do ouvir contar/ler histórias e da interiorização subsequente dos enredos e das personagens, em especial das que possuem características idênticas às suas, tomando-as como exemplo de vida e cuja influência opera mudanças nos seus comportamentos e em geral melhora a sua qualidade de vida.

Foi assim desde a antiguidade e continuamos a acreditar, com base nas leituras realizadas, que se mantêm até hoje. Apresentamos de seguida, cronologicamente, as formas que a Biblioterapia foi assumindo ao longo dos tempos, para percebermos o seu percurso e novas formas de aplicação, sempre com base nos autores de referência sobre esta área temática.

O testemunho mais antigo conhecido vem de Homero (850 a.C.). Ele divinizou as terapias orais atribuindo-as aos deuses e heróis mitológicos. Na sua época havia templos destinados às terapêuticas, com ou sem a intervenção dos sacerdotes, onde a cura acontecia através de rezas e cânticos (*ensalmar*). (BROWN, 1975, p. 13).

A arte de ‘*ensalmar*’, as fórmulas mágicas dos feiticeiros africanos, os amuletos, até a reza do terço (recomendada pela Virgem Maria aos Pastorinhos, segundo a crença católica), são tudo formas onde a linguagem, a doença e a cura operam uma interseção entre si e se transformam em emoções catárticas.

Vários autores, entre os quais Clarice Fortkamp Caldin¹ (2001), referem a *Poética* de Aristóteles (384-322 a.C.), como um marco para a tomada de consciência dos benefícios terapêuticos da prática da leitura. Efetivamente, o filósofo grego acreditava na purificação da alma pela catarse (purificação) e transmitiu-nos essa teoria através das tragédias clássicas.

Na Roma Antiga, refere Eleanor Frances Brown² (1975, p. 13), já se praticava a Biblioterapia, mencionando que Aulus Cornelius Celsus, enciclopedista e médico romano, recomendava a leitura dos grandes oradores latinos para que os seus concidadãos desenvolvessem a capacidade crítica.

No seu livro *Ler, pensar e escrever*, Gabriel Péri³ (1962) afirma que o filósofo grego Sócrates (469-399 a.C.) encarava a filosofia como uma terapia intelectual que auxiliava os homens a cultivarem a inteligência e a encontrarem o equilíbrio interior.

Caldin (2001) refere que a Biblioterapia clássica acreditava na possibilidade de ocorrer a cura de certas doenças através da leitura ou da audição de textos literários. Declara esta autora que “[...] toda a experiência poética é catártica e que a libertação das emoções produz uma reação de alívio da tensão que purifica a psique, com valor terapêutico [...]”.

Na antiguidade europeia, com Cícero e Séneca⁴, desenvolveram-se as *Cartas de Consolo*, género literário próprio, em que os temas eram o amor, o abandono ou o luto, porque as pessoas sentiam a necessidade de encontrar a palavra certa para provocar no outro o alívio dos seus problemas (PEREIRA, 1996).

Na Idade Média a leitura da Bíblia⁵ e de outros tratados religiosos impunha-se em hospitais e escolas como forma de bálsamo para os espíritos atormentados.

No século XVIII, pela Europa fora, os movimentos filantrópicos promoveram uma enorme campanha a favor da leitura, levando-a aos hospitais psiquiátricos, os quais até então eram apenas depósitos de doentes mentais de quem ninguém queria aproximar-se

¹Pesquisadora brasileira doutorada na área da biblioterapia. [Consult. 2010-02-09]. Disponível em WWW:<URL:<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhepesq.jsp?pesq=4813538837465074>>.

²Professora de inglês; tornou-se bibliotecária-chefe na Deschutes County Library em Bend, Oregon. Escreveu vários livros sobre biblioteconomia e bibliotecas. [Consult. 2011-12-29]. Disponível em WWW:<URL:<http://janebadgerbooks.co.uk/usa2/eleanorbrown.html>>.

³Dedica-se a fazer palestras/cursos em escolas e faculdades, empresas e ongs, livrarias, bibliotecas e editoras, sobre temas relacionados à arte de ler, pensar, escrever e ensinar. É professor universitário, lecionando aulas de Comunicação Visual, Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Literatura Infantil, no Centro Universitário São Camilo, São Paulo, Brasil. [Consult. 2011-12-29]. Disponível em WWW:<URL:http://pt.wikipedia.org/wiki/Gabriel_Periss%C3%A9>.

⁴Filósofos romanos do início da era cristã.

⁵Referido por PEREIRA, Marília M. Guedes. *Biblioterapia : proposta de um programa de leitura para portadores de deficiência visual em bibliotecas públicas*. João Pessoa (Brasil): Ed. Universitária, 1996. [Consult. 2011-12-29]. Disponível em WWW:<URL:http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/944/1/2009_Leandro_Lopes_Trindade.pdf>.

(ROUSSEAU, 1762). Estes movimentos podem ser considerados os precursores da assistência social tal como a conhecemos nos nossos dias, voluntários que liam para os que não o podiam fazer por si sós, e para que todas as pessoas pudessem conhecer a Palavra Sagrada. Estas ações, aliadas à anterior invenção de Gutemberg no século XV, desencadearam uma afeição pela leitura, redescobrimo nela o prazer já encontrado na tradicional forma oral dos contos e lendas, porque o ato de ler gera nas pessoas o desejo de encontrar respostas às suas questões e entrelaça nelas informações novas que vão repercutir-se em novas atitudes perante os obstáculos que têm de enfrentar na vida.

Este movimento humanitário para desenvolvimento da leitura nos hospitais com objetivos terapêuticos, teve um eloquente aderente, já atrás mencionado, Jean-Jacques Rousseau, provocando um grande impacto na sociedade da época ao publicar em 1762 o seu romance autoterapêutico ‘Émile ou de l’éducation’, onde afirma no prefácio: “[...] l’écrit comme un besoin thérapeutique”.

No século XIX deram-se grandes avanços nesta área com Sigmund Freud (1930) e outros psicanalistas que iniciaram a defesa da leitura sistemática nos hospitais e clínicas pois esta predispunha os doentes a aceitarem melhor as terapias, para além de os divertir e melhorar a sua qualidade de vida, e ainda demonstrava que o hospital tinha interesse pela cura dos seus pacientes. Nesta altura também se percebeu a necessidade de encontrar o livro adequado à tipologia específica de cada doente.

Em 1916, Samuel McChord Crothers⁶ (1857-1927) instituiu o termo Biblioterapia, como o mais exato para identificar esta forma de tratamento.

Sobre a fenomenologia da leitura referimos o filósofo Maurice Merleau-Ponty (1908-1961)⁷ que, nos anos 50 nos diz, a propósito da ‘fala falante’, que “se atribuem à leitura possibilidades terapêuticas...”.

Outro grande ‘fenomenologista’ foi Wolfgang Iser (1926-2007). A sua teoria revela o processo de leitura como um fenómeno existencial, ou seja, a memória do sujeito nunca mais assumirá a antiga perceção depois de ler e apreender as mensagens implicadas no texto; mais, terá adquirido uma fusão de novas emoções decorrentes da assimilação do momento atual com as experiências já vividas anteriormente.

Em meados do século XX, Caroline Shrodes⁸ (1950) define Biblioterapia como sendo um

⁶Ensaísta americano na área da Teologia e Biblioterapia. [Consult. 2012-02-09]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.readbookonline.net/books/Crothers/587/>>.

⁷Filósofo. [Consult. 2012-05-18]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.infoescola.com/filosofia/a-filosofia-de-merleau-ponty/>>.

processo de “interação dinâmica entre a personalidade do leitor e a literatura”, conceito que já se aproximava bastante da realidade de hoje.

Mencionamos ainda Angela Maria Lima Ratton⁹ (1975, p. 175) que refere que a Biblioterapia pode e deve ser usada na Educação, e os professores devem usar livros não apenas de caráter didático mas também lúdico, para desenvolver atitudes e preparar os alunos para enfrentar os problemas da vida.

A bibliotecária brasileira Maria do Socorro Azevedo Felix Fernandez Vasquez¹⁰ (1989, p. 40, 51) aconselha o recurso à Biblioterapia na área da Medicina, aplicada “a pessoas com problemas emocionais ou comportamentais e devendo ser conduzida por médicos e bibliotecários em conjunto”¹¹. Recomenda a leitura nos hospitais como profilaxia, reabilitação e terapia propriamente dita (Biblioterapia-ciência).

A mesma opinião da autora anterior tem Stela A. da Silva¹² (1992, p. 6), investigadora na área da medicina biblioterapêutica, indicando que o processo de hospitalização fragiliza emocionalmente os doentes provocando-lhes *stress* e afetando todo o seu sistema de vida, e daí “aconselhar a leitura como meio de minimizar esse *stress* e facilitar o tratamento médico”¹³. Idênticas concepções têm Juracy N. de Farias (1981, p. 3), Clarinda Takito (1985, p. 45) e Magrid Beuter (1996, p. 16), que são mestres em enfermagem; são unânimes em relembrar que a leitura torna a hospitalização menos agressiva e dolorosa. Ao ler, o paciente cria um universo independente onde mergulha num mundo novo de fantasia, “embarca” numa viagem onde se desliga de problemas, angústias, medos e incertezas, contribuindo assim para

⁸Caroline Shrodes foi a primeira PhD em Biblioterapia. [Consult. 2012-02-09]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.slideshare.net/doritchka/biblioterapia-sala-de-leitura-salim-miguel>>.

⁹Investigadora brasileira na área da Biblioterapia. [Consult. 2012-02-09]. Disponível em WWW:<URL: www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=16049>.

¹⁰Bibliotecária, Diretora da Biblioteca Setorial do Campus IV, Brasil. [Consult. 2012-02-13]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/604527/dou-secao-2-11-05-2005-pg-15>>.

¹¹VASQUEZ, Maria do Socorro Azevedo Felix Fernandez (1989), **Biblioterapia para idosos : um estudo de caso no Lar da Providência ‘Carneiro da Cunha’**. Paraíba: Universidade Federal. Dissertação de Mestrado, in ROSA, Aparecida Luciene Resende, **As cartas de Ana Cristina César : uma contribuição para a Biblioterapia** [Em linha]. Brasil: Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações, 2006. 71 p. Dissertação de mestrado. [Consult. 2011-01-19]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.unincor.br/pos/cursos/MestreLetras/arquivos/dissertacoes/APARECIDA%20LUCIENE%20RESENDE%20ROSA.pdf>>.

¹²SILVA, Stela A. da (1992), **A pessoa enferma e a hospitalização : o enfermeiro nesse contexto**. Rio de Janeiro: Universidade Federal. Dissertação de Mestrado, in SEITZ, Eva Maria, **Biblioterapia : uma experiência com pacientes internados em clínicas médicas**. Revista ACB [Em linha]. Vol. 11, No 1 (2006). [Consult. 2011-03-23]. Disponível em WWW:<URL: <http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/viewArticle/452/567>>.

¹³Investigadora na área da medicina biblioterapêutica. [Consult. 2012-02-13]. Disponível em WWW:<URL: http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/63699_7147.PDF>.

o alívio das tensões emocionais e bem-estar mental do paciente. Estes autores recomendam a aplicação desta terapia apenas em contexto hospitalar e sob orientação médica (Biblioterapia-ciência).

Acerca do poder da leitura explica Luzia de Maria¹⁴ (1994, p. 175): “[...] ler é uma experiência. Ler sobre uma tempestade não é o mesmo que estar na tempestade, mas ambas são experiências [...]”. Ela afirma que o ato de ler proporciona a possibilidade de diálogo interior para além do tempo e do espaço, pois é a exploração de experiências variadas, quando não podemos vivenciá-las realmente.

Na sua obra *Biblioterapia*, Marc-Alain Ouaknin (1996)¹⁵ contribuiu de forma destacada para o desenvolvimento desta disciplina, onde defende a “identidade dinâmica do indivíduo” ou seja, através das histórias, lidas ou ouvidas, o leitor adquire a possibilidade de mudar a trajetória inicial da sua própria história.

Jan Grubb Philpot (1997)¹⁶ efetuou experiências de leitura dirigida com fins específicos para crianças e adolescentes com problemas de adaptação ao grupo a que pertencem na escola, nomeadamente em contexto de sala de aulas, e obteve resultados muito positivos no que respeita à integração dessas crianças no próprio grupo e na forma mais realista como passaram a encarar os problemas dos seus quotidianos. Esta abordagem tem por base ‘encontrar o livro certo, para a criança certa, no momento mais oportuno’¹⁷. Este autor descreveu em livro a sua própria experiência com os seus alunos, que lhe confere um caráter muito real, por ser uma experiência contada na primeira pessoa.

A filóloga Carolina Wilhelma Michaëlis de Vasconcelos¹⁸ (1998, p. 699), autora de um dicionário de referência, nele define a palavra **introspeção**, uma das componentes biblioterapêuticas, como a “descrição da experiência pessoal em termos de elementos e atitudes, e a observação, por uma determinada pessoa, dos seus próprios processos mentais”.

¹⁴ Professora na área da leitura e formação de leitores. [Consult. 2012-02-13]. Disponível em WWW:<URL: [¹⁵ Filósofo francês nascido em 1957, diretor do Centre de Recherches Et Juives d'Études, em Paris, e professor de literatura comparada na Universidade Bar-Ilan, em Israel. \[Consult. 2012-02-13\]. Disponível em WWW:<URL://en.wikipedia.org/wiki/Marc-Alain_Ouaknin>.](http://www.google.com/search?hl=pt-PT&q=Constitui%C3%A7%C3%A3o+do+leitor+luzia+de+maria&oq=Constitui%C3%A7%C3%A3o+do+leitor+luzia+de+maria&aq=f&aql=&gs_sm=3&gs_upl=13126116642101184081151151010101012031190910.12.111310>.</p></div><div data-bbox=)

¹⁶ Professor primário americano que investiga na área da Biblioterapia com crianças.

¹⁷ *Bibliotherapy for classroom use* (1997).

¹⁷ Professor primário americano que investiga sobre Biblioterapia com crianças.

¹⁸ Filóloga da língua portuguesa. Foi crítica literária, escritora, lexicógrafa, tendo sido a primeira mulher a lecionar numa universidade portuguesa, a Universidade de Coimbra. Teve igualmente grande importância como mediadora entre a cultura portuguesa e a cultura alemã.

Autora da dissertação de mestrado *A leitura na prisão*, Isilda Maria da Conceição Magalhães Lourenço Afonso¹⁹ (2000) nela fez um estudo aprofundado com indivíduos portugueses detidos e concluiu que, se forem facultados os meios adequados às instituições prisionais, através das diversas Direções Gerais (DGSP, DGRS) existentes para esse fim, a maioria dessas pessoas podem ser reabilitadas e reintegradas com normalidade na sociedade, o que é, afinal, o resultado máximo que se espera de uma detenção-punição.

Caldin²⁰ (2001) defendeu na sua dissertação de mestrado²¹ que “a Biblioterapia é uma indicação de leitura que auxilia a desenvolver a maturidade mental, que esta leitura ajuda o leitor a verificar que há mais do que uma solução para os seus problemas e que há outras pessoas com dificuldades idênticas, ajudando deste modo na resolução destas dificuldades”. Esta autora recomenda uma forte cooperação entre bibliotecários e psicólogos pois entende que esta terapia é um serviço que deve ser prestado pelas bibliotecas. Este é um novo conceito que define os contornos da Biblioterapia moderna, com a inclusão do bibliotecário neste processo terapêutico (Biblioterapia-arte).

A bibliotecária brasileira Danielle Thiago Ferreira²² (2003), na sua obra *Biblioterapia: uma prática para o desenvolvimento pessoal*, estabeleceu algumas diretrizes básicas para o desenvolvimento da aplicação do processo biblioterapêutico tais como as competências profissionais, a formação de grupos orientadores de diversas áreas e a preparação do material, de acordo com o perfil dos pacientes.

No âmbito da sua dissertação de mestrado *Linguagem, Cultura e Discurso* Aparecida Luciene Resende Rosa²³ (2006, p. 35, 37) projetou quatro metas a serem atingidas com a Biblioterapia que são “o enriquecimento cultural, um auxílio para a introspeção, uma melhor percepção dos sentimentos pessoais e uma maior compreensão da realidade do indivíduo”.

¹⁹Professora do ensino secundário, tradutora, fez um mestrado em Educação. [Consult. na Base de Dados da Biblioteca Nacional de Portugal em 2010-02-13].

²⁰Bacharelou-se em Biblioteconomia (1992) pela Universidade do Estado de Santa Catarina, é especialista em Organização e Administração de Arquivos e professora efetiva do Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. [Consult. 2012-02-13]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.ced.ufsc.br/bibliote/expo/clarice.html>>.

²¹Tít. da Dissertação: A poética da voz e da letra na literatura infantil (2001).

²²Bibliotecária (Unicamp-Biblioteca Central). Mestre em biblioteconomia e ciência da informação pela PUC-Campinas, Brasil. [Consult. 2012-02-13]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n1/15972.pdf>>.

²³Mestrado em Letras, área de especialização: Linguagem, Cultura e Discurso. [Consult. 2012-02-13]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.unincor.br/pos/cursos/MestreLetras/arquivos/dissertações/APARECIDA%20LUCIENE%20RESENDE%20ROSA.pdf>>.

Sobre o tema da leitura, María Clemente Linuesa²⁴ (2007) escreveu: “[...] a leitura é o paraíso onde se mistura o real e o imaginário [...], e, o que quer que estejamos a ler, por mais fantástico que seja, para nós é real naquele momento [...]”. Daqui se infere que a absorção que se opera no indivíduo possa trazer grandes alterações benéficas no seu comportamento e atitudes.

Referimos ainda M. H. H. Alves (1982), G. Katz (1992) e M. A. L. Cruz (1995), três investigadores na área da Biblioterapia, que são unânimes a reforçar a ideia de que esta terapia específica possui variadíssimas oportunidades de desenvolvimento e possibilidades infinitas na sua aplicação, especialmente com recurso às facilidades tecnológicas atuais. Acrescentam estes autores que é um campo de atuação profissional que envolve médicos, psicólogos, educadores, bibliotecários, assistentes sociais, psiquiatras e terapeutas de diversas correntes e, desde que haja cooperação entre todos, será cada vez mais uma preciosa ajuda a simples leitores ou a pacientes.

Como referência na área da Sociologia da Leitura apontamos Diogo Ramada Curto (2006)²⁵, historiador e doutorado em Sociologia Histórica. Atualmente a lecionar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dirigiu uma coletânea de textos intitulada “Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX”. Esta coletânea de textos retrata a evolução da leitura em Portugal no século XX observada sob o ponto de vista histórico-sociológico. Nela se faz referência, entre outros, a Bento de Jesus Caraça (1901-1948)²⁶, considerado o sociólogo “mentor da cultura de massas no nosso país nos anos 30”²⁷; por esta razão optámos por incluí-lo no capítulo dedicado à origem e evolução do conceito de leitura, dada a sua influência decisiva na massificação da leitura em Portugal a partir dos anos 30.

Para concretizar, descrevemos uma reportagem da RTP na prisão de Caxias que registou um encontro entre detidos e um autor literário a falarem sobre a necessidade do incremento da

²⁴Professora titular de Didáctica e Organização Escolar na Universidade de Salamanca. Publicou diversos livros e numerosos artigos, individualmente e em colaboração, sobre o tema da leitura. [Consult. 2012-02-13]. Disponível em WWW:<URL: http://www.edicoespedago.pt/loja/autores_detalle.asp?departmentid=149>.

²⁵ CURTO, Diogo Ramada, dir. **Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2006, 1036 p.

²⁶Professor catedrático da cadeira de «Matemáticas Superiores - Álgebra Superior. Principios de Análise Infinitesimal. Geometria Analítica». Sociólogo e lutador anti-fascista. [Consult. 2010-03-10]. Disponível em WWW:<URL: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p19.html>>.

²⁷In: Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2006, p. 840.

literacia naquele local e outros idênticos e um estudo efetuado por Leandro Lopes Trindade²⁸ (2009), com indivíduos detidos numa Instituição prisional brasileira, mais propriamente no Centro de Internamento e Reeducação – Biblioteca Nova Vida, no Distrito Federal de Brasília. Apesar da realidade das prisões brasileiras ser algo distinta da das portuguesas, por diferenças de ordem cultural, social, económica, entre outras, há certamente pontos em comum entre as duas realidades, que gostaríamos de assinalar.

Referimos as Direções Gerais dos Serviços Prisionais e de Reinserção Social como garantes estatais dos direitos dos prisioneiros, enfatizando o seu papel na condução da educação das pessoas detidas bem como da sua posterior ressocialização.

Tendo em consideração o conjunto de autores, entidades e atividades atrás referidos, independentemente do seu contexto profissional e experiencial, todos apontam para a mais-valia que representa o recurso a esta nova realidade da Biblioterapia, ainda tão pouco reconhecida e implementada globalmente, apesar das provas dadas em terreno e dos benefícios que representa tanto a nível individual como coletivo.

Estruturação do Estudo

Quanto ao percurso expositivo e à forma de organização interna deste trabalho, o mesmo consta de uma parte introdutória onde se formula a hipótese de estudo, ao qual se seguem os diferentes capítulos, que vão desde a definição e percurso histórico desta realidade até aos fundamentos filosóficos e componentes biblioterapêuticos e, por fim, à análise concreta da aplicação em contexto prisional.

Finalmente, na conclusão, apresentamos os resultados da nossa investigação como forma de resposta à hipótese inicialmente colocada deixando sugestões que se pensa poderem vir a ser usadas como pistas para futuros desenvolvimentos ao nível de posteriores investigações, fazendo referência às novas tecnologias, nomeadamente a ‘Webterapia’.

²⁸Tecnólogo em Gestão Pública. Bacharel em Biblioteconomia. [Consult. 2012-02-13]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/adequacao-contratos-publicos/30682/>>.

CAPÍTULO 1

Biblioterapia: Origem e Evolução do Conceito

O objetivo deste capítulo é o de fazer uma análise sobre a origem e a evolução da técnica psicoterapêutica, definida por vários autores como ‘uso terapêutico da leitura’ e que, a partir de 1916, Samuel Crothers incorporou na linguagem científica como Biblioterapia. Vamos tentar expô-la de forma simples e concreta, mas relacionando-a ‘dialogicamente’ com textos e contextos dos autores que escolhemos como referência para o nosso trabalho.

Iniciamos com uma citação de Marc-Alain Ouaknin que define a Biblioterapia deste modo:

A Biblioterapia é primariamente uma filosofia existencial e uma filosofia do livro, que sublinha que o homem é um ser dotado de uma relação com o livro. Dessa forma, essa relação com o livro – [através da] leitura – permite ao homem compreender o texto e compreender-se. O leitor, ao interpretar, passa a fazer parte do texto interpretado. A interpretação é a junção da explicação objetiva do texto e da sua compreensão subjetiva. A interpretação descobre um outro mundo, o mundo do texto, com as variações imaginativas que a literatura opera sobre o real. A Biblioterapia, portanto, propõe práticas de leitura que proporcionem a interpretação dos textos (OUAKNIN, 1996, p. 200).

1.1 – Origem do Conceito

“Para os americanos é ‘book therapy’, para os franceses é ‘livre thérapie’”. (PERISSÉE, 2004)²⁹.

De acordo com Caldin (2001), podemos afirmar que existe uma ‘terapia por meio dos livros’. Tal terapia tem o nome específico de Biblioterapia, palavra com origem em dois termos gregos: *biblion* – livro, e *therapeia* – tratamento.

Diz-nos Perissé acerca de terapia:

Terapia é ‘cuidado’ no sentido mais amplo possível, é atenção, é encaminhamento para a cura, é busca da saúde e da salvação. Retomando as origens etimológicas, o verbo latino *colere* expressa todos os tipos de cultivo, incluindo o culto religioso. Sócrates encarava a filosofia como uma terapia intelectual, que auxiliava os homens a cultivarem a inteligência e a vontade, recuperando o caminho do equilíbrio interior (PERISSÉE, 2004).

Como já referimos anteriormente, ‘*biblio*’ é a raiz etimológica de palavras usadas para designar qualquer tipo de material bibliográfico ou de leitura, e ‘*terapia*’ significa cura ou restabelecimento. A Biblioterapia é vista como um processo interativo entre essas duas palavras, resultando objetivamente como uma incorporação bem sucedida de valores e ações. Este processo é amplo e inclui todo o tipo de materiais, incluindo os não convencionais.

Como também já referimos, foi em 1916 que o americano Samuel McChord Crothers criou o termo ‘Biblioterapia’ para denominar esta terapia específica, publicando um artigo

²⁹[Consult. 2011-12-29]. Disponível em: WWW:<URL:
http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=18&Itemid=53>.

sobre esta matéria na revista científica *The Atlantic Monthly*. "He coined the term Bibliotherapy in this article"³⁰.

Em 1930, nos Estados Unidos, foi fundada a '*Menninger Clinic*' onde a leitura era utilizada com efeitos terapêuticos e onde pela primeira vez um bibliotecário foi designado biblioterapeuta. Até hoje, esta clínica é muito conceituada na área da Biblioterapia: "Menninger is a leading psychiatric hospital dedicated to treating individuals with mood, personality, anxiety and addictive disorders, teaching mental health professionals and advancing mental healthcare through Bibliotherapy researches".³¹

De um modo geral, e de acordo com inúmeros registos literários, pode-se considerar a Biblioterapia como sendo uma prática que utiliza livros ou temas específicos de leitura que auxiliam crianças, adolescentes ou adultos a lidarem com os seus problemas, físicos ou emocionais. Basicamente, opera a partir do momento em que o leitor se depara com uma personagem interveniente no texto e se identifica com ela e, ao interagir e participar dessa experiência, acaba por encarar (e resolver) o seu próprio problema.

Ainda segundo Caldin (2001), "[...] é uma leitura dirigida ou discussão em grupo, que favorece a interação entre as pessoas, levando-as a expressarem os seus sentimentos, os receios, as angústias e os anseios".

Margareth Hasse (2004)³² expõe algumas definições para Biblioterapia formuladas por diversos autores que foram por si analisadas:

[...] pode ser definida como um processo de interação dinâmica entre a personalidade do leitor e literatura [...], interação que pode ser utilizada para avaliação, ajustamento e crescimento pessoal [...]. Citando o Correctional Service of Canada, é como uma forma de "dieta psicológica" prescrita por meio da leitura de livros equivalente a uma prescrição médica. Essas leituras têm como objetivo favorecer o desenvolvimento da maturidade e sustentar a saúde mental [...]. Citando Pardeck, é uma técnica para uma interação estruturada entre um facilitador e um participante baseada na participação mútua da leitura de um texto literário [...]. Citando Cohen (1992) é o uso terapêutico de literatura com a condução ou intervenção de um terapeuta [...]. Citando Schlieter é um processo de interação dinâmica entre um indivíduo e a literatura através de um diálogo facilitado (ROSA, 2006).

Ratton (1975, p. 200) refere que "[...] o livro é capaz de proporcionar uma série de benefícios, destacando o aumento da autoestima, o desenvolvimento de atitudes sociais

³⁰CROTHERS, S.McC., "A Literary Clinic", *The Atlantic Monthly*, Vol.118, No.3, (September 1916), p. 291-301. [Consult. 2011-04-04]. Disponível em: WWW:<URL:

http://en.wikipedia.org/wiki/Samuel_McChord_Crothers>.

³¹[Consult. 2011-04-04]. Disponível em: WWW:<URL:<http://www.menningerclinic.com/index.aspx>>.

³²Disponível em WWW:<URL:http://tede.utp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=9>.

desejáveis e a escolha de valores facilitados pela identificação com personagens, e estímulo para a criatividade”.

Sobre o **poder da palavra**, Pintos (1999) afirma que “há dois elementos que assumem uma importância terapêutica: 1) o valor da palavra pelo seu caráter ético e estético, da mensagem e da forma, e 2) a palavra dita por alguém investido de valor”. Este autor acrescenta também que a Biblioterapia pode ser implementada em qualquer tipo de população e geralmente alcança bons resultados.

Diz-nos Aparecida Luciene Resende Rosa (2006), investigadora na área, que “a Biblioterapia é utilizada para complementar a educação formal, através de discussões orientadas e leitura dirigida. É aplicada como uma terapia por alguém especificamente treinado para tal, e em caráter preventivo, de preferência em grupos homogêneos e com os mesmos interesses e, principalmente, na mesma faixa etária”.

Segundo o conceito exposto por Marcinko³³ (1992, p. 2):

[...] a Biblioterapia pode ser tanto um processo de desenvolvimento pessoal como um processo clínico de cura, que utiliza literatura selecionada, filmes, e participantes que desenvolvem um processo de escrita criativa com discussões guiadas por um facilitador [orientador] treinado com o propósito de promover a integração de sentimentos e pensamentos a fim de acionar autoafirmação, autoconhecimento ou reabilitação.

Podemos então concluir que esta técnica é uma forma de transformar o comportamento através do autoconhecimento e que utiliza as características racionais, o intelecto, a inteligência e a compreensão cognitiva, e as emotivas, dos indivíduos que se submetem a ela, para obter uma modificação dos seus comportamentos.

Alves (1982, p. 55) refere-se à Biblioterapia como “uma arte de curar enfermidades por meio da leitura”, sendo necessário para tal a estruturação de um programa de atividades selecionadas que envolvam materiais de leitura previamente planeados.

De todas as definições apresentadas, a de Caroline Shrodes (1949), uma das primeiras investigadoras nesta área, e que enunciamos na revisão da literatura (p. 17), é a que constitui a definição de referência até aos dias de hoje. Em 1943, segundo nos relata Rosa (2006), já aquela investigadora desenvolvia estudos sobre a aplicação da literatura com fins terapêuticos. Em 1949 formulou um conceito de Biblioterapia como sendo “um **processo dinâmico de interação** entre a personalidade do leitor e a literatura ‘imaginativa’, que pode atrair as emoções do leitor e libertá-las para um uso consciente e produtivo”.

³³Escreveu o artigo: *Bibliotherapy : practical applications with disabled individuals*. [Consult. 2012-2-14]. Disponível em: WWW:<URL:<http://sid.usal.es/articulos/discapacidad/15042/8-2-6/bibliotherapy-practical-applications-with-disabled-individuals.aspx>>.

1.2 – Evolução do Conceito

Apresenta-se, de seguida, cronologicamente, a história da Biblioterapia.

Referindo-se à Biblioterapia, Perissé (2004)³⁴ afirma que “[...] não se trata de uma nova ciência, pois é tão velha quanto o alfabeto e o pergaminho”³⁵.

A investigadora brasileira Danielle T. Ferreira fez um estudo sobre o histórico da Biblioterapia que apresentou em 2003 na revista Educação Temática Digital³⁶. Relata ela que, no Antigo Egito, as bibliotecas eram consideradas espaços de conhecimento e espiritualidade e se localizavam em templos denominados ‘*casas de vida*’. Refere também que na Antiga Grécia, o conceito de curar por meio de livros fazia parte da sua cultura: “[...] na porta de Tebas estava inscrito ‘O lugar de cura da alma’”. Os gregos eram famosos pelas suas tragédias. Para eles, uma tragédia incrustava no seu público a finalidade de purificação e cura. Deste modo, a arte trágica, através da leitura, trazia a ideia de ‘*limpeza da alma*’. E para os Romanos, as obras dos grandes oradores, eram recomendadas como recurso terapêutico aos pacientes com a finalidade de desenvolver a capacidade crítica.

De acordo com as pesquisas de Rosa (2006), no final do século XVIII, os livros começaram a ser utilizados nos hospitais como tratamento para doentes mentais em França, Inglaterra e Itália. Os primeiros princípios básicos de Biblioterapia foram praticados pelo médico Benjamin Rusch, em 1815. Mais tarde, em 1853, o médico John Minson Galt³⁷ escreveu o primeiro artigo sobre os benefícios terapêuticos da literatura no tratamento de doentes mentais. Durante o século XIX, o uso de livros para pacientes psiquicamente afetados passou a ser incluído como parte dos tratamentos por muitos médicos americanos. No início do século XX, o termo Biblioterapia foi usado pela primeira vez num artigo que se referia à prática biblioterapêutica como “uma nova ciência”.

“Na década de 30, Emma T. Foremann defende a Biblioterapia apenas como ciência e rejeita-a como arte” (Rosa, 2006, p. 20). Esta era ainda uma prática muito comum de encarar a Biblioterapia como tratamento, apenas na forma clínica.

³⁴[Consult. 2011-12-29]. Disponível em WWW:<URL:http://pt.wikipedia.org/wiki/Gabriel_Periss%C3%A9>

³⁵ROSA, Aparecida L. R., *As cartas de Ana Cristina César: uma contribuição para a Biblioterapia*, Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações (Brasil), 2006 [em linha], p. 19.

³⁶ Informação disponível em: WWW:<URL:<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/147/14702312.pdf>>.

³⁷ [Consult. 2012.05.18]. Disponível em WWW:<URL:http://xroads.virginia.edu/~ma05/havard/Galt/about_galt.htm>.

A respeito deste tratamento refere-nos Ferreira (2003, p. 38):

Louise Rosenblatt, em 1938, aponta pela primeira vez os benefícios da Biblioterapia, concluindo que o contacto prolongado com as personalidades nos livros podia aumentar a compreensão social e permitia ao sujeito colocar-se no lugar de outra pessoa e sentir as suas necessidades, sofrimentos e aspirações; ajudava o paciente na assimilação de padrões culturais, através do reconhecimento das atitudes e expectativas do seu grupo [...].

Na década de 40, Caroline Shrodes tornou-se “a primeira pessoa a obter um doutoramento em Biblioterapia, lançando as bases desta terapia tal como a conhecemos atualmente” (Rosa, 2006, p. 20).

Diz-nos Ferreira (2003, p. 39), referindo-se à investigadora Sclabassi³⁸, que em 1970 esta autora escreveu um artigo fazendo uma revisão da literatura existente sobre Biblioterapia tendo realçado na sua pesquisa quatro áreas profissionais para a sua aplicação: a **medicina geral** – técnica voltada para o campo médico, sendo aplicada por um bibliotecário do hospital em conjunto com outro profissional da área médica; a **medicina psiquiátrica** – aplicada no tratamento de pacientes em hospitais e clínicas em conjunto com outras técnicas terapêuticas; a **medicina educacional** – usada para vários fins e em todos os níveis da educação; e a **medicina corretiva** – livros usados com delinquentes, por técnicos responsáveis nesta área. Sclabassi visiona a intervenção biblioterapêutica a quatro níveis: o intelectual, o social, o emocional e o comportamental. Esta autora também realça dois aspetos pertinentes quanto à pesquisa em Biblioterapia. O primeiro é referente ao termo propriamente dito e a sua implicação como tratamento, sendo utilizado também com intuito de diagnóstico (bibliodiagnose) e de prevenção (biblioprofilaxia); o segundo aspeto, menos positivo, diz respeito aos trabalhos publicados, pois, como diz a autora, “são na maioria mais descritivos do que experimentais”, embora se considere que ambas as perspetivas são necessárias para a compreensão desta realidade no seu todo.

Ainda conforme podemos verificar em Rosa (2006, p. 20), na década de 90, o sociólogo John Pardeck³⁹ alertou cautelosamente para o facto de que “[...] tal como com qualquer outra terapia, há precauções e limitações a ter em conta, devendo a Biblioterapia ser vista como um complemento a outras terapias”. Aqui a Biblioterapia perde um pouco o seu mérito individual, para apenas o ter em função de um apoio suplementar.

³⁸Psicóloga, trabalha com questões de dependência química no Hospital Parkway em San Jose, CA. É investigadora na área da Biblioterapia. [Consult. 2012-02-15]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.permanente.net/kaiser/pages/c7876-top.html>>.

³⁹[Consult. 2012.05.18]. Disponível em WWW:<URL:http://findarticles.com/p/articles/mi_m0CYZ/is_1_31/ai_n6065946/>.

É indispensável realçar o facto de que, por ter sido desenvolvida principalmente em hospitais e clínicas de saúde mental, no início a Biblioterapia foi aplicada apenas quase de forma corretiva e muito voltada para os aspetos clínicos de cura e restabelecimento de pessoas com profundos distúrbios emocionais e de comportamento. Constatamos deste modo que o seu “caráter preventivo foi desenvolvido posteriormente, sendo hoje aplicado junto de crianças, adolescentes e jovens, em escolas, centros de convívio e como trabalho multidisciplinar” (ROSA, 2006, p. 21), e que, por análises documentais posteriores, nomeadamente as diretivas emanadas da IFLA, é feita a sua extensão a outras áreas, incluindo as prisões.

CAPÍTULO 2

Leitura (Latu Sensu) e Leitura Terapêutica

Neste capítulo vamos referir alguns aspetos relacionados com a leitura (*latu sensu*), com a leitura terapêutica propriamente dita, com a definição de terapia, com o diálogo e com a fenomenologia da linguagem no processo de leitura. Todos eles têm características específicas mas ligadas diretamente à Biblioterapia, dado que, sem apreendermos o processamento de cada um deles não poderemos atingir a hermenêutica existencial que está associada à interpretação e compreensão subjetiva de um texto, num processo e em contexto biblioterapêutico. Abordamos o tema da sociologia da leitura e fazemos também uma sinopse relativa ao estado da leitura em Portugal, analisando alguns inquéritos destinados a populações com idades específicas, sobre a leitura e sobre o PNL.

2.1 – Leitura (*Latu Sensu*)

O livro, com o seu texto em prosa ou em verso está, por excelência, aberto a várias interpretações e faz com que o indivíduo, ao ler, interaja também com o seu autor, para além do conteúdo, concordando, discordando, questionando, argumentando, enfim, tentando encontrar uma saída para enfrentar os seus problemas e ajudar-se a transpor barreiras e desafios.

A leitura da palavra escrita num texto, penetra no indivíduo como se fosse um filme; a ‘absorção do significante’ desse texto conduz às mais diversas associações, levando o sujeito a reproduzi-las ao interpretá-las, transformando-se este ato num processo terapêutico onde essa ‘leitura’ ganha outro significado, pois, quando ela mergulha profundamente no subconsciente, certos factos ocorridos no passado são automaticamente revividos. Os obstáculos enfrentados podem ter deixado marcas profundas mas, por estarem adormecidos, não provocavam uma mudança e consequentemente não proporcionavam a possibilidade de uma transformação positiva perante a vida.

Essa transformação, que pode ser entendida como ‘cura’ de algum mal de que o sujeito (por vezes) nem se tinha apercebido, pode dar-se através da simples leitura de um livro, muitas vezes, um livro de ficção ou até mesmo científico.

Sabemos que a leitura é uma busca constante de significados, o que leva a que, quanto mais um indivíduo ler, mais apto ele estará para enfrentar e interpretar o mundo e para dominar o saber. O objetivo básico de qualquer leitura é que, ao ser apresentado um texto individual mas ao mesmo tempo plurissignificativo, cada pessoa possa, a partir da sua vivência pessoal, atribuir-lhe um determinado significado. Um exemplo muito visível desta afirmação é o pluralismo interpretativo nos comentários de textos, onde fica claro que cada

um pode manifestar a sua verdade e ter a sua própria visão do mundo, o que leva a que, a partir de uma mesma leitura, possam ser apresentadas várias representações.

Segundo refere Caldin no artigo *Leitura e terapia* (2009), a partir da teoria da linguagem de Merleau-Ponty, (que abordaremos mais à frente), especificamente a respeito da ‘fala falante’, atribuem-se à leitura possibilidades terapêuticas. “O envolvimento com o livro, o preenchimento dos vazios do texto literário, a interação entre texto e leitor, a significação como continuidade e retomada do texto permitem que se pense na terapia por meio de livros, a Biblioterapia” (CALDIN, 2009).

Caldin aponta três fases essenciais no ato de leitura: 1) a leitura propriamente dita e consequente interpretação, 2) a fase da narração, onde as pessoas são cativadas e 3) a dramatização, onde se escuta a voz da personagem. Aponta igualmente que há várias etapas no processo de leitura, na fase da preparação e na da execução. Na fase da preparação, a autora contempla o diagnóstico no local, a procura pelas preferências textuais do público-alvo, e a elaboração de um projeto pormenorizado de orientação para a leitura; na fase da execução, ela realça a escolha do texto - de preferência, um que desencadeie emoções; também importantes são a leitura, a narração, a encenação, uma atividade lúdica para facilitar o diálogo, para favorecer uma nova relação entre o ‘si’ e o ‘outro’, e é necessário um envolvimento emocional com o tema que irá criar a identificação com a personagem do texto, a assimilação de atributos do ‘outro’ ficcional, provocar a catarse como fonte de libertação e, por fim, desencadear a introspeção, ou seja, a educação das emoções que perdurarão no sujeito.

2.2 - Leitura Terapêutica

No que respeita à problemática da leitura, focamo-nos em seguida no tema central do nosso trabalho: a leitura como terapia.

Fala-nos Ouaknin (1996, p. 16) sobre o seu conceito de leitura:

[...] a leitura é primeiramente um acontecimento solitário, um encontro privado com o outro mundo, sozinho com o livro, sozinho consigo mesmo. A leitura é uma conversa, oferecendo aos leitores a possibilidade de descobrir uma segurança material e económica, uma segurança emocional, uma catarse dos conflitos e da agressividade, uma segurança espiritual e abertura a outras culturas, sentimento de amor, engajamento na ação, valores individuais, pessoais e superação das dificuldades. Tudo isto [...] exerce um fascínio para aqueles que ultrapassaram certas etapas da vida e que precisam dar continuidade ao seu existir com dignidade. (Ouaknin, 1996).

Conforme afirma Hasse (2004)⁴⁰, “[...] podem ser distinguidos dois tipos de Biblioterapia: o que ocorre com a orientação e competência de algum profissional, e aquele em que não há intervenção externa, ou a chamada autoajuda”. Continua nesta linha ao reconhecer que é indispensável “diferenciar uma leitura ordinária e habitual de uma leitura terapêutica”⁴¹.

Ela explica deste modo a sua teoria sobre as diferenças na forma como se lê:

[...] a diferença entre simples leitura e leitura terapêutica reside na intensidade da experiência. O que se destaca na Biblioterapia é o ato da leitura para curar ser um processo interativo. Pesquisadores têm identificado dois componentes da leitura terapêutica que a separa da simples leitura. O primeiro componente refere-se ao facto do autor captar o leitor num diálogo silencioso, e o leitor torna-se parte do processo de desdobramento intelectual e emocional do livro. O segundo componente está na obrigação do leitor de entender o que está sendo comunicado num nível mais profundo, como uma consequência direta da comunicação, e responder através de uma alteração ou modificação positiva no comportamento ou atitude. Os livros usados para promover este processo terapêutico podem ser de ficção ou não-ficção, mas devem conter as seguintes características: o nível ou dificuldade deve corresponder à habilidade do leitor, as circunstâncias devem ser paralelas à situação do leitor, os problemas serem relatados realisticamente, e o tom ou humor compatíveis com os objetivos do leitor (HASSE, 2004).

Segundo Rosa (2006, p. 26), “[...] psicólogos e demais profissionais da saúde usam os livros para ajudar, não só os seus pacientes, mas também a comunidade em geral, a superar as suas dificuldades, vencer os obstáculos e sanar os seus problemas. Por isso é grande o número de pessoas que adotam livros de autoajuda, para a resolução de crises pessoais”.

Deste modo, sendo a Biblioterapia uma técnica para promover uma plena integração de valores e ações na pessoa que se submete a este processo terapêutico, também pode contribuir para o seu desenvolvimento pessoal.

Chegamos agora à fase de explicar as duas vertentes da Biblioterapia já referidas: quando a leitura sai da sua posição de simples rotina e se transforma num processo interativo, distinguindo-se nela duas subcategorias aplicacionais, a arte e a ciência.

A Biblioterapia como arte é utilizada por profissionais não ligados à área da saúde e tem como objetivo conduzir à autoajuda, isto é, a partir da escolha de textos específicos que facilitam a compreensão das diversas situações mais ou menos angustiantes, é possível que surja desta forma a solução para os problemas pessoais. Sintetizando, a Biblioterapia como arte consiste no ato de um leitor retirar do texto, sem intervenção de um clínico na área da

⁴⁰ Psicóloga na área de investigação da Biblioterapia na universidade Tuiuti do Paraná. [Consult. 2012-02-15]. Disponível em WWW:<URL: <http://tuiuti.academia.edu/MargarethHasse>>.

⁴¹ HASSE, Margareth, Biblioterapia como texto: análise interpretativa do processo biblioterapêutico (2004). [Consult. 2011-01-05]. Disponível em WWW:<URL: http://tede.utp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=9>.

psicologia ou da medicina, ou até mesmo por si só, tudo o que estiver relacionado com os seus sentimentos e dificuldades pessoais, por forma a auto ajudar-se.

Por outro lado, enquanto a vertente anterior possui uma abordagem medicamente não orientada, a Biblioterapia como ciência destaca-se no tratamento dos indivíduos que sofrem de desajustamentos psíquicos, problemas emocionais ou mentais graves, estando estes doentes sempre acompanhados pela orientação de um profissional de saúde, e requerendo um planeamento cuidadoso, conhecimentos médicos e atenções psicológicas, mesmo que recorra em simultâneo a outros profissionais não médicos, como sejam os bibliotecários.

Tanto numa vertente como noutra, a intervenção de um biblioterapeuta é sempre aconselhada.

Rosa (2006, p. 26) afirma que “a Biblioterapia possui três variantes segundo alguns autores: uma primeira consiste na ajuda a um processo terapêutico; uma segunda é uma terapia própria; e uma terceira em que ela é vista como disciplina de desenvolvimento e crescimento pessoal”, ponto de vista que não se pode descartar neste nosso estudo.

Esta autora refere ainda que a Biblioterapia:

[...] como terapia própria se pode dividir igualmente em três partes: a Biblioterapia tradicional, também chamada recetiva ou prescritiva, na qual apenas se leem livros; a Biblioterapia simbólica ou indutiva, através da escrita de diários para ativar as emoções e resolver os bloqueios do doente; e a Biblioterapia expressiva ou criativa, a poesiaterapia ou escrita criativa (ROSA, 2006, p. 26).

Todavia, no princípio geral da Biblioterapia, seja ela considerada como arte ou como ciência, a componente que a torna uma técnica de aconselhamento é, evidentemente, a existência de um biblioterapeuta, que pode ser qualquer um dos profissionais que atua num programa de tratamento – seja psicólogo, educador, bibliotecário ou assistente social. Outra regra imprescindível é que esse profissional “prescreva” material específico, a fim de solucionar o problema particular do indivíduo. Assim, de acordo com Ferreira (2003), para agir com eficácia, o biblioterapeuta deve possuir algumas competências importantes, tais como: **perceção** profunda da natureza psicológica do problema que se está a tentar resolver; **perspicácia** e compreensão da forma como este problema particular é tratado no livro selecionado e, **capacidade** para formular hipóteses, que se refiram ao impacto que o material prescrito tem para a solução do problema ou do objetivo que se pretende alcançar.

2.2.1 – Terapia

Antes de aprofundarmos o significado de Biblioterapia, necessitamos entender o que significa ‘terapia’.

Segundo Alain Ouaknin (1996), o termo Biblioterapia pode ser compreendido ao apreendermos o significado da sua formação. A palavra ‘terapia’, no hebraico e no grego, tem o sentido de prevenção e prospeção, isto é, muito mais que uma cura, e a palavra ‘terapeuta’ tem como principal significado ‘aquele que cuida’. Ele evoca Fílon de Alexandria (séc. I)⁴², o qual revelou que os terapeutas não só deviam cuidar do corpo como também da mente. Deste modo podemos inferir que os primeiros terapeutas da história detinham o papel de observar as tensões, os obstáculos que impedem a manifestação da alma no corpo, e tentavam desenlear os ‘nós’ da alma, soltar os entraves à vida normal e à inteligência criadora do homem.

Ainda segundo Ouaknin (1996), Fílon afirmava que, em hebraico, o que caracteriza a alma é a palavra. O ser humano vivo é um ‘corpo falante’ e o terapeuta é quem cuida da palavra que anima e informa o corpo. Para curar alguém é preciso fazê-lo falar e descobrir o que impede a palavra de se manifestar no corpo.

Também Freud analisou a alma e a sua ligação com a palavra; antes de usar o termo ‘psicanálise’ utilizou a expressão ‘*Seelenbehandlung*’ que, apesar de ter sido traduzida como ‘tratamento psíquico’ significa ‘tratamento da alma’ (OUAKNIN, 1996).

Eis um pequeno texto de Freud, citado por Ouaknin (1996, p. 14) que confirma a anterior afirmação:

Tratamento psíquico significa [...] tratamento que tem origem na alma, tratamento – de perturbações psíquicas ou corporais – com a ajuda de meios que agem primeiro e imediatamente sobre a alma do homem. Tal meio é antes de tudo a palavra, e as palavras são o instrumento essencial do tratamento psíquico. O profano achará, sem dúvida, dificilmente concebível que perturbações mórbidas do corpo ou da alma possam ser dissipadas pela simples palavra do médico. Ele pensará que lhe pedimos para acreditar em magia, no que não estará totalmente errado: as palavras dos nossos discursos quotidianos não são nada mais do que magia sem cor. (FREUD, 1980).

No desenvolvimento do mesmo texto, Freud, ainda citado por Ouaknin (1996), diz também que:

[...] as palavras são instrumentos importantes da influência que uma pessoa procura exercer sobre a outra e que são meios para alterações psíquicas naqueles a quem são dirigidas. Assim, os terapeutas recorrem a uma **terapia** que se serve da palavra para trabalhar, além da alma, o corpo pela alma, através de um diálogo. A palavra do outro – terapeuta – ativa o mundo psíquico do paciente, transmitindo as emoções pessoais (FREUD, 1980).

⁴² **Fílon** nasceu em Alexandria e viveu aproximadamente entre 20 a.C. e 45 d.C.

A quantidade de terapias que existem no mundo baseadas na ‘**palavra**’ indica que esta é muito mais do que um simples meio de comunicação e que possui um sentido e um valor emocional. Por experiência sabemos que certas realidades essenciais e uma grande variedade de profissionais da saúde sustentam a ideia de que as palavras têm potencial terapêutico. Acreditam que as palavras podem levar o leitor para dentro de si mesmo, para memórias e visões, longe da preocupação e da dor. Elas revelam novas maneiras de ver uma mesma realidade.

2.2.2 – Diálogo

Ainda a propósito da leitura, impõe-se determo-nos num aspeto diretamente relacionado com ela, o diálogo, pois este explica e especifica a importância da leitura e da(s) forma(s) como se lê para que esta atue de uma forma terapêutica nos indivíduos. Um autor de referência nesta esfera é Mikhail Bakhtin (1895-1975). Este teórico russo foi um dos principais filósofos a abordar a questão do dialogismo, ou seja, das relações intertextuais existentes entre obras, autores e leitores.

Com outros linguistas, Bakhtin formou uma escola – Círculo de Bakhtin – onde desenvolveu teorias inovadoras (da linguagem e do sujeito, da alteridade, dialogismo e polifonia) em que a linguagem era vista como um processo constante de interação mediado pelo diálogo. Segundo esta conceção, a língua só existe em função do uso que os locutores (quem fala ou escreve) e os interlocutores (quem escuta ou lê) fazem dela, em situações tanto triviais como formais da comunicação.

Refere este autor que, numa relação ‘dialógica’ entre locutor e interlocutor em meio social, o verbal e o não-verbal influenciam de modo igual na construção dos enunciados: aquele que enuncia seleciona palavras apropriadas para formular uma mensagem compreensível para os destinatários. Por seu lado, o interlocutor interpreta e responde àqueles enunciados de uma forma interna (por meio de pensamentos) e de forma externa (por meio de novos enunciados, orais ou escritos). “A intertextualidade nasce de um diálogo entre vozes, entre consciências ou entre discursos, para gerar novos discursos e novos diálogos”.⁴³

Na sua obra *La poétique de Dostoievski*, Bakhtin define a sua conceção sobre a importância do diálogo, ou, como ele designava, da polifonia:

⁴³ [Consult. 2011-04-18]. Disponível em WWW:<URL:<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/formacao-inicial/filosofo-dialogo487608.shtml>>.

[...] c'est-à-dire pluralité des voix et des visions, dont aucune n'est objet (en particulier objet de définition psychologique ou sociologique), qui sont toutes sujets en état de se répondre réciproquement. Et pluralité des idées, inséparables des voix qui les portent. Et encore, confrontation-intériorisation de chacune en toutes les autres, jusqu'au point de tourner le principe du tiers-exclu.

A polifonia em Bakhtin sintetiza-se no diálogo plural a nível da voz, da visão e das ideias para chegar à confrontação e à interiorização.

Estas reflexões do autor acerca do poder que a linguagem e o diálogo têm nos indivíduos levam-nos ao encontro da leitura como ponto de chegada ao caminho introspetivo e de tomada de decisões, umas mais conscientes que outras, e que são a base da Biblioterapia.

Na mesma linha dialógica, Ouaknin (1996, p. 16) assinala também Descartes: “[...] *de acordo com Descartes, a leitura passa a ser uma conversa*”.

2.2.3 - A Abordagem Fenomenológica no Processo de Leitura

“Whatever we have read sinks into our memory and is foreshortened” (Wolfgang Iser)⁴⁴.

É dado adquirido que toda a nova informação que recebemos, a cada instante, seja de que tipo for, se transforma na nossa mente numa nova realidade individual a partir da assimilação que é operada com os conhecimentos já adquiridos anteriormente. Este fenómeno da nossa consciência funciona como catalisador para que, por exemplo, uma leitura e a sua consequente interpretação possam mudar a nossa atitude e comportamentos perante certos factos que nos perturbam em dado momento. É esta abordagem fenomenológica, especificamente no processo de leitura, que nos propomos analisar neste subcapítulo.

Um dos grandes ‘fenomenologistas’ na área da linguagem foi Wolfgang Iser⁴⁵. Viveu entre 1926 e 2007 e foi professor de Inglês e Literatura Comparada na Universidade de Constance na Alemanha. Este filósofo dilatou as bases da teoria da Fenomenologia da linguagem, fundada anteriormente por Merleau-Ponty, de quem também falaremos neste contexto. Nesta teoria fenomenológica, o autor evoca o processo de leitura como um fenómeno existencial, dado que, ao ler e ao apreender as mensagens implicadas no texto, a memória do sujeito não mais assumirá a antiga percepção, mas antes terá adquirido uma amálgama de novas emoções decorrentes da assimilação do momento atual, misturando-as com as experiências já vividas. Deste modo, o leitor, ao estabelecer estas inter-relações entre

⁴⁴ [Consult. 2011-04-18]. Disponível em WWW:<URL:
<http://damateriadosonhos.wordpress.com/2011/03/08/becket-iser-abordagem-fenomenologica/>>

⁴⁵ Teórico literário alemão. [Consult. 2012-03-30]. Disponível em
WWW:<URL:<http://www.litencyc.com/php/people.php?rec=true&UID=2316>>.

passado, presente e futuro, está efetivamente a usar o texto para revelar o seu potencial de ‘ramificações’, que são o produto da sua mente a trabalhar a ‘matéria-prima’ extraída do texto, ainda que este seja apenas composto por frases, declarações ou simples informações. É por esta razão que ele se sente muitas vezes envolvido nos acontecimentos que, na altura em que lê, lhe parecem reais, apesar de esses factos estarem muito longe da sua própria realidade.

Leitores muito diferenciados são tocados de formas também muito diferentes pelas características de um texto particular; isto é bastante visível pelo grau com que os textos literários transformam a leitura em processos criativos e carregados de emoções, os quais permanecem no indivíduo muito para além de uma mera perceção do que foi escrito.

O texto literário ativa as faculdades percetivas, permitindo ao indivíduo recriar o mundo tal como é na realidade. O produto desta atividade criativa é chamado por Iser a **dimensão virtual do texto**. Por vezes o texto remete diretamente para uma pré-conceção do sujeito, que é revelado no ato da interpretação, já que este é um elemento básico no processo da leitura. Assim pode afirmar-se que todo este procedimento é um processo seletivo e que o texto em potencial é mais rico do que qualquer conceção individual.

Outro aspeto fenomenológico analisado pelo autor consiste na apreciação dos textos. Dizia Iser que “analisar um poema não é a mesma coisa que analisar um pudim ou uma máquina”. A poesia só funciona porque a maior parte do que é dito ou escrito é importante e está implícito. Tudo o que é considerado irrelevante é excluído. Neste aspeto a poesia difere da mensagem vulgar, pois esta só terá sucesso se contiver uma intenção explícita⁴⁶.

Contudo, o precursor da fenomenologia da linguagem foi Maurice Merleau-Ponty (1908-1961)⁴⁷. A sua ‘teoria’ da linguagem baseia-se no paradigma do comportamento corporal e da perceção: quando o ser humano se depara com algo que se apresenta diante da sua consciência, primeiro nota e percebe esse objeto em total harmonia com a sua forma, a partir da sua consciência percetiva. Após ter percebido o objeto, este entra na sua consciência e passa a ser um fenómeno. Com o intuito de percebê-lo, o ser humano imagina algo sobre ele, concebe-o em toda a sua plenitude e será então capaz de descrever o que ele realmente é. Para Ponty era necessário considerar o organismo como um todo, holístico, para se descobrir o que se seguirá a um dado conjunto de estímulos.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ [Consult. 2011-03-30]. Disponível em WWW:<URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Maurice Merleau-Ponty](http://pt.wikipedia.org/wiki/Maurice_Merleau-Ponty)>.

Ainda segundo Merleau-Ponty⁴⁸, a linguagem é uma atividade subjetiva e fundamental na existência humana – ou hermenêutica existencial – porque ela opera, constrói o pensamento e possibilita expressá-lo e, deste modo, cria-se um sentido para o pensamento espontâneo. O facto assim adquirido decorrente da ligação ‘*fala + pensamento / corpo + emoções*’ e que criam uma visão particular do mundo é o que o autor refere como ‘fenómeno’.

Não se trata aqui evidentemente da linguagem trivial do quotidiano, a qual só transmite mensagens banais, mas sim da linguagem poética (ou criativa). Esta transmite mensagens profundas e leva aos atos de reflexão que conduzirão o indivíduo à emoção e, finalmente, à catarse. É este o fenómeno subjetivo da linguagem: através da palavra e do pensamento criativo e espontâneo, em simultâneo, operar o aperfeiçoamento esperado.

Outra autoridade no campo da fenomenologia é Clarice Fortkamp Caldin. Esta especialista em Biblioterapia revela em *Leitura e terapia* (2009) que, para si, é o processo fenomenológico que permite o “estudo das essências, a descrição das vivências, a interpretação do mundo”. A leitura é apresentada como um “fenómeno corporal, temporal, descentrado, em que a capacidade criadora do leitor é ativada no ato de ler”. Este ato é uma “atividade intersubjetiva, transcendental. É um ato de comunicação que ultrapassa o corpo do autor e atinge o corpo do leitor ou do ouvinte” (CALDIN, 2009).

Também para ela a hermenêutica existencial do ser humano é decorrente da harmonização entre as duas partes, ‘corpo + cabeça’, ou seja, a visão holística que a leitura criativa proporciona, é uma reação que surge como um todo e não por partes. Da ligação entre ‘doença + emoções’ resultam alterações físicas e emocionais que facilitam a emergência do processo de libertação com efeitos curativos, sempre através da leitura do texto literário, que, para esta autora, é o único que desperta reações emocionais num sujeito.

Confirma-se assim, de acordo com as ideias manifestadas pelos autores referidos neste sub-capítulo, que o que envolve a leitura terapêutica, a linguagem, o diálogo, a interpretação, e todo o processo daqui decorrente, desencadeia benefícios no ser humano, tanto a nível físico como emocional, a título curativo ou preventivo.

⁴⁸ MERLEAU-PONTY, Maurice - trad. Carlos A. R. de Moura. **Fenomenologia da percepção**. 2ª ed. São Paulo: M. Fontes, 1999. In: CALDIN, Clarice Fortkamp – A presença e a ausência da voz no tempo e na cidade : uma leitura Merleau-Ponty [Em linha]. In: *Revista ACB*. V. 11, nº 1 (2006). [Consult. 2011-04-14]. Disponível em WWW:<URL:<http://revista.acb.org.br/index.php/racb/article/view/458/573>>.

2.3 - Sociologia da Leitura

Antes de nos debruçarmos sobre o estado atual da leitura em Portugal consideramos ser de grande importância neste estudo encontrar marcas da evolução sociológica da leitura no nosso país, especialmente a do século XX, período cronológico onde se situa a maior parte do nosso trabalho de investigação, dado tratar-se de uma área científica emergente, para verificarmos que através dela se pode analisar, compreender e fazer compreender a evolução social da leitura em Portugal. Esta reflexão sobre sociologia, não sendo o objeto do nosso trabalho é aqui incluída, pelo facto de se considerar relevante para o enquadramento teórico desta investigação, pelo que vamos apontar dois autores de referência neste domínio, tão importante na área da Biblioterapia, no que respeita à leitura e sua evolução no século XX, no nosso país - Diogo Curto Ramada⁴⁹ e Bento de Jesus Caraça⁵⁰.

Na obra intitulada “Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX”, dirigida por Diogo Curto Ramada (2006)⁵¹, é apresentada uma seleção de textos de vários autores sobre a temática da evolução sociológica da leitura, que perpassa por todo o século XX, referindo estudos sobre o papel que os “Missionários do alfabeto”⁵² exerceram nas antigas colónias, passando pela ‘Educação no Estado Novo’, a alfabetização de adultos no pós-II Guerra Mundial ou as bibliotecas das Casas do Povo, as bibliotecas itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian e textos relativos à leitura no quotidiano escolar.

Esta coletânea de textos retrata de forma rigorosa a evolução sociológica da leitura: primeiro a educação que surgia apenas para elites e ministrada por leigos, progredindo para os povos colonizados, a tentativa de alargamento a toda a população com o Estado Novo, e, por fim, a biblioteca e o livro que chegam a toda a população, como propulsão para a literacia e cultura para todos.

Nesta obra está incluído um artigo sobre Bento de Jesus Caraça e a sua ação socializadora no campo da leitura e da cultura em geral no Portugal da sua época, nomeadamente a sua ação

⁴⁹ Historiador doutorado em Sociologia Histórica. Atualmente leciona na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

⁵⁰ Bento de Jesus Caraça (1901-1948) foi matemático, economista e estatístico. Foi também membro do Partido Comunista Português, e, por isso, tornou-se uma das pessoas mais famosas na resistência ao governo de Salazar.

⁵¹ RAMADA, Diogo Curto, Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2006.

⁵² Jesuítas missionários vocacionados à alfabetização dos povos nativos das atualmente ex-colónias portuguesas. In: Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2006, p. 29.

na UPP⁵³ e na Biblioteca Cosmos⁵⁴, ação que é indispensável analisarmos no âmbito da sociologia da leitura.

B. J. Caraça foi diretor da UPP (Universidade Popular Portuguesa), naquele que foi o seu primeiro grande projeto de educação popular, que mais tarde continuou na Cosmos.

A UPP, criada em 1919, tinha «por fim exclusivo contribuir para a educação geral do povo português». E, enquanto existiu até ser extinta em 1945, a UPP nunca se desviou no cumprimento deste desígnio.

Quando assumiu a sua direção, em 1929, Bento de Jesus Caraça explicitou claramente os objetivos que o norteavam: “Se a razão da República foi o progresso, a sua fé foi claramente a educação”⁵⁵. Expondo as razões que o impulsionavam, Caraça afirma que a U.P.P. pretendia fazer um ensino novo, participando a um tempo do carácter do *ensino superior*, porque pretende chegar aos resultados últimos de todas as disciplinas, e do carácter do *ensino elementar*, porque se dirige a todos os adultos, partindo do princípio de que os seus alunos, na sua grande maioria, ignoram completamente essas disciplinas, e para as absorver estão em condições muito parecidas com as das crianças das escolas primárias. Acrescenta que se trata de um *ensino geral*, desprendido da preocupação da minúcia e do pormenor necessários à especialização em qualquer disciplina, mas com um verdadeiro carácter de universalidade, visto que se estende a todas as disciplinas do saber humano.

A Biblioteca Cosmos foi, nos anos 30, outro dos grandes projetos culturais do professor B. J. Caraça, sob o seu lema “Despertar a alma coletiva das massas”, que previa a edição de livros de divulgação científica e cultural dirigida às *massas*, e que ficou para a memória histórico-social dominante como o seu principal contributo para a cultura portuguesa. Pretendia dar ao maior número de pessoas possível o máximo de cultura geral. Com ele, deu-se a valorização do lugar político da cultura: uma ideia de juventude, ligada à preocupação com a educação, a psicologia e a pedagogia. “Às massas deve ser proporcionada aquela dose e aquela qualidade de cultura que as não torne inteiramente um estorvo, antes as transforme em

⁵³ A UPP - Universidade Popular Portuguesa, tinha «por fim exclusivo contribuir para a educação geral do povo português».

⁵⁴ O propósito da Biblioteca Cosmos era o de providenciar cultura à população portuguesa, por preços módicos.

⁵⁵ Bento de Jesus Caraça. Conferências e outros escritos. Lisboa: Minerva, 1970, p. 137. [Consult. 2012.03.10]. Disponível em: WWW:<URL: http://www.cnedu.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=332%3Aas-universidades-populares-e-as-cultura&catid=42%3Anoticias-e-cne&Itemid=71&lang=pt.

terreno propício para o desabrochar das flores mimosas cuja beleza só a raros será dado apreciar”⁵⁶.

A sua ação na direção da Cosmos, foi também decisiva na evolução das edições, das coleções, dos temas, dos autores e dos destinatários/leitores no nosso país, tal como hoje os concebemos.

O outro tema escolhido para realçar a história sociológica da leitura contemporânea, que também faz parte da citada obra de Diogo Ramada Curto, é o “Corpo de fotografias sobre Leitura ao longo do século XX”⁵⁷, pertencente à coleção do Arquivo Fotográfico da CML, da autoria do fotógrafo Paulo Catrica, entre outros. Nele é resumida a história sociológica da leitura em Portugal ao longo do séc. XX através da fotografia. É desta forma que pessoalmente analisamos este documento histórico-sociológico:

As primeiras 33 fotografias do documento atrás referido, são a preto e branco e datadas até 1964. As fotografias realizadas anteriormente aos anos 50 e 60 retratam várias bibliotecas que remetem para um imaginário de biblioteca como um lugar austero e solene, com pouca luz, sem mesas nem cadeiras, a imagem do livro como um objeto de culto pouco acessível, fechado dentro de estantes que sugerem um impedimento para o seu manuseamento e/ou leitura. É difícil imaginar a leitura nestes espaços monumentais, preferencialmente reservados a grupos sociais muito restritos, ou seja, apenas aos que dispunham de recursos intelectuais e económicos. As restantes fotografias apresentadas na obra reportam a bibliotecas municipais, onde já são retratados contextos mais profanos, já se nota a utilização quotidiana do espaço, afigurando-se como locais onde é revelada a imagem/presença do cidadão comum. Estas imagens remetem para um período de expansão do ensino e da oferta de equipamentos culturais, já concebidos e direcionados para os seus destinatários. Também se realça a presença dos leitores em primeiro plano nas imagens, assim como a do funcionário da biblioteca, quando é o caso. Outras fotografias extrapolam os espaços interiores e trazem a leitura para o ar livre, para os jardins, para a cidade, evocando o prazer de ler e um ideário de “leitura de massas”, que faz uso dos jardins e miradouros transformando-os em bibliotecas. Nelas, a leitura ganha uma certa naturalidade ao confundir-se com a paisagem da cidade.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ RAMADA, Diogo Curto, Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2006, p. 919-921.

Seguem-se fotos de cariz político, como sejam a encenação do ato inaugural de bibliotecas municipais, a **prova** de um acontecimento importante, fotos encenadas, até mesmo desconstruídas e descontextualizadas, que, se não tiverem legenda, podem ser de um qualquer ato político. Outras há, que revelam retratos relacionados com a leitura: alfarrabistas, livrarias, estantes cheias de livros, não tão encenadas como as anteriores, demonstrando já alguma proximidade entre fotógrafo e retratado. Mas a pose dos escritores, muito formal, ainda evidencia austeridade e formalidade, sempre rodeados de livros, nos seus escritórios/bibliotecas. O livro é, ainda, uma marca socialmente distintiva e representativa de um ofício.

As últimas 26 fotografias apresentadas, a cores, datadas do período compreendido entre 1999 e 2005, mostram a dimensão quotidiana da leitura na atualidade. A maioria destas retrata a escola. Seria impossível imaginar a leitura hoje em dia sem a imagem da escola. Escola e leitura, leitura e escola, são imagens inseparáveis do nosso quotidiano, impensáveis há pouco mais de um século.

A leitura casual no consultório ou no cabeleireiro, espreitando histórias mundanas nas “revistas do social”; ou um painel eletrónico debitando informações aos automobilistas; a presença constante da publicidade orientando o olhar e a atenção do transeunte; são formas modernas de **leitura funcional** que a vida urbana vai impondo/exigindo aos indivíduos.

São essas duas fontes de alimentação de cultura e literacia do ser humano, escola e leitura, as bases indispensáveis para a manifestação da catarse ansiada pelo indivíduo ao procurar ajuda para os seus males através de um livro.

2.4 - A Leitura em Portugal e o PNL

Conhecer e caracterizar os diferentes níveis de desempenho no que respeita ao fenómeno da leitura é condição da maior importância para a definição de estratégias e seleção de leitura adequadas às necessidades da população em causa.

Analisando o fenómeno da leitura em geral e o fenómeno da leitura terapêutica em particular, com as políticas e aplicação inerentes, considera-se relevante fazer aqui um “parêntesis” para analisar a situação da leitura em Portugal, as políticas implementadas e seguidas, e identificar fortalezas e fraquezas deste processo, nomeadamente no que respeita à sua fase aplicacional, no âmbito biblioterapêutico. No capítulo 4 referimos as recomendações da IFLA no que concerne à implementação de regras e políticas para a leitura a nível das instituições prisionais, bem como as atividades e projetos levados a cabo pelas autoridades

portuguesas no âmbito do processo em estudo. Parece-nos relevante complementar esta informação, com a produzida pela APEL⁵⁸ – Associação Portuguesa de Editores e Livreiros - (em relação a adolescentes e adultos) e também com as políticas que o Estado tem tomado a respeito do desenvolvimento da leitura em Portugal nos últimos anos, particularmente com o PNL⁵⁹ (para jardins de infância, 1º e 2º ciclos).

Apresentamos alguns resultados do último estudo feito por aquela Associação em 2005, realizado entre pessoas do público em geral, na faixa etária a partir dos catorze anos. De acordo com este estudo, 91,35% dos inquiridos costumam ler livros, sendo que 74,4% o fazem por gosto e 41% o fazem por motivos profissionais e escolares. 27,9% lê entre 3 a 5 livros por ano, mas não dedicam mais de duas horas por semana à leitura, apesar de 68,35% ter respondido que estava a ler um livro na altura do inquérito. Quanto à leitura de jornais e revistas, uma percentagem ainda maior respondeu positivamente à sua aquisição e leitura - 97,25% - incluindo a leitura na Internet. Outro aspeto bastante relevante é que quase todos os inquiridos - 96,95% - possuem livros em casa, de literatura, escolares, científicos e enciclopédias, alguns possuindo mais de 500 livros.

Esta é a primeira abordagem ao estado da leitura em Portugal que fazemos, que apesar de já terem passado sete anos serve ainda como marco para as avaliações ao PNL que se seguem.

O PNL (Plano de Leitura Nacional)⁶⁰ lançado em 2006 por iniciativa governamental, da responsabilidade do Ministério da Educação e de autoria de Isabel Alçada em colaboração com outros autores, é a iniciativa mais visível a decorrer no nosso país com o objetivo de promover o nível de literacia.

Este Plano é um projeto ambicioso ligado à educação e à cultura, cuja 1ª fase teve a duração de cinco anos (2006-2011) que pretende incrementar a literacia na população em geral e em particular nos jovens, e que se encontra numa situação muito desfavorável⁶¹. Concretiza-se num conjunto de estratégias destinadas a promover o desenvolvimento de competências nos domínios da leitura e da escrita bem como o aprofundamento dos hábitos de leitura, em especial entre a população escolar. As suas principais ações foram (e continuam a ser) a promoção da leitura diária em jardins de infância e escolas de 1º e 2º ciclos, nas salas de aula e promoção da leitura em contexto familiar, em bibliotecas públicas e noutros contextos

⁵⁸ [Consult. 2011-04-18]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.apel.pt/>>.

⁵⁹ [Consult. 2012-04-18]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/index1.php>>.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Plano nacional de leitura - relatório síntese, p. [2]. [Consult. 2012-06-18]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/pnlv/uploads/relatoriosintese.pdf>>.

sociais tais como nos centros de saúde. Consideram-se igualmente público-alvo privilegiado destas iniciativas os educadores, professores, pais, encarregados de educação, bibliotecários, animadores e mediadores de leitura. Ou seja, os mesmos profissionais com formação e competências para a aplicação da Biblioterapia, desde que especializados nesta vertente terapêutica da leitura. Aos órgãos de comunicação social solicita-se a participação no PNL através da sensibilização da opinião pública e através de campanhas e programas centrados no livro e na leitura, bem como a criação de ‘blogs’ e ‘chat-rooms’ sobre livros e leitura para crianças, jovens e adultos. Por fim, obriga à apresentação de um relatório anual que avalie a eficácia da sua implementação.

Em 2007, o GEPE, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, encomendou um conjunto de estudos a várias instituições do ensino superior e centros de investigação, com o fim de obter informação atualizada acerca das questões essenciais relativas ao desempenho do PNL durante o primeiro ano de aplicação. Segundo as informações recolhidas no sítio na Internet do GEPE⁶², as principais componentes desta avaliação foram a análise documental da execução do PNL, inquérito às escolas, estudos de caso (em escolas, bibliotecas escolares e públicas e em câmaras municipais), barómetro de opinião pública e entrevistas a dirigentes de associações ligadas à leitura bem como a atores sociais ligados à promoção da leitura: editores e livreiros, bibliotecários, profissionais da saúde, educação e infância, professores de português e associações de pais.

Maria de Lourdes Lima dos Santos (2007) é autora da obra ‘*A leitura em Portugal*’ e nela faz uma análise dos resultados do referido inquérito promovido pelo GEPE em relação ao 1º ano de aplicação do PNL. Passamos a descrever algumas dessas conclusões – apenas as posições dos pais e/ou encarregados de educação – para avaliarmos o impacto da leitura nas crianças e adolescentes, em 2007. Em relação ao posicionamento dos pais sobre as práticas de leitura dos seus filhos/educandos, nota-se que apenas um grupo restrito realiza um conjunto de atividades relacionadas com o acompanhamento escolar dos seus educandos. Quanto ao estímulo de práticas de leitura dos seus filhos/educandos, sete em cada dez pais declaram oferecer-lhes livros adequados, iniciar o contacto destes com a leitura através de ‘livros-brinquedo’ e ler-lhes livros antes que estes tenham aprendido a fazê-lo. Cinco em cada dez aconselham os filhos a reservarem tempo para ler e conversam com eles sobre os livros que leem. Algumas iniciativas de fraca adesão são as relacionadas com as bibliotecas –

⁶² [Consult. 2011-04-18]. Disponível em WWW:<URL:[CIES_AvaPNL_23_10_2007 resultados PNL]>.

participação em programas de estímulo à leitura, seja em bibliotecas escolares ou públicas – e as visitas a livrarias. Quanto à orientação de leitura dos menores, metade dos pais afirma fazê-lo, e destes, nove em cada dez justifica essa ação tendo como objetivo desenvolver nas crianças a imaginação e a criatividade, desenvolvendo ainda a expressão escrita e oral, o gosto de ler cada vez mais, para que adquiram uma boa cultura geral. Os pais e/ou encarregados de educação atribuem grande importância a todas as atividades de promoção de leitura na escola, mas valorizam em especial o incentivo à leitura de livros adequados à idade dos filhos. O que mais desvalorizam é a promoção de *sítios* na Internet, o que de certo modo justifica o ainda reduzido acesso à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em programas de promoção da leitura. Quanto ao posicionamento sobre as bibliotecas escolares e as da rede de leitura pública, os resultados demonstram uma utilização cumulativa de ambas, mas pouco frequente. Em relação aos motivos justificativos para a não frequência surge como principal o que se refere à idade precoce das crianças ou então é evocado o facto de terem outras formas alternativas para aceder aos livros. Apesar da pouca frequência registada quanto à utilização das bibliotecas, os inquiridos conferem um elevado grau de importância a todas as iniciativas de estímulo à leitura, especialmente as que contemplam a preocupação de adequação à idade, de satisfação do interesse pessoal e de apoio ao desenvolvimento de projetos escolares. Por fim, confrontando os pais com dois incentivos à leitura: ler para as crianças e conversar com elas sobre livros e leituras, tendo em conta o incentivo que o inquirido recebeu em criança e o dos seus filhos/educandos, constata-se que, para ambos os casos, é mais frequente a primeira opção - ler para as crianças.

Desde então, todos os anos se tem procedido à avaliação do PNL. Vamos de seguida enumerar algumas das conclusões do inquérito efetuado no final do quarto ano de execução, em 2010⁶³:

- 1 - Foi reconhecida pelas associações e atores sociais a pertinência da continuidade do PNL;
- 2 - Continuação de um bom acolhimento das iniciativas desenvolvidas no Plano;
- 3- Adequação da prioridade à promoção da leitura da população escolar mais jovem e correspondente centralização nas escolas e bibliotecas escolares;
- 4 - Reconhece-se a necessidade de o PNL alargar a sua intervenção aos alunos de 3º ciclo, ensino secundário e população adulta em geral assim como a necessidade de envolver de uma forma mais efetiva as bibliotecas públicas;

⁶³ [Consult. 2012-01-18]. Disponível em WWW:<URL:
http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/pnlv/uploads/conferencias/avaliacao_externa.pdf>.

5 - Observa-se com satisfação a inclusão do PNL nas unidades de saúde, reforçando a prática do aconselhamento de leitura pelos profissionais da saúde aos utentes. Apesar de ainda não estar totalmente generalizada esta prática, nota-se uma boa receptividade por parte das famílias em relação à leitura em família.

6 - Houve bom envolvimento de outros atores sociais relevantes neste domínio tais como bibliotecas públicas, câmaras municipais, associações, fundações e algumas empresas. Pode generalizar-se por uma boa receptividade pública.

A avaliação de 2010 ao PNL, conclui que “as campanhas de divulgação do Plano e as iniciativas desenvolvidas, algumas incluindo oferta de livros, contribuíram para aumentar a visibilidade pública do Plano e chamar a atenção para a importância da leitura”⁶⁴.

Em súmula, podemos concluir que sem leitura e conhecimento não pode haver lugar para uma correta implementação das práticas biblioterapêuticas. O permanente trabalho de desenvolvimento das diversas variáveis envolvidas no processo da leitura, por parte dos diferentes atores envolvidos neste processo, como acabámos de analisar neste capítulo, é indispensável para o sucesso pretendido nesta área.

⁶⁴ Idem, p. 37.

CAPÍTULO 3

Fundamento Filosófico e Componentes Biblioterapêuticos

Seja como arte ou como ciência, a Biblioterapia fundamenta-se em princípios filosóficos que auxiliam na sua aplicação e na obtenção de resultados cada vez mais benéficos. Por isso, é objetivo deste capítulo apontar o principal fundamento filosófico que esta terapia utiliza para a aplicação do seu processo, descrever as diversas etapas bem como os campos de atuação, resultados e limitações da mesma.

3.1- Fundamento Filosófico: a Identidade Dinâmica

Citamos Ouaknin (1996, p. 97) que considera que a **identidade dinâmica** é a tese central da Biblioterapia onde “o ser humano, como criação contínua e em movimento constante, encontra as suas forças no processo narrativo-interpretativo da atividade da leitura”.

Assim, conforme Ouaknin:

[...] para a Biblioterapia, a identidade é um não lugar, pois o ser humano é um ‘ser de caminho’, um homem em marcha. Assim, ao lado da identidade estável, as marcas distintivas do homem – caráter, nome, profissão, posição social – existe a identidade construída pelas identificações adquiridas nos modelos, heróis ou valores nos quais a pessoa se reconhece, que poderia ser chamada **identidade dinâmica**. As histórias, contadas ou lidas, propõem ao ouvinte ou leitor a possibilidade de mudança de direção da trajetória inicial da sua história. Dessa forma, as personagens, situações ou intrigas que aparecem nas histórias ficcionais permitem ao ouvinte ou leitor identificações literárias construídas a partir da identidade narrativa que circula entre o texto e a ação
Ouaknin (1996, p. 98-99).

De igual modo, segundo a tese de Caldin (2001), “[...] a Biblioterapia aceita a possibilidade de terapia através de textos literários, contempla a leitura de histórias e os comentários a ela adicionais e propõe práticas de leitura que desencadeiem a interpretação do texto”. É por tudo isto que o fundamento filosófico essencial da Biblioterapia para esta autora, tal como para Ouaknin, assenta na ‘**identidade dinâmica**’. De forma mais explícita, a autora quer dizer que o processo de identificação do leitor-ouvinte vale-se da ‘*introjeção*’ e da projeção, componentes básicas da Biblioterapia, que funcionam com base “do eu” para “o outro”, partindo do princípio que toda a experiência poética é catártica e que a libertação da emoção produz uma reação de alívio da tensão e purifica a mente, assumindo valor terapêutico.

Em síntese, Caldin (2001) afirma que a “linguagem em movimento”, o diálogo, a identidade dinâmica e o processo biblioterapêutico combinados provocam uma dinamização e ativação existencial que se realiza através da ativação da linguagem. As palavras não são neutras e a linguagem metafórica conduz o homem para além de si mesmo; ele torna-se outro, mais livre no pensamento e na ação.

Apesar da palavra **terapia** assumir essencialmente um sentido curativo, na realidade envolve um sentido mais amplo, implicando também uma atitude preventiva. Assim, o sentido elementar da palavra **terapeuta** será ‘aquele que cuida’, cuidando não só do corpo mas também do espírito.

3.2 - Componentes Básicos da Biblioterapia

Caldin (2001) identificou no seu estudo, as componentes básicas da Biblioterapia, como sendo: a catarse, o humor, a identificação, a introjeção, a projeção e a introspeção. A autora tece algumas reflexões sobre as mesmas, com base em considerações anteriores de outros autores:

- Catarse

Acredita-se ser possível substituir o teatro pelos textos literários, pois estes podem provocar as mesmas emoções. As palavras são, deste modo, consideradas instrumentos essenciais para o tratamento do espírito. Aristóteles criou o género literário - a tragédia, como forma de transformar certos sentimentos baseados no medo e na piedade em prazeres estéticos, sendo tais emoções ativadas por uma representação considerada como artística, por forma a anular a força maléfica inicial.

Do mesmo modo se processa a catarse por meio dos textos literários em que uma alegria serena advém da leitura de narrativas que transformam em prazer a piedade e o temor. A catarse pode então ser entendida como pacificação, serenidade e alívio das emoções. É nessa perspetiva que a autora faz a ligação entre leitura de textos literários e a função catártica. “Este ponto de vista está em consonância com a conceção moderna de catarse em que o termo é utilizado com referência à função libertadora da arte” (ROSA, 2006, p. 29).

- Humor

Segundo Freud, “[...] o humor é um triunfo do narcisismo porque o ego recusa-se a sofrer. O humor é a rebelião do ego, transformando o objeto de dor em objeto de prazer. Assim, acredita-se que os textos que privilegiam o humor constituem uma possibilidade terapêutica” (ROSA, 2006, p. 29).

- Identificação

Conforme Laplanche e Pontalis (1994, p. 226), “a identificação é um processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspeto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro” (ROSA, 2006, p. 30).

- Introjeção

A introjeção está relacionada com a identificação; referem-se de novo Laplanche e Pontalis (1994, p. 351) ao afirmarem que ela “se constitui num processo evidenciado pela investigação analítica: o sujeito faz passar, de um modo imaginativo, ‘de fora para dentro’, objetos e qualidades inerentes a esses objetos” (ROSA, 2006, p. 30).

- Projeção

Segundo ainda Laplanche e Pontalis (1994, p. 374) “[...] a projeção é, num sentido propriamente dito, a operação pela qual o sujeito expulsa de si e localiza no outro – pessoa ou coisa – qualidades, sentimentos, desejos e mesmo ‘objetos’ que lê, desconhece, ou recusa nele” (ROSA, 2006, p. 30).

- Introspeção

De acordo com a definição do dicionário Michaelis (1998, p. 699), “[...] a introspeção é a descrição da experiência pessoal em termos de elementos e atitudes e à observação, por uma determinada pessoa, dos seus próprios processos mentais”. Deste modo, a leitura favorece a introspeção e leva o indivíduo a refletir sobre os seus sentimentos e, em contexto terapêutico, facilita a possibilidade de mudança (ROSA, 2006, p. 30).

Segundo Hasse (2004), a descrição do processo biblioterapêutico é tão variado quanto são as suas numerosas definições. Diz ela que, usualmente, as atividades na Biblioterapia são traçadas para dar informação, promover ‘*insight*’, estimular discussões sobre o problema, comunicar novos valores e atitudes, tomar consciência de que outras pessoas possuem problemas similares, dar soluções realistas para os problemas. No entanto, para que o processo se torne eficiente, o mesmo deve considerar a qualidade dos textos e o impacto deles sobre o leitor.

O mesmo afirma Goodman (1991, p. 11), “a qualidade dos textos e do material a serem utilizados é fundamental para o sucesso da Biblioterapia. Um bom texto literário ou qualquer outra obra de qualidade permitem, pela sua profundidade, uma compreensão e construção em vários níveis”.

Para reforçar a importância da escolha do texto literário indicamos de novo Rosa (2006, p. 31): “[...] este tem de ser adequado às necessidades do paciente e deve favorecer o confronto com os variados dilemas de maneira segura. Para além disso esta escolha precisa de incluir os aspetos sociais, culturais e educacionais do paciente envolvido”. E Hasse acrescenta:

“É preciso que a seleção para efeito da Biblioterapia, não se restrinja às características literárias de conteúdo das obras. É necessário também levar em conta os aspetos psicoeducacionais dos indivíduos envolvidos. Da interação entre estes dois polos é que surgirá uma Biblioterapia efetiva” (HASSE, 2004).

3.3 - Biblioterapia: Arte ou Ciência?

Para iniciar a aplicação do processo terapêutico com livros – Biblioterapia – é essencial proceder à escolha de um texto, por exemplo, um conto, uma poesia, uma parábola, cujo tema o terapeuta deseja salientar por estar diretamente relacionado com as inquietudes não plenamente conscientes do leitor/paciente. A leitura conduz o leitor para um estado de introspeção, permitindo que certas vivências interiores e percepções se tornem mais intensas. Deste modo ele acaba apreendendo intuitivamente o conteúdo da mensagem que a narrativa encerra, com ou sem a intervenção direta do biblioterapeuta, aproximando-se de si mesmo, de um modo mais descontraído e efetivo. Esta é a Biblioterapia como arte.

Para Pintos (1999, p. 22), “quando a leitura do texto é feita pelo terapeuta durante a consulta clínica, o clima que favorece o impacto da leitura no paciente deve ser criado pelo próprio terapeuta a partir da sua inflexão de voz, ritmo de leitura, conteúdo da narrativa [...]”, esta é a Biblioterapia como ciência.

3.4 - Estágios do Processo Biblioterapêutico

De acordo com estudos já efetuados, Rosa (2006, p. 31-32) afirma que são quatro os estágios do processo biblioterapêutico: a identificação, a seleção, a apresentação e o ‘acompanhamento-discussão’. Cada uma das etapas deve ser conduzida por um terapeuta e são todas igualmente importantes. Vamos desenvolver um pouco cada uma delas conforme a autora as apresenta.

- **Identificação** – identificar os problemas e as emoções do indivíduo tem que ser a primeira etapa, a qual envolve a necessidade de uma sensibilidade particular por parte do terapeuta. As necessidades do paciente precisam de ser identificadas para que haja uma seleção apropriada dos textos a fim de que exista um perfeito ajuste dos mesmos aos seus problemas pessoais.
- **Seleção** - o processo de seleção requer habilidade e introspeção, já que o livro ou texto deve fornecer informações corretas sobre o problema, e, ao mesmo tempo, não permitir falsas sensações de esperança no paciente.

- **Apresentação** - o texto deve ser apresentado de forma cuidadosa e estratégica para que o doente seja capaz de reconhecer semelhanças entre si e as personagens do texto. Assim que ele consiga identificar-se com a personagem principal, introduz-se a última etapa, para que seja discutido entre ambas as partes o que foi apreendido.

- **Acompanhamento e discussão** - esta parte final, o acompanhamento e discussão, é decerto a mais marcante, pois sem este tipo de atividade após a leitura, o processo torna-se apenas mais uma ‘mera leitura’. O paciente expressa a catarse, verbalmente, em discurso ou por escrito, ou não verbalmente, por meio da arte, teatro, ou outra atividade à sua escolha. Assim que ocorre a catarse, o paciente pode ser conduzido para ‘dentro do seu problema’ através da interpretação da personagem do texto.

Também Ouaknin (1996) afirma que esta terapia deve ser conduzida através da interpretação dos textos, e divide a leitura em dois momentos, a explicação (interpretação objetiva) e a compreensão subjetiva. O primeiro é o momento no qual se evidencia a estrutura textual, o funcionamento interno, ou seja, quando acontece a interpretação objetiva do texto. O segundo momento da leitura tem como objetivo reconhecer a eventual possibilidade de uma identificação com a figura da personagem, ou seja, de uma adequação subjetiva. Para este autor, segundo Rosa (2006, p. 32-33), esta é a fase da compreensão subjetiva e existencial, do efeito do texto no leitor que o recebe e se apropria do seu sentido:

[...] tem efeitos práticos e psicológicos: transfigura-se o mundo da realidade e o ego do leitor. A interpretação do texto é uma proposição de mundo, de um mundo que possa ser habitado por mim para projetar nele um dos meus possíveis mais próprios (OUAKNIN, 1996, p. 200).

Para este autor o processo biblioterapêutico é como uma metamorfose, pois é uma prática peculiar de leitura que leva a uma alteração através do querer, ou seja, conduz o indivíduo a novas configurações de pensamento e ações por vontade e iniciativa próprias. Ouaknin acrescenta ainda acerca da experiência da leitura que esta se divide em várias etapas: a da imaginação, a da narração e a da decisão-ação:

Tempo da imaginação: fase teórica – é a primeira fase da leitura, vista pela suspensão da percepção do mundo real para dar lugar a uma interpretação que joga com variações imaginativas, possibilitando ver novas formas do mundo e, consequentemente, novas formas de ser no mundo.

Tempo da narração-ficção: fase na qual o leitor começa a inventar, a contar o que leu. O jogo imaginativo e narrativo leva o leitor para uma temporalidade antecipadora e, assim, para um jogo pragmático.

O poder de decidir e de escolher do leitor define a última etapa da leitura ‘o tempo de ação’ (OUAKNIN, 1996, p. 201-202).

De acordo com esta teoria conclui-se que, se na primeira etapa o mundo real é esquecido para que o mundo do texto possa surgir em toda a sua plenitude e destituído de toda a lógica, na parte da narração o sujeito retoma a rutura com a realidade e procura reestruturá-la, em função de um ‘querer ser’, de um ‘querer-agir’ de outro modo, sendo que na fase de decisão-ação concretiza as suas opções de leitura.

3.5 – Público-alvo e Áreas com maiores Potencialidades de Aplicação

Não importa se é mais como arte ou mais como ciência, a verdade é que o interesse pela Biblioterapia tem crescido em ritmo acelerado. Deste modo, são cada vez mais as áreas onde esta está a ser aplicada. Vamos referir apenas algumas das mais comuns: no campo correcional, na educação com crianças, em medicina, na psiquiatria e com idosos. A área referente ao campo correcional será alvo de um estudo mais pormenorizado no quarto e, especialmente, no quinto capítulo, dado que é o objeto primeiro deste trabalho de investigação, embora se aborde de forma sucinta e integrada, de seguida:

- No campo correcional:

Neste campo o objetivo da Biblioterapia é a recuperação de jovens e adultos delinquentes, que, em geral, têm problemas emocionais e de ordem social, cuja resolução pode ser ajudada pela leitura. Segundo Rosa (2006, p. 34) “considera-se que o uso do livro provoca a diminuição da ansiedade, despertando novos interesses, canalizando a agressividade para ações reconhecidamente benéficas pela sociedade. Para além disso, a leitura também contribui para a verbalização dos problemas”. Existem registos de investigações que comprovam o sucesso de experiências deste género, como é o caso de *A leitura na prisão*, dissertação de Mestrado da autoria de Isilda Afonso (2000).

Segundo refere Caldin (2001), “Hasse, no Brasil, em 1982, aplicou a Biblioterapia em prisões como instrumento para a reeducação social do presidiário”. Foi um trabalho realizado em conjunto pelo bibliotecário, psicólogo e assistente social aliado à terapia convencional do estabelecimento prisional, voltado para o trabalho e o lazer. E ainda sobre este assunto afirma Hasse (2004): “a Biblioterapia tem sido aplicada desde o início do século XX, evoluindo na sua abordagem até aos dias atuais. O uso da técnica pode ser visto também em prisões [...] e com uma população bastante diversificada”.

É nosso propósito verificar e, sobretudo, confirmar ou infirmar a opinião dos nossos autores de referência nesta área da Biblioterapia através de uma análise rigorosa tendo em consideração as suas afirmações e as realidades estudadas.

- Na educação:

Constatou Rosa (2006, p. 34) que para Ratton (1975, p. 208), “a leitura dirigida para crianças pode ser efetuada antes mesmo da sua alfabetização e criará condições preparatórias para o desenvolvimento do hábito de leitura”. Deste modo, podemos afirmar que o livro deve ser utilizado em crises de adolescentes e crianças com problemas especiais mas também como instrumento de apoio e prevenção.

Continuamos com Rosa (2006) a referir a experiência de Ratton (1975, p. 205) “alguns professores atualmente utilizam livros não escolares para desenvolver atitudes, preparando o aluno para enfrentar os problemas da vida moderna”.

Hoje em dia, com as modificações nos métodos didáticos impostos pelas modernas pedagogias, a necessidade de realizar pesquisas e busca de informações, o confronto entre as diversas opiniões, com a utilização massiva da Internet, existe um sem número de instrumentos disponíveis para a ajuda e orientação da criança. Estes estímulos funcionarão não só para acumular conhecimentos como também para a formação do seu próprio património intelectual e para que a criança saiba como operar, comparar, criticar e usar tudo o que vai aprendendo.

Jan Grubb Philpot é um destes orientadores de leituras com crianças. Na sua obra *Bibliotherapy for classroom use* (1997), ele descreve de forma natural mas assertiva o modo de lidar em situações complicadas com crianças em contexto de sala de aula. Diz este autor que “o livro certo, na pessoa certa, no momento certo” é a melhor chave para o sucesso desta terapia.

- Em medicina:

No campo da medicina, Rosa (2006) adota a definição de Biblioterapia de Vasquez (1989, p. 40) como exemplo desta terapia como ciência: “[...] o uso da leitura, especialmente a imaginativa, em grupos de pessoas com problemas emocionais ou comportamentais”. E continua ao afirmar que estes sujeitos podem participar nestes programas voluntariamente ou não. Também considera que a aplicação deste tipo de terapia deverá ser geralmente planeado e conduzido por um médico ou um bibliotecário, mas acha prudente que, tanto o médico como o bibliotecário, se empenhem a fundo na aplicação e condução dos trabalhos biblioterapêuticos. O ambiente para a execução das atividades práticas poderá ser na própria instituição onde o doente se encontra. Para este autor, as metas a alcançar com esta terapia serão apenas alterações ao nível do comportamento (ROSA, 2006, p. 35).

Ainda segundo Vasquez (1989):

Em muitos países a biblioteca é considerada indispensável nos hospitais e instituições similares. O uso da Biblioterapia é especialmente aconselhado para os pacientes que terão de se manter acamados por vastos períodos de tempo e sem exercerem qualquer atividade. A leitura pode ser usada na profilaxia, reabilitação e na terapia propriamente dita.

Nesta linha de pensamento vai também Caldin (2001), que relata uma experiência de aplicação da Biblioterapia numa clínica da Universidade Federal de Santa Catarina, no Brasil, realizada por Eva Maria Seitz em 2000, onde realça “[...] a função da Biblioterapia como fonte de lazer e de informação, e no processo de humanização do hospital, ou seja, na interação entre bibliotecário-paciente-enfermeiros e na socialização dos pacientes”.

Outro estudo referido pela mesma autora relata um projeto desenvolvido na Universidade Católica do Rio Grande do Sul, onde o Projeto Biblioterapêutico:

[...] tinha como objetivo implementar um trabalho de terapia por meio da leitura em diversos hospitais pediátricos brasileiros. Após análise deste projeto constatou-se a eficácia da Biblioterapia no uso da literatura infantil como fonte integradora no processo de cura que envolve corpo e mente. As histórias lidas às crianças enfermas resgatavam o sonho, o imaginário e o lúdico, fornecendo um suporte emocional e um alívio temporário das dores e dos medos decorrentes da doença e do ambiente hospitalar (CALDIN, 2001).

Conforme declara Ratton (1975, p. 206), citado por Rosa (2006, p. 35), “em alguns hospitais, a adaptação à vida hospitalar é auxiliada pela participação em grupos de leitura que visam promover o contacto entre pacientes e proporcionar-lhes oportunidade de comunicação”.

Podemos deste modo concluir que o uso de textos específicos pode ser útil aos doentes não só como fonte de distração mas também para obtenção de informações sobre os tratamentos especiais ou intervenções cirúrgicas a que tenham de se submeter.

- Em psiquiatria:

Diz-nos a autora que temos vindo a tomar como referência para a descrição das várias hipóteses da aplicação desta terapia que “em psiquiatria os livros podem atuar como elemento adjuvante nas diversas etapas da doença e da cura: a Biblioterapia é aplicada com a finalidade de curar distúrbios psíquicos já instalados no indivíduo. Há casos em que o doente tem grande dificuldade de expressão e comunicação, exigindo um tratamento anterior à terapia propriamente dita” (ROSA, 2006, p. 36).

Finaliza afirmando que as primeiras experiências com grupos de leitura neste campo foram efetuadas com doentes mentais e que também são bastante beneficiados com este tipo de terapia sujeitos dependentes de drogas.

- Com idosos:

A Biblioterapia faculta aos idosos uma preparação para a abordagem de temas considerados por eles ‘tabu’, tais como os de índole sexual, sobre a morte ou sobre as doenças de que padecem. Também é usada para “a diminuição da ansiedade, ajudando-os a aceitar as suas novas condições de vida, mantendo-os em boas condições psicológicas” (ROSA, 2006, p. 36).

Sobre este tema da Biblioterapia com idosos, Caldin (2001) fala-nos de um projeto conduzido pela Universidade Federal do Ceará:

O projeto Renascer foi [criado] com a intenção de reforçar valores e dissipar o isolamento do idoso. Implementado num Lar em Fortaleza, era constituído por um programa permanente de Biblioterapia como recurso educacional e terapêutico. Fez uso da leitura e de outras atividades lúdicas como coadjuvante no tratamento das pessoas acometidas de doenças, em estados depressivos ou que passam muito tempo afastadas do lar e da família. Os resultados demonstram uma mudança comportamental significativa nos idosos do asilo, devido à melhora na situação psicológica e social (CALDIN, 2001).

Segundo investigações feitas por Rosa (2006) a alguns autores e pesquisadores, conclui-se que o livro surge como o elemento mais indicado para proporcionar informações sobre o processo de envelhecimento, por exemplo, abordando os seus aspetos físicos, psicológicos e, sobretudo, para esclarecimento dos problemas sexuais que o idoso não consegue abordar espontaneamente, como já foi referido. A autora sintetiza deste modo os principais objetivos a atingir na Biblioterapia com idosos: tratamento ideal para o reajustamento ocupacional na velhice, atualização educacional, socialização e motivação.

Vasquez (1989, p. 51) definiu quatro metas a atingir com a Biblioterapia destinada às pessoas com idade avançada: enriquecimento, visão interna do próprio ser, percepção e sentir a realidade:

Enriquecimento – estimular e enriquecer as pessoas para que não multipliquem os problemas da vida quotidiana. O idoso, mantendo contacto com os seus próprios sentimentos através das facilidades adequadas propiciadas pela Biblioterapia, pode vir a entender-se melhor;

Visão interna do próprio ser – procura ajudar o participante a adquirir novas visões internas. Com isso, pode chegar à conclusão de que ele pode não ser o único que sofre uma determinada situação ou um problema específico;

Percepção – tem como finalidade aumentar a percepção das pessoas do seu grupo de relação. A experiência de estar num grupo de pessoas que estão a comunicar entre si honestamente sobre os seus sentimentos pessoais ou qualquer outro tipo que for levantado, é propiciar a cada um a sua própria reação;

Sentir a realidade – busca engrandecer as visões internas do indivíduo para o mundo e ao seu redor, advertindo-o para a realidade da situação da vida e ajudando-o a lidar com o que não pode ser mudado (VASQUEZ, 1989, p. 51).

Para concluir este capítulo sobre o público-alvo da Biblioterapia, podemos recapitular um pouco os autores citados sobre as áreas mais propícias à sua aplicação.

Hasse (2004), citada por Rosa (2006, p. 38), afirma que:

[...] a Biblioterapia, seja como arte ou como ciência, tem aumentado constantemente e é aplicada numa grande variedade de formas e por um grande número de pessoas. Esta terapia deve ser testada empiricamente para ajudar tanto os praticantes como os pacientes na avaliação da sua utilidade. [...] em 300 estudos foi identificada a sua eficácia e em 70 estudos foram identificadas 10 diferentes categorias de problemas onde se operam mais-valias, entre os quais: ansiedade, assertividade, perda de peso, controlo de impulsos, depressão, educação, disfunção sexual, carreira, autoconceito, etc. (HASSE, 2004).

Ainda segundo Hasse (2004), é consensual entre os investigadores nesta área, de que não há técnicas mais ou menos apropriadas e que não se encontram diferenças significativas entre a eficácia da autoajuda ou a intervenção assistida por um terapeuta. A autora refere, contudo, que a Biblioterapia é mais eficiente nuns campos que noutros. Por exemplo, é mais ativa na redução do medo, dores de cabeça, depressão, treino de habilidades, assertividade e disfunção sexual e menos eficiente para dieta e exercícios, problemas de estudo e hábitos de comportamento.

3.6 - Benefícios e Limitações da Biblioterapia

Ao abordarmos os benefícios da Biblioterapia há em simultâneo outros aspetos igualmente importantes que devem ser tomados em consideração e que assentam nas suas limitações, que a mesma também encerra. Não se deve opinar sobre os primeiros sem contrapor os segundos, pois uns dependem dos outros. Isto acontece porque qualquer recurso biblioterapêutico não serve para toda e qualquer pessoa. Uma leitura de um texto adequada para um paciente pode mostrar-se totalmente descontextualizada para outro. Acredita-se que cada paciente apresenta uma circunstância e enquadramento social, económico e educativo, diferenciado, de onde decorrem necessidades individuais e específicas e também elas diferenciadas. Não é por acaso que um dos lemas da Biblioterapia é *‘o livro certo para a pessoa certa na hora certa’*⁶⁵.

Pintos (1999, p. 25-26), aponta diversos fatores que justificam os benefícios desta terapêutica:

- Não constitui risco algum, desde que as narrativas sejam aceites como intervenção e não intrusão, permitindo ao terapeuta chegar ao interior do paciente com mais facilidade;
- Reduz o nível de resistência por parte do paciente às intervenções do terapeuta, tornando mais ágil o processo de mudança;

⁶⁵ Philpot (1997) - *Bibliotherapy for classroom use*.

- Identifica a ideia e a direção da mudança com uma imagem que permanece no indivíduo, tornando-se um novo recurso para o paciente;
- Oferece novos modelos de flexibilidade, indicando outras possíveis respostas diante de situações similares vividas pelo paciente;
- Promove a independência do paciente, assegurando a sua participação no processo terapêutico ao inferir, descobrir ou concluir a mensagem do texto, chegando às suas próprias conclusões, e não às interpretações do terapeuta.

O orientador da leitura deverá assim, no princípio, tentar enquadrar o paciente dentro da história lida, tentando estabelecer uma relação entre a história lida e o que a mesma transmite por caminhos, que, na vida real, o paciente talvez não tivesse trilhado. Depois de efetuado este procedimento inicial deve dar-se a liberdade ao paciente-leitor para descobrir por si próprio na história lida o caminho da sua história pessoal. Deste modo, “a Biblioterapia permitirá que o paciente focalize a sua atenção na situação do outro e a interiorize como se tivesse sido já experimentada por si” (PINTOS, 1999, p. 36).

Um outro aspeto a ter em conta também, é o da perspectiva terapêutica para avaliação do livro, que nunca poderá ser semelhante a uma crítica literária, pois a técnica biblioterapêutica admite qualquer ‘*palavra-hipótese*’ escrita, desde que ela venha a cumprir a função proposta.

A este respeito fala-nos Hasse (2004): “Para que o livro ou texto causem o impacto desejado no paciente, o terapeuta necessita avaliar a obra na perspectiva do doente e, a partir daí, decidir se tal texto é oportuno ou conveniente para as circunstâncias na sua situação atual e se corresponde ao objetivo terapêutico”.

Conforme nos diz Rosa (2006, p. 39), há outro aspeto a considerar quanto à validade desta técnica, que é a eficácia do texto. Para esta ser verdadeiramente eficiente, o orientador da leitura deve estar familiarizado com a literatura que deseja usar e ter consciência da extensão e complexidade do texto. Ao mesmo tempo, o orientador deve conhecer muito bem a aptidão de leitura do paciente bem como a sua idade emocional e cronológica e o seu referencial de vida.

Sobre esta problemática refere Hasse (2004):

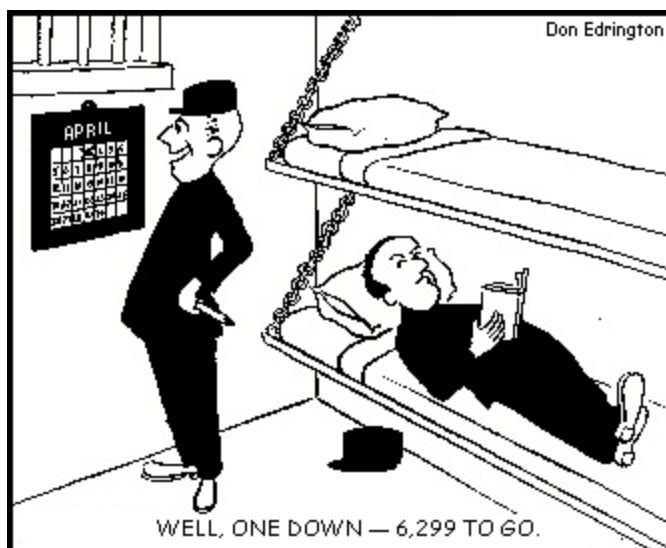
antes de utilizar a Biblioterapia, o terapeuta deve ter em mente que ela não é uma recomendação casual de certo texto para um indivíduo, mas uma ação deliberada que requer um planeamento cuidadoso. Ela deve ser conduzida com grande delicadeza, e nem todos os terapeutas possuem qualificações pessoais para ser um facilitador neste processo. Usar a leitura de um texto para ‘acionar a catarse emocional’ pode ser uma atitude de risco, caso o terapeuta não esteja preparado para lidar com os aspetos emocionais que dela possam resultar (HASSE, 2004).

Ou seja, nunca se deve tomar em mãos uma ação deste teor sem antes conhecer bem as próprias competências, assim como todas as possíveis repercussões – tanto positivas como negativas - que daí possam resultar.

Outra limitação que poderá afetar a eficácia desta técnica é a disponibilidade dos textos referentes a certos tópicos, que por vezes podem escassear nas bibliotecas. E ainda outra limitação pode ser apontada ao facto do leitor/paciente não se mostrar disponível ou não ter capacidade para ler/ouvir os textos.

CAPÍTULO 4

A Biblioterapia em Ambiente Prisional



Fonte⁶⁶

⁶⁶ In: Guidelines for Library Services to Prisoners. [Consult. 2011-04-18]. Disponível em WWW:<URL :<http://archive.ifla.org/VII/s9/nd1/56.pdf>>.

O meio penitenciário tem adquirido, nos últimos anos, considerável importância a nível da opinião pública, do tratamento informativo e do interesse científico; um conjunto de indicadores tem contribuído para esta situação: o crescimento quantitativo do número de detidos, a mudança na estrutura social do delito em situações como droga, crimes contra o património, contra as pessoas, contra a vida em sociedade, a informação que nos é transmitida sobre direitos e deveres dos cidadãos, entre outros.

Já em 1840 a ALA – American Library Association – recomendava firmemente a criação de bibliotecas nas prisões, e foi mesmo implementada uma na prisão de Sing-Sing, nos EUA, dirigida pelo capelão do célebre estabelecimento prisional, tal como refere Brown (1975). Por vezes, na ausência da biblioteca localizada dentro da instituição, uma simples biblioteca itinerante na hora do recreio fornecia a possibilidade de ligação com o mundo exterior.

Eleanor Brown realça que muitas vezes é difícil e frustrante a reentrada do ex-recluso na sociedade que deixou para trás, quando ingressou na prisão. Se o indivíduo esteve detido durante muitos anos, sentir-se-á perdido em relação ao mundo que ele conheceu. Neste caso os materiais de leitura selecionados nesse sentido podem ajudá-lo a trazê-lo à atualidade, à sua realidade do quotidiano e a sentir-se uma pessoa ‘normal’ e integrada.

É consensual que a vida na prisão exerce sobre todos os prisioneiros efeitos destrutivos, pelo que procurámos, com base na literatura existente sobre o assunto, elaborar uma lista de possíveis causas que levam a tal efeito, entre as quais se encontra a forma totalmente abusiva que impera no ambiente prisional em relação ao funcionamento humano normal, a insuficiente ou mesmo ausência de ajuda terapêutica centrada individualmente em cada sujeito, a falta de utilização com frequência das novas ciências comportamentais para uma melhor compreensão do indivíduo, o agrupamento forçado com pessoas com comportamentos sexuais desviantes, os encontros diários com sujeitos violentos, a relação de inferioridade entre detido-detentor, humilhações físicas, existência de rotinas de “trabalhos forçados” como punição, constantes violações de privacidade, opressão e domínio exercidos por alguns detidos sobre outros considerados mais fracos, espaço demasiado limitado, rigidez e inflexibilidade do sistema propriamente dito e falta de comunicação com o mundo exterior, são motivos que bastam para justificar a escolha do nosso campo de atuação da Biblioterapia como estudo específico, para prevenção e tratamento das perturbações que dele podem surgir (e que inevitavelmente quase sempre se fazem sentir).

Por todas estas razões, e dada a crescente preocupação a nível mundial pela efetiva implementação dos direitos humanos onde se inclui a situação singular do penitenciário,

decidimos refletir acerca das dificuldades, expectativas e objetivos que a aplicação da Biblioterapia nos estabelecimentos prisionais pode colmatar e apontar vias para uma forma diferente de reinserção, reeducação e reintegração na sociedade do cidadão ex-delinquente.

Certamente que esta ação terapêutica poderá ir muito para além de meramente fornecer ao recluso competências que não sejam apenas ler, escrever e contar, mas também que eles aprendam a gostar de participar ativamente nas propostas e sugestões de crescimento pessoal e reabilitação que lhes possam ser oferecidas através de projetos educacionais baseados na Biblioterapia, com os olhos postos na liberdade futura e numa nova oportunidade de vida ‘de acordo com as regras da sociedade’ onde se insere.

Iremos refletir sobre vários aspetos relacionados com a situação do indivíduo detido, entre os quais os de cariz institucional, psicossocial e de reinserção social, que de algum modo possam receber influências benéficas advindas da aplicação da terapia, em análise.

4.1 – O Ambiente Prisional e o Sentimento de Exclusão

Falar de luta contra a exclusão constitui um grande desafio e remete-nos de imediato para algumas reflexões que propõem uma cidadania igual para todos. É desafiador para qualquer pessoa empenhada na mudança das atitudes sociais vigentes, ter a possibilidade de inventar ‘novas’ práticas pedagógicas, culturais e sociais, através das quais os sujeitos excluídos – detidos ou livres – sejam capazes de viver plenamente a sua humanidade.

Sobre este assunto tão pertinente no âmbito do nosso trabalho, escrevem, com a autoridade que lhes é reconhecida, os investigadores Gisélia Fernandes⁶⁷ e Manuel Tavares⁶⁸, num artigo conjunto, publicado em Fevereiro de 2010 na revista em linha “Entretextos” pelo CeIEF – Centro de Estudos e Intervenção em Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, intitulado “O outro de si no contexto da experiência carcerária: educação e reabilitação, ocultação e desvelamento”.⁶⁹

Os autores, desenvolvendo a ideia de que, longe de ser um ‘remédio’, a prisão parece tornar o preso ainda pior do que antes, asseveram que a experiência dos detidos após cumprirem pena é reveladora e do conhecimento geral: poucos se recuperam e conseguem uma nova inserção na sociedade. Assim, afirmam que “a crença na eficácia do chamado tratamento penitenciário é algo ‘duvidoso’. Tem sido exaustivamente demonstrado que a prisão, ao contrário de qualquer efeito recuperador sobre o delinquente, parece ter sempre

⁶⁷ Consultora da UNESCO.

⁶⁸ Investigador do CeIEF.

⁶⁹ [Consult. 2012-06-18]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.ceief.ulusofona.pt/index.php/entretextos>>.

como subproduto indesejável a reincidência e a preparação para uma carreira de criminoso crónico da qual é quase impossível escapar”.⁷⁰

Perante estas declarações, é pertinente questionarmos o que está errado no sistema prisional atual, tal como o fazem G. Fernandes e M. Tavares:

- O que faz o Estado para assegurar os direitos humanos nas prisões;
- Que moral se pratica nas prisões e que conflitos se geram no sujeito ao tomarem consciência dos paradoxos entre o quotidiano prisional, baseado na violência e na repressão, e uma moral veiculada pela educação;
- Como solucionam os detidos as contradições morais que se lhes colocam no dia a dia.

Punição/reeducação

Na verdade, a privação da liberdade nas prisões baseia-se em complementos punitivos corporais: redução alimentar, isolamento periódico, privação sexual, ociosidade maciça e coação moral constante. Deste modo, a exclusão social que se vive nos locais de detenção provoca uma atitude de rejeição e de resistência por parte do detido, apenas latente. E os nossos investigadores questionam: em que medida a privação da liberdade levará a uma transformação do detido, ou melhor, qual a relação que existirá entre pena/resultado esperado.

Às suas perguntas e dúvidas, os autores respondem que, primeiramente, é necessário refletir sobre a situação cultural e humanitária dos detidos, podendo averiguar quais os contextos dialógicos e reflexivos que lhes são proporcionados, ou qual a melhor experiência educativa com capacidade de transformar o sujeito que cometeu um delito num sujeito capaz de repensar esse ato, por exemplo.

Em seguida, continuam G. Fernandes e M. Tavares, deverão ser proporcionadas aos detidos, no contexto prisional, condições educacionais que ajudem o indivíduo-educando a sair da sua situação de objeto para a situação de sujeito, mediante um processo de ação cultural. Deste modo poderia ser alterado o estereótipo de que todo o sujeito preso “não muda”, “não presta”, para uma posição bem mais afirmativa.

Concluem os autores que, pensar em educação numa instituição prisional “implica buscar, dar um lugar de ‘sujeito’ ao detido: dar-lhe um lugar como sujeito de linguagem, falante, dialogante, capaz de construir ‘possíveis’. É exigir um movimento dialógico intramuros que possa ser construído retomando a discussão sobre a sua dimensão educativa.”

São estas metas que se pretendem atingir em contexto educacional-prisional-biblioterapêutico, e que, após analisarmos um conjunto de fatores, tais como missões,

⁷⁰ Idem.

competências, legislação adequada, estudos e investigações sobre o assunto em tema, tentaremos expor por forma a ser alcançada uma conciliação entre a punição e a (re)educação.

4.2 – A Cultura nas Prisões

Para abordarmos este campo de atuação da Biblioterapia, começamos com a análise e a descrição de algumas iniciativas que promovem a implementação da cultura em geral nas prisões, ponto de partida para voos mais altos tais como o desenvolvimento da literacia e aumento da base cultural dos reclusos, o que implicará uma mais fácil reinserção na sociedade livre e no mercado de trabalho.

Todos vemos a prisão como um local pouco agradável, deprimente, onde a quase totalidade das pessoas detidas reclamam por ajuda, por um sítio de melhor qualidade, sem o amontoado de indivíduos que ocupam um mesmo espaço, mas também por estudo, por cultura, por educação, por profissionalização, por atividades que atenuem/eliminem o ócio e desenvolvam as suas faculdades intelectuais e morais. A justiça criminal e de reclusão nas sociedades modernas deve ser vista de uma forma mais humana e mais esclarecida também, alterando as antigas políticas de ‘apenas’ punição para ‘também’ políticas de educação, reabilitação e utilização construtiva do tempo de cárcere.

A leitura, com a sua polivalência, no contexto prisional, surge como uma excelente atividade de ocupação do tempo e da mente, além de dar aos reclusos uma oportunidade de engrandecimento intelectual e cultural. Por meio de um bom texto literário, com qualidade, pela sua profundidade e consequente compreensão e construção imagética é possível ajudar estes indivíduos a encontrarem um sentido para as suas vidas.

Um estudo abrangido pelo tema da ‘terapia através dos livros’ realizado no nosso país é o de Afonso (2000), que para a sua dissertação de Mestrado em Educação levou a cabo uma investigação numa instituição prisional portuguesa – Estabelecimento Prisional de Lamego – nesta área temática e obteve conclusões muito interessantes ao nível dos progressos obtidos na recuperação dos indivíduos detidos após a aplicação de procedimentos específicos que promovem a leitura nos locais de detenção. Explica a autora deste modo a sua intenção: “No âmbito do Mestrado em Educação - Supervisão Pedagógica em Ensino do Português, achámos por bem debruçar-nos sobre a problemática da leitura em ambiente prisional, o que pode contribuir para uma reflexão sobre este tipo de ensino, objetivos da leitura e a sua função formadora e socializadora” (AFONSO, 2000, p. 4). Para além disso, contribui

indubitavelmente para uma chamada de atenção por parte das autoridades com poder para reverterem a atual situação de ‘quase’ total abandono cultural dos detidos.

Complementarmente, mas na mesma linha, apresentamos dois testemunhos, embora representando realidades contextuais diferentes, pois uma delas refere-se a um caso em Portugal, enquanto o outro reporta a um caso no Brasil.

Testemunho 1/Portugal:

Numa reportagem transmitida pela RTP⁷¹ em 2011-09-24, intitulada “Autores vão a Caxias para conversar sobre livros com os reclusos” podemos avaliar a importância que os livros e a leitura têm para os detidos. Incentivar os hábitos de leitura foi o principal objetivo desta ideia que está a levar autores portugueses à Prisão de Caxias. Uma equipa daquela estação de televisão acompanhou uma conversa sobre os livros com um escritor que é simultaneamente Presidente da Câmara de Penafiel e autor de várias obras, como por exemplo “A escrava de Córdova”, Alberto C. Santos, e recolheu depoimentos de três reclusos acerca desse acontecimento: Rodrigo F., Nuno C. e Paulo J. Segue-se a transcrição desses depoimentos como testemunho real e na primeira pessoa.

Rodrigo F. afirma que “Adoro ler. Os livros permitem-me viajar, sonhar, imaginar e muito mais. [...] os autores que mais tenho lido são António Lobo Antunes e Isabel Allende.”

Nuno C. diz que “esta é uma boa iniciativa para dissipar um pouco aquela impressão de existir ‘apenas e só’ reclusão nos estabelecimentos prisionais e que é bastante negativa. Os meus autores preferidos são Fernando Pessoa e José Rodrigues dos Santos, que também gostaria de poder ver nestas ‘conversas sobre livros’ [...]”.

Paulo J. refere que “esta ação é um bom incentivo para atrair outros companheiros para a leitura. É uma boa iniciativa. Os meus autores de eleição são Margarida Rebelo Pinto e Miguel Sousa Tavares.”

O autarca e escritor apoia este tipo de atividades e revela que é uma bênção quando “o autor consegue chegar a alguém e sentir que foi a sua obra o elo de ligação entre as pessoas...”.

Testemunho 2/Brasil:

O segundo testemunho decorre de um trabalho de investigação realizado por Leandro Lopes Trindade⁷² (2009), numa Instituição prisional brasileira, “Centro de Internamento e

⁷¹[Consult. 2012-03-01]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.rtp.pt/noticias/?t=Escritores-incentivam-leitura-na-Prisao-de-Caxias.rtp&headline=20&visual=9&article=482125&tm=4>>.

⁷²Tecnólogo em Gestão Pública. Bacharel em Biblioteconomia. [Consult. 2012-02-13]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/adequacao-contratos-publicos/30682/>>.

Reeducação – Biblioteca Nova Vida”, em Brasília, que com base num questionário distribuído aos reclusos para que o preenchessem e transmitissem, desse modo, a sua opinião sobre o que pensavam ser a realidade cultural dentro dos muros da prisão, se pudesse perceber esta mesma realidade e a forma como era encarada pelos detidos.

“As variáveis observadas no inquérito foram a idade, escolaridade, frequência de uso da biblioteca, materiais mais procurados, preferências de leitura, benefícios propiciados pela biblioteca, tempo dedicado à leitura, quantidade de documentos lidos, horário e locais preferidos para a leitura, empréstimo de livros, condições após a leitura, a leitura como modificadora do comportamento humano e como terapia, a importância do apoio profissional, a leitura antes da prisão, dificuldades de uso da biblioteca e conceito de biblioteca prisional” (TRINDADE, 2009, p. 74).

Descreve o autor que, em relação à idade dos detidos, constata-se que nada há de surpreendente, sendo mesmo irrelevante, dado que “[...] a idade do indivíduo não revela exatamente o que ele é ou deveria ser. A idade é importante mas não o suficiente para esclarecer o que um indivíduo fez, é ou não capaz de fazer”. Em relação à escolaridade, é muito baixa, com “elevadas taxas de analfabetismo”. Quanto à frequência da biblioteca, a maioria respondeu que nunca a tinha visitado sequer, mas uma grande parte daquela população também referiu que está proibida de a frequentar, por razões diversas relacionadas com os delitos cometidos, os comportamentos quotidianos e as regras da Instituição. Assim, apenas uma pequena parcela de reclusos a frequenta, não podendo ser aplicada a metodologia da Biblioterapia a todos os reclusos, o que não é a atitude mais adequada, pois não promove diretamente a proximidade entre recluso/biblioteca. (TRINDADE, 2009, p. 76). Em relação aos materiais mais procurados, são os livros de romance, religiosos, de autoajuda e didáticos e também revistas. Quanto ao que os detidos pensam sobre a biblioteca, as respostas vão num sentido positivo, reconhecendo a maioria que ali é um lugar de cultura e conhecimento e que lhes proporciona bem-estar físico e mental. Sobre quantas horas dedicam por semana à leitura, apenas cerca de 30 minutos diários em média (p. 79). O autor considera que esta é uma média de leitura “irrisória” dada a grande disponibilidade de tempo que os reclusos têm. Mas sublinha também que “não há muita diferença quanto ao tempo que disponibilizam as pessoas em liberdade”. Portanto não é o fator ‘prisão’ que mais inibe na leitura mas provavelmente a iliteracia. Salienta também que em comparação com os Estados Unidos ou a Dinamarca, países onde são lidos 10-15 livros por pessoa/por ano, no Brasil só são lidos 4,7 por pessoa/por ano em média. Ainda segundo o autor, à partida existe logo uma maior exclusão

social dos indivíduos devido a possuírem pouco ou nenhum período de escolaridade. Quanto ao local favorito para ler, há grande discrepância entre o que os reclusos desejariam e o que as regras prisionais permitem. A grande maioria preferiria ler na cela e só uma pequena minoria refere a biblioteca; apesar de as celas terem piores condições de ventilação e claridade do que a biblioteca, eles consideram-nas locais mais sossegados e menos vigiados, podendo portanto estar mais à vontade. Mas a maioria não tem acesso à biblioteca pelas razões já apontadas e muito menos liberdade para requisitar livros e levá-los para as celas. Esta inibição leva a outras, tais como deixar de ter acesso à formação e desenvolvimento em geral. Sobre os benefícios advindos da leitura – e esta variável é já da área da Biblioterapia – quase todos são unânimes ao referir que melhorariam tanto mental como fisicamente. Trindade (2009, p. 81) salienta que “ninguém referiu que a leitura o deixa indiferente”. O que constitui uma prova inabalável de que, até pessoas com muito baixo nível escolar, e perante situações adversas deste tipo, sabem reconhecer os benefícios que advêm da leitura, explicando ainda o autor do inquérito que, através da leitura “dentro dos muros de betão e do arame farpado da prisão, eles conseguem obter liberdade, serenidade, purificação, relaxamento e diversão”. À pergunta seguinte, sobre a possibilidade da leitura alterar os comportamentos, “91% respondeu afirmativamente e referiu que os livros que mais os influenciam são os de autoajuda e os religiosos, como a Bíblia.” O autor infere desta resposta que, dados os conflitos emocionais e mentais que o recluso começa a enfrentar ao entrar numa prisão, esse facto leva-o a procurar algo ou alguém que lhe sirva de sustentáculo e apoio, e o livro e a leitura naquele momento surgem como o amigo capaz de transformar aos poucos o seu modo de agir e de pensar. Quando foram inquiridos se achavam que havia uma relação direta entre leitura e terapia, ou seja, se notavam que a leitura poderia servir como meio ou auxílio terapêutico, a totalidade respondeu afirmativamente, dando de novo um grande realce ao papel que a Biblioterapia tem nesta área, mesmo nunca tendo ouvido pronunciar essa palavra nas suas vidas. Em relação à importância que atribuem no auxílio à leitura proporcionado por um profissional, uma grande percentagem concorda que é uma mais-valia para eles serem orientados (por um biblioterapeuta, por exemplo) na seleção dos materiais mais adequados aos seus casos particulares. Quanto ao horário preferido para a leitura, 50% preferem a noite. O silêncio e a calma proporcionam dedicar maior atenção à leitura. Em relação à frequência com que os reclusos liam antes da prisão, as respostas são “escassa” e “esporádica”, o que demonstra mais uma vez o baixo nível de literacia e a falta de hábitos de leitura, mesmo antes de estarem presos. Em contrapartida, o autor realça o facto de que, a ociosidade e tempo dispensados no

cumprimento das penas, “pode favorecer a tomada de gosto pela leitura como uma ocupação do tempo e como prevenção de conflitos emocionais e psíquicos”. Quanto às maiores dificuldades que os reclusos encontram ao utilizar a biblioteca, estes referem que “geralmente ou não existe ou não conseguem encontrar exatamente o livro/obra que procuram”. Nenhum inquirido respondeu que para si a biblioteca era irrelevante, “[...] transparecendo nas respostas até uma certa deferência pela instituição-biblioteca, incluindo a biblioteca prisional”. Por fim, ao pedido de sugestões do que modificariam, se pudessem, para melhorar o seu acesso à biblioteca, e, por conseguinte, à cultura, eles responderam que gostariam de ter mais oportunidades para a frequentar, de ter melhores materiais e mais atuais, e de poderem levar os livros para as celas.

São ações deste teor que as pessoas detidas, como acabamos de verificar, tanto em Portugal como no Brasil ou eventualmente em qualquer outro país, esperam da sociedade, a qual tem a obrigação de corresponder para que ocorra uma plena reintegração social dos mesmos e uma resposta adequada aos seus anseios e aspirações.

4.3 - Aspetos Psicossociais na Prisão: a Biblioterapia como Fator de Mudança

A existência da prisão e o seu papel na regeneração dos comportamentos ‘menos corretos’ com vista à reinserção social assentam na ideia de que o homem é recuperável e que a sociedade tudo deve fazer para nela reintegrar aquele que se “desviou” da mesma. O trabalho prisional, a instituição, as visitas, o apoio de pessoal que se pretende cada vez mais qualificado, são algumas das disposições que se têm vindo a tomar de modo a transformar de uma forma positiva as prisões e a vivência do tempo em que se está privado de liberdade.

Ao longo deste e de outros trabalhos de investigação sobre reclusos constataram-se muitas dificuldades de leitura e escrita em diversas situações de aprendizagem, assim como a falta de hábitos de leitura, base essencial ao entendimento do mundo, à formação do cidadão e sua função na sociedade.

“Em nenhum lugar do mundo é tão necessário a existência de uma biblioteca como na prisão”, afirma Brown (1975, p. 167). Para alívio das tensões constantes, como fonte de lazer, como forma de ligação com o mundo exterior, para o ajudar a interiorizar e refletir sobre as razões da sua falha perante a sociedade, enfim, como um meio para alcançar a transformação ou catarse.

O ensino nos meios prisionais é uma questão bastante complexa. Os indivíduos esperam algo que os incentive, os faça pensar, agir, interagir, comunicar; e é este, também, o papel do

técnico profissional, seja um professor ou um bibliotecário, pois é ele que vai abrir caminhos para que alguma ‘luz’ se faça nas mentes desses ‘leitores-alunos’.

“A superação dos problemas das prisões e dos reclusos levanta muitas questões, devendo todos contribuir com os meios possíveis ao nosso alcance para tal. A educação [em sociedade] não pode ficar indiferente a essa necessidade” (AFONSO, 2000).

Em educação, uma importante via a ter em conta é a leitura, e as bibliotecas podem prestar um contributo determinante para a superação das dificuldades verificadas, o que deve ser feito a par da introdução da escolaridade nas prisões e da possibilidade de presos analfabetos, ou quase, adquirirem competências de alfabetizados, e de presos já alfabetizados desenvolverem o mais possível tais capacidades. O que se pretende é que, uma vez em liberdade, os indivíduos nestas circunstâncias aprendam a “defender-se” perante as exigências do mundo cada vez mais globalizado em que vivemos e possam recorrer a outra formação e apoios que lhes permitam realizar-se, cooperar em sociedade e não voltar à delinquência.

Pretendemos contribuir, com o nosso trabalho, para este processo, deixando um conjunto de reflexões suscetíveis de poderem ajudar na resolução dos problemas que afetam as nossas prisões – por forma a provocarem nelas uma transformação, enquanto espaços de passagem -, as quais deverão ser aplicadas a todos aqueles que, por esta ou aquela razão, tendo-se desrespeitado a si mesmos e tendo transgredido as leis nucleares da sociedade, passaram por situações infelizes e se encontram privados da liberdade no interior de uma prisão.

Constatou Afonso (2000) que o espaço reservado às bibliotecas nos estabelecimentos prisionais muitas vezes não é utilizado para desempenhar as funções de leitura, pesquisas ou outras atividades culturais, o que nos leva a refletir sobre esta problemática e sobre o modo como se poderá levar os detidos a adquirirem o gosto pela frequência regular da biblioteca, pela leitura e, conseqüentemente, poderem ser alvo da influência da terapia que está aqui em estudo, através dos livros. Por outro lado, verifica-se que existe, por parte dos reclusos, um elevado interesse pela leitura, especialmente de revistas e jornais.

Perante a situação observada e testemunhada quanto ao elevado interesse pela leitura de jornais e revistas por parte dos reclusos, questionamos em conjunto com Afonso (2000):

- Que atitudes/hábitos de leitura possuem os reclusos?
- Que estratégias utilizar para uma possível motivação para a leitura na prisão?
- Que generalizações poderemos estabelecer, de modo a ajudarmos a fazer frente ao problema da leitura nas prisões?
- Como introduzir, afinal, hábitos de leitura nas prisões?

É sobre esta questão, que nos detemos no capítulo seguinte.

4.4 - Introdução de Hábitos de Leitura na Prisão

Tratando-se de uma tarefa de difícil resolução, devido à carga psicológica que afeta o recluso, o seu comportamento, as suas preferências por atividades mais lúdicas/desportivas ou mesmo por atividades que envolvam trabalho remunerado, no interior ou no exterior do estabelecimento prisional, torna-se determinante conseguir que estes indivíduos leiam e, sobretudo, motivá-los para a leitura. No entanto, achamos que podemos iniciar essa ‘caminhada’ a partir dos seus próprios interesses e preferências. É um facto que a leitura de periódicos os atrai. Então partiremos daí e, de uma forma subtil, introduzi-los-emos noutros tipos de leitura, que exijam mais reflexão e mais abstração (leitura progressiva).

Assim, os principais objetivos de ponderação para uma ação biblioterapêutica com reclusos são de interação, entre os **sujeitos** (professores / bibliotecários / psicólogos / orientadores / animadores / reclusos-alunos) e as **tarefas** de ensinar / ajudar / aprender / (o quê, para quê, onde, como e quando), cabendo aos primeiros um papel de centralidade e intermediação, e também de investigação e desenvolvimento do currículo adequado, dependendo os resultados obtidos do nível de empenho na tarefa, por ambas as partes intervenientes.

Citando Paulo Freire (1970), “a alfabetização deve ser orientada para a libertação do indivíduo, procurando desenvolver a sua consciência crítica. Saber ler e escrever permite à pessoa libertar-se dos constrangimentos da dependência, fazer-se ouvir e participar eficazmente nas decisões que influenciam a sua vida [...]”.

4.5 - Implementação de Ações de Promoção da Leitura

No sentido de implementar ações de promoção da leitura nas instituições prisionais, apontamos como essenciais os seguintes passos a serem seguidos antecipadamente:

- 1- Identificar a leitura como sendo um dos caminhos possíveis de formação, informação e fruição no meio penitenciário;
- 2 - Conhecer as dinâmicas de funcionamento das prisões;
- 3- Conhecer os hábitos de leitura nas prisões em geral, e, em particular, nas portuguesas;
- 4- Apresentar estratégias para superar as dificuldades detetadas e apontar para uma leitura de interesse, não só com o objetivo da ocupação do tempo carcerário mas sobretudo de servir de preparação e elo de ligação ao mundo que espera os reclusos.

Esta abordagem não abrange apenas os reclusos-alunos mas também todos os outros, visto a leitura ser como que uma "ponte" para a cultura, para a sensibilidade, a educação em geral, fazendo de elo de ligação entre todos os reclusos. Colocar todos os detidos a ler, a dialogar, a participar em ações levadas a cabo pela e com a biblioteca, será uma forma lúdica de aprender a ‘ver com outros olhos’, de partilhar saberes, de descontraír e aprender novos valores partindo do que se lê, sejam revistas, manuais escolares, sejam jornais, livros de B.D., romances, entre outros. A **palavra** que eles transmitem é o veículo dos seus pensamentos, levando-os a novas maneiras de estar e agir, se se conseguir estabelecer o diálogo adequado. Esta forma de “passagem” da Biblioterapia pelos detidos torna-se quase impercetível como ‘tratamento’, mas revela-se extremamente eficaz.

Um outro ponto a ter em conta em relação aos temas preferenciais para as leituras é a exceção que tem de ser feita a toda e qualquer obra de **teor violento** ou de **cariz sexual**, que devem ser excluídos das coleções, devido às condições peculiares dos detidos, muito sensíveis a estes temas, por forma a evitar que surjam problemas/recaídas nestes âmbitos.

Numa prisão a segurança e a disciplina são regras básicas, pelo que muitas vezes as outras necessidades pessoais dos detidos não são consideradas prioritárias. Por isso é tão importante realçar aqui o trabalho dos diversos atores – autores, bibliotecários, autoridades - em prol das bibliotecas prisionais, do direito dos detidos à cultura e dos benefícios que advêm de uma leitura mais regular por parte destes, pois toda a sociedade acaba sempre por beneficiar de políticas mais inclusivas. Esta realidade é transfronteiriça e também o são os benefícios de implementação da mesma.

4.5.1 - A Poesia nas Prisões

Falando de ‘poesia’ e ‘prisões’, afigurasse-nos estarmos perante uma antítese... ou pelo menos uma pequena contradição... mas não.

Falamos em ‘contradição’ pelo facto de a poesia ser muitas vezes uma leitura mais complicada, até romântica e descontraída, percetível especialmente através da análise de metáforas e outras figuras de estilo que geralmente a compõem e nem todos os indivíduos são capazes de encontrar o verdadeiro significado de uma imagem no seio de um verso ou soneto: *Amor é fogo que arde sem se ver...*

Já desde 1931 se sabe que a poesia é um veículo privilegiado em Biblioterapia, relatando Brown (1975, p. 25) que o médico Schaufler nesse ano escreveu um livro intitulado *The*

poetry cure, dedicado ao “[...] exército de bibliotecários criativos [...]” que, consciente ou inconscientemente praticavam a cura de diversos males dos seus leitores através da poesia.

Contudo, é essa interpretação subjetiva e pessoal que faz da poesia uma leitura privilegiada em Biblioterapia, já que cada um a interpreta e aplica ao seu caso particular.

Também Nicholas Mazza (2003) identifica no seu livro *Poetry therapy, theory and practice* algumas áreas problemáticas em que a poesia-terapia tem influência bem como a forma de aplicar as palavras e os termos mais apropriados para cada classe etária. No prefácio desta obra podemos ler a certa altura: *This book is a breakthrough in the literature because of its complete coverage of poetry as an art and a science in the healing of those who are mentally distressed and the helping of those who need guidance and inspiration to find their way in life.* Mazza tem a perfeita noção de que a poesia é uma das formas de literatura mais poderosas no que respeita a ajudar pessoas doentes ou apenas perturbadas a encontrarem o seu próprio caminho na vida.

Nesta mesma linha de orientação sobre a poesia-terapia, refere Afonso (2000, p. 116) que, “sendo a poesia um dos géneros de leitura mais procurado pelos reclusos...”, (e é esta a surpresa que nos leva a falar em ‘antítese’), “... há que aproveitar essa tendência em todas as suas vertentes: deve fazer-se da leitura/poesia uma porta aberta sobre o mundo (des)encantado dos detidos. Pode ser um meio para vencer a frustração do que até então lhes parecia ser um beco sem saída. Pode ser um caminho que os leve a julgar que têm algo na vida a que se agarrar, porque a poesia repudia e ao mesmo tempo aceita todos os valores (morais, cívicos, educacionais, religiosos...)”:

Há que dar primazia ao ‘sentimento’ em detrimento do ‘pensamento’ e, assim, penetrar tão profundo quanto possível, na maneira de ser, agir e pensar de cada um para auscultar-lhe a alma. Eis, pois, a razão por que se diz tantas vezes que a verdadeira beleza está onde ninguém a vê. E que ‘belo’ é pressentir a mensagem das andorinhas... sentir... comungar... enfim, viver numa comunidade de sentimentos que se caracterize por uma acentuada coesão de nobre ideais (AFONSO, 2000).

É imprescindível também aproveitar para pôr em evidência toda a poesia vinda do cidadão recluso, torná-la viva, conhecida, reconhecida, partilhada, em jornais, escaparates do próprio estabelecimento de reclusão, jornal de parede, ou outras publicações, até concursos, para que os reclusos se sintam motivados e se deem conta do reencontro e reflexão da Natureza, com o mundo e as pessoas.

4.6 – Recomendações da IFLA sobre a Leitura nas Prisões

As recomendações da IFLA sobre a leitura nas prisões que agora apresentamos são linhas de orientação para serem seguidas nos estabelecimentos prisionais a nível geral e não apenas com fins terapêuticos; contudo entendemos serem estes princípios essenciais para a implementação da leitura nos centros de detenção, o passo prioritário que antecede a possibilidade da aplicação da Biblioterapia aos reclusos, partindo do princípio instituído na DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos⁷³, artigo 22º, onde se refere que toda a pessoa tem “direitos [...] culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade”. Depreendemos desta afirmação que a reabilitação cultural e social dos reclusos para fins de reinserção na sociedade é deste modo também uma prioridade da Declaração Universal dos Direitos Humanos e, daí, a sua alusão neste estudo. A utilização destas regras para o procedimento terapêutico de que trata o nosso estudo apenas depende da forma como os administradores dos estabelecimentos prisionais as adotam ou simplesmente ignoram.

Fundada em 1927, a IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions – foi uma das primeiras organizações internacionais na área da biblioteconomia, a promover a causa dos bibliotecários e das bibliotecas. (Anexo 1).

A sua função básica é encorajar, patrocinar e promover a cooperação internacional, o debate e a investigação em todos os campos da atividade biblioteconómica e compartilhar as suas descobertas com a mesma, para o desenvolvimento da Biblioteconomia no mundo inteiro, pois tem membros em pelo menos 144 países⁷⁴.

A LSDP – Libraries Serving Disadvantaged Persons – é uma secção da IFLA que promove a comunicação entre bibliotecas, associações e agências governamentais, com o fim de desenvolver serviços especializados para grupos que, numa dada comunidade, estão impossibilitados de utilizar os serviços convencionais das bibliotecas. Esses grupos incluem pessoas idosas em lares e casas de repouso, pessoas que não podem sair de casa, surdos, as pessoas física ou mentalmente afetadas, os que não sabem ler e os que se encontram em hospitais e prisões: “*These groups include persons in hospitals and prisons.*”⁷⁵

⁷³[Consult. 2011-04-18]. Disponível em WWW:<URL: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>.

⁷⁴ [Consult. 2011-04-18]. Disponível em WWW:<URL:<http://iflalacro.tripod.com/hp/oqeaifla1.html>>.

⁷⁵ IFLA - Guidelines for library services to prisoners, (3d Edition). [Em linha]. The Hague: IFLA Headquarters, 2005, p. 3.

Os membros da LSDP têm trabalhado no desenvolvimento de orientações específicas para porem à disposição dos diversos grupos os serviços bibliotecários que mais interessam a essas esferas de atuação. Estas orientações são publicadas, revistas e atualizadas regularmente à medida que se vão aperfeiçoando os recursos e as tecnologias da informação.

As *Guidelines for Library Services to Prisoners* são uma publicação da LSDP direcionada para a sensibilização dos serviços biblioteconómicos nas prisões, focadas nos princípios gerais e práticas a serem aplicados nos estabelecimentos prisionais dos países associados.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos⁷⁶, adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, as sociedades modernas têm seguido gradualmente uma prática mais humana e esclarecida em relação ao encarceramento e à justiça criminal. Deste modo, têm-se focado menos na punição e mais na educação, reabilitação e em formas construtivas de ocupação do tempo na prisão: *“As modern societies gradually adopt a more humane and enlightened practice of criminal justice and incarceration in accordance with the UN Universal Declaration of the Humans Rights, they shift their focus from punishment to education, rehabilitation, and constructive use of time”*⁷⁷.

De igual modo para a IFLA, a biblioteca da prisão torna-se numa parte tão importante em todo o ambiente prisional, como um apoio relevante nos programas educacionais, de lazer e de reabilitação: *“The prison library then becomes na important part of the entire prison environment as a place where individuals are free to make their own choices and engage in self-directed pusuits.”*⁷⁸

Ela representa uma ‘janela’ para o mundo exterior e pode fornecer informações muito úteis na preparação da liberação dos detidos: *“The library presents a window to the outsider world and can provide much useful information for those preparing for release to the outside world.”*⁷⁹

Uma pessoa encarcerada não deve ser uma pessoa abandonada no seu direito à aprendizagem e à informação, e a biblioteca da prisão deve fornecer materiais e serviços idênticos aos das bibliotecas comuns do ‘mundo livre’, sem esquecer as necessidades

⁷⁶[Consult. 2011-04-18]. Disponível em WWW:<URL:
http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ IFLA - Guidelines for library services to prisoners, (3d Edition). [Em linha]. The Hague: IFLA Headquarters, 2005, p. 4.

⁷⁹ Idem

multiculturais e/ou multilingues. O seu acesso só deve ser restringido no caso de representar um perigo para a segurança da prisão.

A biblioteca da prisão deve fornecer aos infratores a oportunidade de desenvolverem as suas capacidades literárias e de prosseguirem os seus interesses culturais, e também deve proporcionar os recursos necessários para a realização dessas atividades.

Em muitos países, a maioria dos indivíduos que compõem a população das prisões tem educação e competências limitadas e não proveem de meios onde a leitura capte muita atenção. O que a população detida lê depende em grande parte da qualidade e relevância das coleções que a biblioteca possui. Com pessoal devidamente qualificado, uma coleção de materiais que abranja as necessidades de educação, de lazer e de reabilitação dos prisioneiros, assim como um espaço físico atraente e convidativo, a biblioteca da prisão pode ser uma parte muito importante na vida prisional quotidiana reduzindo a ociosidade e encorajando formas construtivas de usar o tempo.

Afinal, a biblioteca da prisão poderá ser o recurso informativo fundamental que marcará toda a diferença entre o sucesso ou o fracasso de um ex-detido no mundo livre: “...*The prison library can be the vital information resource that makes the difference of whether or not a newly released ex-offender or succeeds on the outside.*”⁸⁰

As orientações que a LSDP fornece destinam-se a prisões, centros de correção, hospitais judiciais e outros tipos de instituições administradas por autoridades prisionais, e são válidas tanto para jovens como para adultos: “...*These facilities may be referred to as prisons, jails, remand centers, detention centers, forensic hospitals, or other types of institutions administered by the prison authorities. These guidelines are valid for both adult and juvenile facilities.*”⁸¹

As políticas dos serviços destas bibliotecas deverão ser reguladas por leis e revistas e atualizadas regularmente, por forma a corresponderem a uma adequação a novas realidades, sempre emergentes. Deverão ter planos de desenvolvimento e implementação a longo prazo, entre 3 a 5 anos, que devem ser baseados em estudos de avaliação das necessidades da população que o usa e deverão ser aprovados pela administração da prisão. Deverão também existir avaliações temporárias a fim de averiguar a eficácia dos serviços prestados.

O acesso aos serviços da biblioteca deve ser livre para todos os detidos, independentemente da sua classificação em termos de segurança e localização dentro da

⁸⁰ Idem, p. 5.

⁸¹ Idem, p. 6

prisão e só se deverão impor restrições a alguma infração às regras estabelecidas: “*Access to library should be available to all prisoners, regardless of their security classification and location within the prison...*”⁸²

As horas de permanência na biblioteca deverão ser coordenadas com os programas educacionais e de trabalho a fim de serem reduzidos ao mínimo os conflitos de horários.

Quanto aos detidos, deverá ser permitido deixar as instalações da prisão para trabalhar ou estudar e deverão poder usar as bibliotecas públicas ou as bibliotecas escolares, para o efeito.

Reconhecendo a impossibilidade de encontrar todas as necessidades de informação culturais ou linguísticas na biblioteca, esta deverá participar em sistemas de intercâmbios bibliotecários regionais ou nacionais.

Nas instalações das prisões modernas, o espaço físico ocupado pela biblioteca deverá ser desenhado especificamente para uma utilização funcional. Nas mais antigas, as instalações deverão ser remodeladas para que a biblioteca funcione convenientemente. A eficácia e sucesso dos serviços de uma biblioteca estão diretamente relacionados com um ambiente acolhedor e confortável.

A medida-padrão para a área ideal deverá, segundo as mesmas Linhas de Orientação da IFLA, poder acomodar no mínimo 5% da população prisional, de modo a incorporar todas as atividades dos utilizadores, do pessoal e a arrumação dos materiais. Os móveis e equipamentos deverão ser selecionados pela sua eficiência, conforto, atração, facilidade de manutenção e durabilidade.

A biblioteca prisional deverá fazer uso das tecnologias da informação mais atuais, tais como a Internet ou os *e-books*, desde que não ponham em risco a segurança da prisão. O acesso à Internet e ao *e-mail* deverá ser efetuado através do pessoal técnico, mas sempre que o sistema de segurança o permita deverão os detidos, poder aceder-lhes para fins educativos: “*Where prison network security permits, prisoners shall be given supervised Internet Access for education and treatment purposes, as well as prerelease planning.*”⁸³

Todas as bibliotecas prisionais, independentemente da sua dimensão, devem ser supervisionadas e geridas por um bibliotecário profissional com qualificações e competências adequadas e obtidas através de grau académico em Ciências da Informação ou diploma equivalente. Se a biblioteca tiver uma população até 500 indivíduos deverá ter um bibliotecário a tempo inteiro, se forem mais de 1000 deverá possuir dois. Em qualquer dos

⁸² Idem, p. 7.

⁸³ Idem, p. 9

casos o pessoal técnico deverá conhecer profundamente as necessidades específicas das pessoas encarceradas e possuir competências humanas e interpessoais especiais para poder trabalhar num ambiente prisional.

Os técnicos devem prestar os serviços a todos os utilizadores sem quaisquer discriminações e respeitando a sua privacidade.

A LSDP - Libraries Serving Disadvantaged Persons, indica que deverá ser feito um orçamento anual que assegure o pagamento de salários, materiais, equipamentos e formação de pessoal, entre outras despesas inerentes a uma biblioteca. Este orçamento deverá ser desenvolvido e gerido pelo diretor do pessoal, e os técnicos deverão apresentar relatórios e estatísticas anuais das atividades biblioteconómicas.

O orçamento inicial para a aquisição de materiais para uma biblioteca nova deverá ser de 50% da totalidade do acervo, e em cinco anos deverá alcançar o total das coleções estimadas.

O acervo da biblioteca deverá incluir materiais impressos e em outros formatos para abarcar todas as necessidades informativas, educativas, culturais, recreativas e de reabilitação da população da prisão. Exatamente como numa biblioteca pública ou escolar, também deverá proceder-se à aquisição regular de materiais, conforme as necessidades, assim como estabelecer intercâmbios com o fim de complementar as coleções mas não como uma alternativa ao plano de desenvolvimento da biblioteca.

A política de seleção dos materiais deverá ser baseada na composição demográfica da população prisional e não deverá ser aplicado qualquer tipo de censura nessa escolha, a não ser que algum título ameace a segurança da prisão. Esta política deverá dirigir-se a todas as etnias e culturas, idades, níveis de conhecimentos e linguagens que existam nesta população. Dever-se-ão ter em conta materiais que sejam úteis na preparação dos detidos para a sua reentrada na comunidade, assim como programas de apoio para tratamento de problemas com drogas, álcool, ira e todos os demais, que surgem frequentemente em contexto prisional.

Os critérios de seleção da coleção deverão incluir assuntos e estilos adequados à audiência a que se destina e atender aos seus interesses e necessidades e também a críticas e factos com interesse cultural e de atualidade.

O acervo da biblioteca deverá conter uma grande variedade de materiais, em língua materna e outras se necessário, como por exemplo: títulos de referência, ficção - romances, mistério, ficção científica, biografias, autoajuda, relações interpessoais, materiais sobre leis, poesia, banda desenhada, materiais de autoaprendizagem e de leitura fácil, *audiobooks*, material audiovisual, multimédia e computadores, livros com impressão em tamanho grande

para pessoas com dificuldades de visão, informações sobre a comunidade, materiais que aperfeiçoem a leitura, a escrita, e a matemática, *puzzles*, jogos, revistas – generalistas e específicas – e jornais, muito importantes para os detidos se manterem atualizados e em contacto com a realidade da comunidade local e o mundo em geral.

Deverão ser disponibilizados materiais em suportes alternativos para pessoas com deficiências físicas ou mentais, ou com dificuldades na leitura ou aprendizagem.

O número de materiais que constituem uma coleção minimamente adequada varia de acordo com muitos fatores, incluindo a dimensão da população prisional, os níveis e duração da detenção, os programas de educação e trabalho disponíveis, o número de visitas à biblioteca por semana, entre outros. Mas, e ainda segundo a IFLA, as condições mínimas para uma biblioteca poder funcionar a tempo integral deverão ser as seguintes:

- livros: 2000 títulos ou seja, 10 títulos por cada utilizador;
- revistas: 20 títulos ou uma assinatura por cada 20 utilizadores;
- jornais: locais, nacionais e estrangeiros, em número decidido por regiões ou países representados pela população prisional;
- material audiovisual: o suficiente para ir ao encontro das necessidades básicas e de apoio aos programas da prisão.

Os itens com maior procura deverão estar disponíveis em várias cópias.

Para além de todo o material dever estar catalogado, classificado e cotado de acordo com as Normas Internacionais em vigor para o efeito, deve ainda existir a preocupação com o bom estado de conservação da coleção, evitando-se ambientes demasiado secos ou húmidos.

Os serviços prestados pela biblioteca deverão ser baseados no perfil da população utilizadora e no plano a longo prazo que for incrementado. Consideram-se como essenciais os seguintes serviços a disponibilizar:

- serviço de referência e informação;
- aconselhamento de leitura;
- orientações e instruções sobre o uso da biblioteca;
- empréstimo interbibliotecário;
- disponibilização de materiais especiais para utilizadores com deficiências.

A biblioteca também deverá organizar e apoiar uma variedade de ações e programas que promovam a leitura, a literacia e as atividades culturais, tais como conferências ou ‘*workshops*’. O pessoal técnico deve promover o uso da biblioteca e dos seus materiais de forma a atrair as pessoas através da publicação e distribuição de brochuras coloridas sobre a

biblioteca e as suas atividades, bem como participar na orientação daqueles que mais recentemente foram presos. Dever-se-ão ainda preparar bibliografias, elaborar listas de novas aquisições, proceder a exposições de livros e de arte em geral, nomeadamente com exposições de pintura e de escultura, por forma a complementar e diversificar o seu gosto pela cultura em geral.

Para finalizar, podemos complementar estas orientações referindo sumariamente que elas são uma ferramenta muito prática e útil para o estabelecimento, operacionalidade e acesso às bibliotecas prisionais, e deverão também servir como uma **declaração de princípios** dos direitos fundamentais dos presos no acesso à leitura, aprendizagem e acesso à informação em geral. Estas linhas orientadoras, embora não sejam imperativas, pois têm caráter orientador, são destinadas aos bibliotecários, às autoridades prisionais, às áreas governamentais legislativas e administrativas e a outras autoridades que possam ser responsáveis pela fundação e administração de bibliotecas prisionais.

Para além da LSDP, outras entidades internacionais têm emitido orientações para os serviços biblioteconómicos nas prisões, tal como as Nações Unidas, que refere em “United Nations Standard Minimal Rules for the Treatment of Prisoners (1955)”: *“Every institution shall have a library for the use of all categories of prisoners, adequately stocked with both recreational and instructional books, and prisoners shall be encouraged to make use of it.”*⁸⁴

De acordo com as recomendações das entidades atrás enunciadas, devemos concluir que, consoante o nível de interesse e participação nas atividades que levam à reintegração social dos detidos por parte das direções dos estabelecimentos prisionais, do grupo de professores e orientadores, parceiros sociais e principalmente da interação e entreaajuda de todos, a Biblioterapia poderá ser mais um valioso passo no sucesso vivencial não só dos ex-reclusos, mas da sociedade em geral, onde aqueles irão voltar a integrar-se.

As indicações que apresentámos para tornar possível a aplicação da Biblioterapia no ambiente prisional, a partir de uma aprendizagem baseada na transmissão de valores, humanizada, refletida, e constituindo-se como mais um contributo para o desenvolvimento da própria personalidade do recluso, são apenas algumas das infinitas formas de concretizar uma terapia que se deseja plenamente reconhecida pelos seus benefícios a todos os níveis, intelectuais, morais, terapêuticos e orientadores na vida quotidiana, quer seja nas prisões ou fora delas.

⁸⁴ United Nations Standard Minimum Rules for the Treatment of Prisoners (1955), rule #40. [Consult. 2011-12-26]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.unhcr.org/refworld/docid/3ae6b36e8.html>>.

CAPÍTULO 5

As Bibliotecas e a Leitura nas Prisões Portuguesas

Para uma abordagem da realidade das bibliotecas e da leitura nas prisões portuguesas, necessário se torna identificar os mecanismos materiais e legais ao dispor dos bibliotecários e de outros técnicos orientadores de leitura, que passam pela identificação de: 1) situação prisional em Portugal, 2) a função da biblioteca no sistema prisional e 3) o papel da Biblioterapia nas prisões em Portugal.

5.1 – Situação Prisional em Portugal

Não é nossa intenção proceder a um estudo exaustivo sobre os Serviços Prisionais em Portugal, mas apenas fazer uma pequena alusão à sua missão, competências e atribuições para melhor compreendermos o seu âmbito de atuação, na nossa área de estudo.

A Direção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) é um serviço da administração direta do Estado Português⁸⁵, integrado no Ministério da Justiça, que tem por missão assegurar a gestão de todo o sistema prisional, desde a execução das penas à tomada das medidas privativas da liberdade. Está consciente da necessidade premente da existência de programas e projetos constantes que visem a promoção da literacia entre os detidos a fim de garantir todas as condições para a sua reinserção social contribuindo ao mesmo tempo para a manutenção da ordem e paz social entre eles enquanto reclusos. Estas são as premissas que vigoram como incumbência da DGSP que se podem ler no organograma desta Direção Geral (Anexo 2).

Para tal, têm sido implementados nas bibliotecas das prisões portuguesas projetos educativos em diversas áreas tais como a saúde, ensino, formação, trabalho e apoio à reintegração social, na cultura e no desporto. Entre os vários projetos destacamos o «Rumos do futuro – da prisão para a inclusão», que tem como principal objetivo desenvolver novas metodologias para tornar eficaz o processo de reinserção social, promovendo a corresponsabilização das entidades parceiras na inserção socio/laboral de reclusos, a sensibilização e envolvimento de empregadores e o apoio às famílias.

Outro projeto muito importante é o ‘GRUNDTVIG’⁸⁶, sub-programa comunitário que se destina essencialmente a melhorar a qualidade da educação de adultos detidos e a reforçar a dimensão europeia desta educação, através da realização de diferentes atividades de cooperação.

⁸⁵ :[Consult. 2012-04-18]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.dgsp.mj.pt/>>.

⁸⁶ [Consult. 2011-04-18]. Disponível em WWW:<URL:http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/general_framework/c11082_pt.htm>.

Deste programa faz parte o Projeto de Voluntariado ‘Mão-na-Mão’⁸⁷ que visa um trabalho conjunto entre reclusos e voluntários a ser desenvolvido em várias etapas: uma primeira etapa propõe a recuperação dos espaços prisionais, a reorganização das bibliotecas e sessões de leitura, outra etapa apresenta visitas virtuais a museus e monumentos através de portais em linha, e uma terceira etapa que é também de cariz cultural e é da iniciativa e escolha dos reclusos (teatro, música, poesia, entre outros).

Outra atividade muito interessante inserida neste âmbito é o Workshop - Projeto ‘Empreender para Empregabilidade’, onde os formandos/reclusos apresentam a grupos de empresários convidados pela entidade promotora e aos técnicos envolvidos na sua formação, as suas ideias de projeto/negócio futuros.

Em relação ao apoio à reintegração social dos reclusos, esta consubstancia-se através da colaboração com a Direção Geral de Reinserção Social (DGRS)⁸⁸, na preparação da liberdade condicional, na interação com redes de apoio social que prosseguem objetivos de reinserção social, na implementação de programas de apoio a reclusos com necessidades específicas para a preparação para a saída da prisão, designadamente através do estabelecimento de parcerias com outras entidades públicas e instituições particulares de solidariedade social – IPSS, além da celebração de protocolos com diversos organismos neste âmbito (Anexo 3).

A DGRS é o serviço responsável pela definição e execução das políticas públicas da administração de prevenção criminal e de reinserção social de jovens e adultos, designadamente, pela promoção e execução de medidas tutelares educativas e medidas alternativas à prisão e está sob a tutela do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça.

O sistema punitivo atual comporta basicamente dois tipos de penas: medidas privativas de liberdade (penas de prisão) e medidas de execução na comunidade (serviço comunitário). A DGRS está vocacionada para executar institucionalmente as medidas na comunidade.

A intervenção dos serviços de reinserção social é concretizada no apoio psicossocial e no controlo do cumprimento daquelas medidas.

Estas ações são desenvolvidas quer pelos próprios técnicos quer em articulação com outros organismos e instituições públicas e privadas que privilegiem a resolução de alguns dos problemas ou necessidades diagnosticadas, nomeadamente, nas áreas do emprego e da formação profissional, da segurança social, da saúde, da habitação, da formação escolar e da ocupação de tempos livres. Os técnicos ajudam o candidato a ex-recluso a encarar o seu

⁸⁷ [Consult. 2011-04-18]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.dgsp.mj.pt/>>.

⁸⁸ [Consult. 2011-04-18]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.dgrs.mj.pt/web/rs/servicos>>.

comportamento ‘delinquente’, a aceitar a responsabilidade pelos seus crimes e a lidar adequadamente com as suas dificuldades pessoais.

Estes são alguns exemplos do que o Estado tenta fazer em prol da reabilitação cultural e social dos seus cidadãos reclusos e pós-reclusos.

5.2 – A Biblioteca no Sistema Prisional

Para propiciar uma melhor socialização entre os reclusos e a sua perfeita reinserção na sociedade enquanto cidadãos, após os períodos de detenção, é preciso, antes de mais, que se proceda a um investimento muito profundo ao nível da leitura com recurso à **biblioteca prisional**, quando exista, premissa indispensável para a aplicação da Biblioterapia como tratamento preventivo ou como terapia modificadora de ‘comportamentos socialmente condenáveis’ e que possa contribuir de alguma forma para a reabilitação do indivíduo.

Segundo um estudo efetuado entre 2003 e 2005, sobre as bibliotecas de estabelecimentos prisionais, por Bruno Duarte Eiras, bibliotecário na Biblioteca Municipal de Oeiras, refere-se que “estas sofreram uma profunda evolução ao longo do tempo, no entanto, não acompanharam integralmente o desenvolvimento e novas funções dos espaços de reclusão. Inicialmente, os estabelecimentos prisionais apresentavam-se como instituições de organização e controlo social e como instrumento moralizador das relações sociais, onde os reclusos tinham poucas perspetivas de futuro”⁸⁹. Continua o autor, na sua análise: “Com o tempo foi-lhe reconhecido um papel formativo, enquanto elemento central do processo de reinserção. Nas últimas décadas, procurou-se que as bibliotecas de estabelecimentos prisionais recuperassem o tempo perdido, tentando acompanhar esta evolução e se tornassem num dos instrumentos chave, enquanto estruturas de apoio para o processo de recuperação e inserção do recluso. No entanto, apesar da sua importância e como consequência dos vários problemas que as afetam, a realidade das bibliotecas de estabelecimentos prisionais é praticamente desconhecida por parte da sociedade e dos profissionais de informação e documentação”.

Segundo ainda B. Eiras, em geral, as bibliotecas dos estabelecimentos prisionais portugueses têm um horário de abertura ao seu público inferior a 10 horas semanais, sendo que a grande maioria funciona apenas 1 ou 2 vezes por semana. Tendo em consideração as dificuldades de acesso às bibliotecas e aos documentos pelos reclusos, não será difícil

⁸⁹ [Consult. 2012-06-07]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.apbad.pt/Downloads/congresso9/COM59.pdf>>.

imaginar que a maior parte deles seleciona as suas leituras através de catálogos de onde constam a indicação do título e do autor, contrariamente ao que é recomendado pela IFLA, ou seja, limitam-se a pedir ajuda específica adequada para o seu caso/necessidade ao técnico bibliotecário, quando este existe.

Quanto à presença/ausência do bibliotecário nos estabelecimentos prisionais, constata o autor desta investigação, que depende da dimensão e importância desse mesmo local, mesmo até a existência ou não de uma biblioteca, pois a instalação desta não é levada a cabo em prisões com reduzido número de reclusos.

As competências destes bibliotecários são semelhantes às do bibliotecário das bibliotecas públicas, e conseqüentemente, nas mesmas áreas de atuação/intervenção: acesso à informação, à literacia, à educação e à cultura. Por conseguinte, e no caso português as competências constantes do Decreto-Lei n. 247/91, 10 de Julho⁹⁰, que regulamenta a carreira de Técnico Superior de Biblioteca e Documentação, podem ser consideradas e aplicadas a este tipo de bibliotecários.

O bibliotecário pode ganhar uma grande importância no seu dia-a-dia, enquanto elemento compensador dos desequilíbrios resultantes da vivência prisional, pelo que, nem tudo são dificuldades e existem mesmo muitas vantagens e compensações para um bibliotecário prisional competente. Este profissional deve conseguir realizar-se através da disponibilização de serviços específicos e da criação e desenvolvimento de uma biblioteca que sirva as necessidades de um grupo fechado mas bastante heterogéneo. Também B. Eiras conclui que a maioria dos reclusos dá valor à biblioteca e respeita o trabalho feito pelo bibliotecário. Muitos detidos têm durante a sua permanência nas prisões as primeiras experiências como utilizadores de bibliotecas, pelo que começam aí a descobrir um novo mundo de vantagens, oportunidades e conhecimento.

Ao contrário do que inicialmente se possa pensar, as semelhanças entre as bibliotecas de estabelecimentos prisionais e as bibliotecas públicas são maiores do que as diferenças. Pela sua condição de reflexo da sociedade, os estabelecimentos prisionais recriam no seu interior uma ‘micro sociedade’ com as mesmas características da existente extramuros. Dessa forma, o bibliotecário prisional tem de possuir essencialmente as mesmas características do profissional que exerce funções numa biblioteca aberta ao público em geral.

⁹⁰ [Consult. em 2012-06-12]. Disponível em: WWW:<URL: http://www.papiro.pt/canaissbbaf.html?id_menu=7&id_canal=119>.

Podemos concluir que os nossos estabelecimentos prisionais proporcionam já uma diversidade de atividades que promovem o gosto pela leitura, que, por sua vez, irá propiciar o desenvolvimento da literacia, através da continuidade do processo de acesso e promoção de leitura como processo integrador, que mesmo sem serem assim designadas, funcionam como técnicas biblioterapêuticas.

5.3 – Biblioterapia nas Prisões em Portugal

No que respeita ao caso das prisões portuguesas, há já bastante dinamização das bibliotecas e da leitura entre os detidos, tal como podemos verificar, mais à frente, no Relatório de Atividades de 2010 da DGSP⁹¹, que analisámos para recolha destes dados. Para que tal seja possível constatamos a existência de uma parceria entre a DGSP e a DGLB - Direção Geral do Livro e das Bibliotecas a qual se consubstancia em diferentes projetos de intervenção, cada qual com os seus objetivos específicos. Estes programas incluem ações de acompanhamento contínuo e progressivo que pretendem consolidar o gosto e a prática da leitura e da escrita, através de projetos com sessões continuadas (Biblioterapia, escrita criativa, leitura de histórias, entre outros) e também ações de natureza pontual, tais como espetáculos, recitais ou exposições, focalizados numa determinada temática/autor/escritor e na dramatização dos textos, pretendendo-se estimular de forma mais imediata e genérica o gosto pela leitura e pela escrita.

Ciclicamente são elaborados inquéritos, tanto aos reclusos como aos técnicos orientadores, que pretendem recolher a opinião de todos os intervenientes neste processo sobre o impacto das atividades decorridas, permitindo deste modo avaliar e fazer um balanço das ações promovidas pela parceria DGSP/DGLB.

Revendo os números apontados no referido documento da DGSP para a monitorização na área da leitura, no item “Movimento das Bibliotecas dos Estabelecimentos Prisionais em 2010”, refere-se o espólio quantitativo mencionando um conjunto de 398.848 livros existentes no total das prisões portuguesas, e como havendo uma média de 55 requisições/mês para uma média de 29 leitores/mês ou seja, os reclusos que requisitam livros fazem-no pelo menos 2 vezes/mês. E têm total liberdade de requisitar e levar os livros para as suas celas ou para onde melhor se sintam a ler.

⁹¹ DGSP - Relatório de atividades de 2010. [Consult. em 2012-03-23]. Disponível em: WWW:<URL: <http://www.dgsp.mj.pt/>>.

Verifica-se também um elevado número de atividades que promovem a literacia e a cultura em geral, tais como as ligadas ao artesanato, dança, desenho, encontros temáticos, exposições, música, pintura, projetos ‘DVD’ (Dinamizar, Visionar, Discutir), promoção de leitura, teatro, entre outras áreas, contabilizando-se 5887 reclusos participantes nestas ações ao longo do ano 2010.

Motivar alguém para a leitura, animar e realizar projetos de âmbito cultural têm todo o sentido em ambiente prisional mas deve existir a preocupação de que estes venham a ser continuados para além deste contexto prisional, têm que ser desenvolvidos “*ao longo da vida*”, sob pena de se perderem os hábitos e as mais-valias que decorrem dos mesmos. A auto motivação, principal objetivo a atingir, é desiderato do ser individual e da sua procura de atualização cultural ou outra: conhecer, comparar, debater, interpretar, escrever, dramatizar, dissertar, prever, situar problemáticas, opinar; tudo isto são metas que se pretendem atingir com a aquisição de fatores culturais. No entanto, a aplicação da Biblioterapia em meio prisional tem objetivos a médio e longo prazo muito específicos e que se pretende que fiquem inculcados definitivamente nos sujeitos, a fim de que a sua reintegração social seja plena, efetiva e permanente. Segundo Afonso (2000, p. 139), esses objetivos concretizados levarão estes indivíduos a:

- conseguir uma atividade leitora continuada (hábito);
- propiciar uma leitura voluntária e prazenteira (motivação);
- estimular uma atividade interpretativa e crítica perante o texto (formação);
- fazer descobrir naturalmente o prazer da leitura (interesse-gosto);
- operar uma reintegração na sociedade muito mais fácil e duradoura.

Através de questionários e entrevistas periódicas, dirigidos aos reclusos e ao pessoal bibliotecário, podemos então apreciar a evolução dos objetivos pretendidos pelos programas de reabilitação e verificar o nível de adesão às iniciativas culturais por parte dos detidos. E reconhece-se, com grande satisfação, que é efetivamente muito útil para a ‘ressocialização’ destes indivíduos o trabalho efetuado nas bibliotecas prisionais.

Muito mais se poderá e irá fazer, a médio e longo prazo; contudo, e comparando com a situação prisional de há algumas décadas, constatamos, com agrado, que muito se tem feito em prol da implementação da cultura e literacia nas prisões portuguesas.

A Biblioterapia desempenha também neste contexto um papel primordial, assim os dirigentes e todos os intervenientes responsáveis por este processo a saibam ter em consideração e detenham a força anímica para o implementar, não só para benefício dos atuais

presos, como dos ex-presidiários e como da sociedade em geral onde estes últimos, mais tarde ou mais cedo, serão necessariamente incluídos.

CONCLUSÃO

Face às questões de partida colocadas no início deste trabalho e resultante do estudo exploratório desenvolvido, conclui-se que, de facto, o livro exerce sobre as pessoas em geral e, de uma forma mais específica, sobre indivíduos em contexto de detenção institucional, uma função terapêutica.

Numa perspetiva global, os resultados encontrados na investigação permitem afirmar que, hoje em dia, a Biblioterapia está presente em toda a parte, hospitais, escolas, prisões, lares de idosos, na Internet e até nos ‘*outdoors*’ publicitários das ruas.

Como se constatou, a generalidade dos estabelecimentos prisionais já utilizam os benefícios desta terapia, mesmo sem saber que é disso que se trata, quando se fala da utilização das bibliotecas nas prisões, considerando-a eficiente tanto a nível da modificação dos comportamentos menos saudáveis dos detidos como a nível da prevenção do futuro dos mesmos. Outro aspeto muito curioso a concluirmos neste estudo é que não há nenhum indivíduo detido que negue os benefícios da utilização da biblioteca prisional e até afirme que a frequenta cada vez mais, declarando inclusive que tem consciência desta mais-valia na sua vida e que tenta divulgá-la aos seus camaradas de reclusão.

É inegável que o interesse pela Biblioterapia está a crescer em ritmo acelerado, sendo este crescimento mais notório nos Estados Unidos, enquanto noutros países esse crescimento acontece de forma tímida e silenciosa. Analisando-se os resultados de pesquisas realizadas, fica evidente que muitas questões propostas há anos atrás ainda continuam sem resposta. Acredita-se, porém, que a mesma é uma inevitabilidade social e, neste momento, já contemplada em diretivas biblioteconómicas de Instituições de referência, como é o caso da IFLA.

Verificamos que a Biblioterapia é uma forma terapêutica muito atrativa, não invasiva e polivalente que, entre os variadíssimos campos de atuação, poderá ajudar as bibliotecas a aproximarem-se da comunidade em geral. O trabalho desenvolvido por muitas bibliotecas, um pouco por todo o mundo, as relações que se estabelecem entre elas e as escolas, os hospitais ou as prisões, por exemplo, o trabalho de incentivo na prática da escrita, a aproximação dos leitores com os livros, tudo isso é fundamental para um incremento efetivo e eficaz desta terapia e para que a mesma seja cada vez mais difundida, conhecida e reconhecida como uma mais-valia na vida das pessoas.

O bibliotecário não pretende misturar as suas competências com as da ciência médica, mas antes, complementá-la, no processo global das ações de Biblioterapia. É ele o intermediário entre o livro e o leitor e é ele que conhece os frequentadores da sua biblioteca: quem vai lá porventura todos os dias em busca de conhecimento; quem vê os livros como companheiros de vida; quem os utiliza apenas como elemento de estudo; quem frequenta a biblioteca para se sentir parte da comunidade ou apenas para sentir o cheiro do papel.

Não importa qual a definição dada a este processo terapêutico, se uma arte ou uma ciência, pois tanto na prática como na discussão, a Biblioterapia continua a ser um assunto altamente complexo, contudo, é cada vez mais utilizado e aplaudido pelo sucesso no tratamento/cura de distúrbios emocionais, entre outros.

É por isso que se torna cada vez mais importante que se façam mais trabalhos sobre o tema, mais estudos sobre as suas teorias e a sua aplicabilidade, assim como é essencial que haja maior divulgação dos seus benefícios, nomeadamente nos estabelecimentos prisionais, onde as pessoas estão intensamente sujeitas à exclusão e à fragilização, e que, através destas técnicas terapêuticas, estas pessoas sejam, mais facilmente, ressocializadas e reintegradas na sociedade.

Considerações gerais:

Os resultados da nossa investigação permitem que sejam colocadas as seguintes sugestões para o desenvolvimento de novos trabalhos nesta área do conhecimento, contribuindo assim para um maior reconhecimento desta técnica documental mas também e, essencialmente, terapêutica:

- Nos centros hospitalares, a implantação de programas de Biblioterapia que contemplem todas unidades de internamento e os acompanhantes dos doentes;
- Na universidade, a inclusão no currículo de todos os cursos de Biblioteconomia da disciplina “Biblioterapia”, para que os alunos tenham conhecimento dos vários campos de aplicação da leitura e seus resultados;
- Na investigação, a realização de novos estudos para verificar a sua aplicabilidade como recurso terapêutico, os tipos de problemas de saúde mais suscetíveis de serem tratados com a Biblioterapia e os métodos mais eficazes para a prática biblioterapêutica;
- Nos centros de recursos sociais, como lares, prisões, entre outros, a disponibilização de espaços físicos com estruturas adequadas para a sua implementação, assim como a instalação de aparelhos de som, TV e vídeo, para o desenvolvimento de atividades paralelas;

- No país, o trabalho em conjunto das bibliotecas e dos profissionais da educação, da psicologia e da medicina, para a seleção mais adequada dos materiais de leitura;
- E, por fim, o mais prioritário: ao nível do Estado, que as instituições governamentais ‘acordem’ para esta realidade, que a ponham em execução e que deem condições a todos os profissionais dos Centros de Recursos de Documentação e Informação que podem e querem aplicar este método terapêutico e, com ele, ajudar os utentes a terem melhor qualidade de vida e a serem mais felizes.

‘Webterapia’

Numa abordagem quase ‘futurista’ mas que já estamos a vivenciar, não podemos terminar este estudo sem fazer uma referência à “Webterapia”, pela sua atualidade, disseminação e influência em todas as camadas da população.

As redes sociais e os *blogs*, tão populares hoje em dia, podem ser aproveitados para reforçar e até potenciar o crédito que as bibliotecas online já têm junto de quase todas as classes etárias, por exemplo os estudantes que necessitam de realizar trabalhos escolares ou os professores para acederem às biografias de autores ou até mesmo os mais velhos para ocupação dos tempos livres.

As bibliotecas em linha em tudo se assemelham às bibliotecas tradicionais nos seus conteúdos e alcance, apenas diferindo no suporte e na forma de acesso à informação. Podem ser usadas por quase toda a gente, incluindo os incapacitados motores e até por invisuais! É o mesmo conceito de sempre conseguido através de uma nova via.

Por tudo isto, a Webterapia começa a ser uma realidade, dado que já se operam mudanças comportamentais através dos livros de autoajuda e de aconselhamento pessoal, entre outros, que estão disponíveis na Internet. As pessoas já se habituaram à ideia de terem as informações de que necessitam sempre “à mão”.

Por isso afirmamos com bastante convicção que a Webterapia é já uma realidade dos nossos dias e será cada vez mais uma solução (moderna) para o tratamento e cura dos problemas que afligem o ser humano, tal como acontece há milhares de anos, com a Biblioterapia, através dos exemplos de vida narrados na literatura. Mudam os suportes, mas a técnica é a mesma e imutável quer nos seus princípios, quer nos seus desígnios.

“A Biblioterapia, uma novidade? Nem um pouco! Quanto mais longe remontarmos na História, mais encontraremos esta intuição da virtude terapêutica do livro e da narrativa. Talvez um dia não haja mais literatura mas, somente medicina...” (OUAKNIN, 1996, p. 27).

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Isilda Maria da Conceição Magalhães Lourenço – **A leitura na prisão**. Braga: Universidade do Minho, 2000. XII, [216] f. Dissertação de mestrado.

ALVES, M. H. H. – A aplicação da Biblioterapia no processo de reintegração social. In: Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação. [Em linha]. V. 15, nºs 1-2, p. 54-61 (Janeiro-Junho 1982). [Consult. 2011-03-29]. Disponível em WWW:<URL: <http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/viewArticle/372/445>>.

ARISTÓTELES - **Poética**. Lisboa: INCM, 1990. 316 p.

BAKTHIN, Mikhail – **La poétique de Dostoievski**. Paris: Éditions du Seuil, 1970. 352 p.

BAKTHIN, Mikhail – **O filósofo do diálogo** [Em linha]. [S. l.]: Fundação Victor Civita, 2011. [Consult. 2011-03-21]. Disponível em WWW:<URL: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/formacao-inicial/filosofo-dialogo487608.shtml>>.

BEUTER, Magrid - **Atividade lúdica : uma contribuição para a assistência de enfermagem às mulheres portadoras de cancro** [Em linha]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1996. Dissertação de Mestrado. [Consult. 2011-03-22]. Disponível em WWW:<URL: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=165426&indexSearch=ID>>.

BROWN, Eleanor Frances. **Bibliotherapy and its widening applications**. Metuchen, N.J.: The Scarecrow Press, 1975. 404 p.

CALDIN, Clarice Fortkamp - **A leitura como função terapêutica : biblioterapia**. [Em linha]. (2001). [Consult. 2011-04-14]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.journal.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/36/5200>>.

CALDIN, Clarice Fortkamp – A aplicação da Biblioterapia em crianças enfermas [Em linha]. In: Revista ACB. V. 7, nº 2 (2002). [Consult. 2010-05-31]. Disponível em WWW:<URL: <http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/viewArticle/372/445>>.

CALDIN, Clarice Fortkamp – A presença e a ausência da voz no tempo e na cidade : uma leitura Merleau-Ponty [Em linha]. In: Revista ACB. V. 11, nº 1 (2006). [Consult. 2011-04-14]. Disponível em WWW:<URL: <http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/458/573>>.

CALDIN, Clarice Fortkamp - **Leitura e terapia** [Em linha]. (2009). [Consult. 2011-04-13]. Disponível em WWW:<URL:<http://en.scientificcommons.org/45756346>>.

CARAÇA, Bento de Jesus - **Conferências e outros escritos**. [Em linha]. Lisboa: Minerva, 1970, p. 137. [Consult. em 2012.03.10]. Disponível em: WWW:<URL: http://www.cnedu.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=332%3Aas-universidades-populares-e-as-cultura&catid=42%3Anoticias-e-cne&Itemid=71&lang=pt.

CROTHERS, S. McC., "A Literary Clinic". [Em linha]. In: *The Atlantic Monthly*, Vol.118, No.3, (September 1916), p. 291-301. [Consult. 2011-04-04]. Disponível em WWW:<URL: http://en.wikipedia.org/wiki/Samuel_McChord_Crothers>.

CRUZ, M. A. L. – **Biblioterapia de desenvolvimento pessoal : um programa para adolescentes de periferia** [Em linha]. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1995. Dissertação de mestrado. [Consult. 2010-06-11]. Disponível em WWW:<URL: <http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/viewArticle/452/567>>.

CURTO, Diogo Ramada, dir. **Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2006, 1036 p.

FARIAS, Juracy N. de - **Eventos estressantes da hospitalização** [Em linha]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1981. [Consult. 2011-03-21]. Disponível em WWW:<URL:

<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=5558&indexSearch=ID>>.

FERNANDES, Gisélia; TAVARES, Manuel - O outro de si no contexto da experiência carcerária : educação e reabilitação, ocultação e desvelamento. [Em linha]. In: Extratextos, nº 11 (Fev. 2010). [Consult. 2012-06-20]. Disponível em: WWW:<URL: <http://www.ceief.ulusofona.pt/index.php/entretextos>>.

FERREIRA, Danielle Thiago - **Biblioterapia : uma prática para o desenvolvimento pessoal** [Em linha]. Campinas: Universidade Estadual, 2003. p. 35-47. [Consult. 2010-06-01]. Disponível em WWW:<URL:

<http://www.fe.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/viewArticle/1809>>.

FREIRE, Paulo [Em linha]. [S.l.]: National Louis University, 2005. [Consult. 2011-03-21]. Disponível em WWW:<URL:

<http://nlu.nl.edu/academics/cas/ace/resources/paulofreire.cfm>>.

FREUD, Sigmund - **Le mot d'esprit et ses rapports avec l'inconscient**. Paris : Gallimard, 1930, 283 p.

GOODMAN, Kenneth S. - Unidade na literatura : um modelo psicolinguístico transacional. In : Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 26, n.4 (Dez. 1991), p. 8-43.

HASSE, Margareth – **Biblioterapia como texto : análise interpretativa do processo biblioterapêutico** [Em linha] (2004). [Consult. 2011-03-18]. Disponível em WWW:<URL: http://tede.utp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=9>.

HOMERO - **Obras**. Barcelona: Editorial Labor, 1947, 210 p.

<http://www.apbad.pt/Downloads/congresso9/COM59.pdf>.

[Http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/pnlvt/uploads/conferencias/avaliacao_externa.pdf](http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/pnlvt/uploads/conferencias/avaliacao_externa.pdf).

[Http://www.rtp.pt/noticias/?t=Escritores-incentivam-leitura-na-Prisao-de Caxias.rtp&headline=20&visual=9&article=482125&tm=4](http://www.rtp.pt/noticias/?t=Escritores-incentivam-leitura-na-Prisao-de-Caxias.rtp&headline=20&visual=9&article=482125&tm=4).

IFLA - **Guidelines for library services to prisoners**, (3rd Edition). [Em linha]. The Hague: IFLA Headquarters, 2005. 24 p. 30 cm. [Consult. 2011-04-14]. Disponível em WWW:<URL: <http://archive.ifla.org/VII/s9/nd1/iflapr-92.pdf>>.

JERVIS, Giovanni - **Manual Crítico de Psiquiatria**. Barcelona: Anagrama, 1977.

LAPLANCHE, Jean ; PONTALIS, J. B. – **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LINUESA, María Clemente - **Leitura e cultura escrita**. Mangualde: Pedagogo, 2007. 184 p.

KATZ, G. [et al.] - Bibliotherapy : the use of books in psychiatric treatment. In Journal of Psychiatry, n. 37 (3) (1992), p.173-176.

MARCINKO, Stephanie – Bibliotherapy: practical applications with disabled individuals. In Current studies in librarianship, v. 13, n. 1/2 (Spring/Fall 1989), p. 1-5.

MARIA, Luzia de - **Constituição do leitor** [Em linha]. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1994. [Consult. 2011-03-21]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.google.com/search?hl=pt-PT&q=+Luzia+de+MARIA-+Constitui%C3%A7%C3%A3o+do+leitor&btnG=Pesquisar&aq=f&aql=&oq=>>>.

MAZZA, Nicholas - **Poetry therapy : theory and practice**. New York, London: Routledge, 2003. 202 p.

MICHAELIS, Carolina - **Pequeno dicionário da língua portuguesa** [Em linha]. São Paulo: Melhoramentos, 1998. [Consult. 2011-03-21]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewArticle/36>>.

NP 405-1.1994, Informação e Documentação – Referências Bibliográficas: documentos impressos. Lisboa: IPQ. 49 p.

NP 405-3.2000, Informação e Documentação – Referências Bibliográficas. Parte 3: documentos não publicados. Lisboa: IPQ. 15 p.

NP 405-4.2002, Informação e Documentação - Referências Bibliográficas. Parte 4: documentos eletrônicos. Lisboa: IPQ. 26 p.

OUAKNIN, Marc-Alain - **Biblioterapia**. São Paulo: Loyola, 1996.

PEREIRA, Marília M. Guedes. **Biblioterapia : proposta de um programa de leitura para portadores de deficiência visual em bibliotecas públicas**. João Pessoa (Brasil): Ed. Universitária, 1996. [Consult. 2011-12-29]. Disponível em WWW:<URL: http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/944/1/2009_LeandroLopesTrindade.pdf.

PERISSÉ, Gabriel - **Ler, pensar e escrever**. [Em linha]. (2004). [Consult. 2011-03-18]. Disponível em WWW:<URL: <http://kplus.cosmo.com.br/materia.asp?co=107&rv=Colunistas>>.

PHILPOT, Jan Grubb - **Bibliotherapy for classroom use**. Nashville : Incentive publications, 1997. 60 p.

PINTOS, C. G. - **A Logoterapia em contos : o livro como recurso psicoterapêutico**. São Paulo: Paulus, 1999.

RATTON, A. M. L. – Biblioterapia. [Em linha]. In: Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 4, nº 2 (Set. 1975), p. 198-214. [Consult. 2011-03-30]. Disponível em WWW:<URL: <http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/viewArticle/372/445>>.

ROSA, Aparecida Luciene Resende – **As cartas de Ana Cristina César : uma contribuição para a Biblioterapia** [Em linha]. Brasil: Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações, 2006. 71 p. Dissertação de mestrado. [Consult. 2011-01-19]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.unincor.br/pos/cursos/MestreLetras/arquivos/dissertacoes/APARECIDA%20LUCIENE%20RESENDE%20ROSA.pdf>>.

ROUSSEAU, Jean-Jacques – **Emílio (Émile ou de l'éducation)**. Mem Martins : Europa-América, 1989. 2 v.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, coord. – **A leitura em Portugal**. Lisboa: GEPE, 2007. 252 p. ISBN 978-972-614-419-9.

SEITZ, Eva Maria - Biblioterapia : uma experiência com pacientes internados em clínicas médicas. [Em linha]. In: Revista ACB, v. 11, nº 1 (2006). [Consult. 2011-03-23]. Disponível em WWW:<URL: <http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/viewArticle/452/567>>.

SHRODES, Caroline – **Biblioterapy : a theoretical and clinical-experimental study** [Em linha]. Berkeley: Universidade of California, 1949. 344 f. Tese de Doutorado. [Consult. 2010-06-01]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.faccrei.edu.br/gc/anexos/diartigos18.pdf>>.

SILVA, Stela A. da (1992), **A pessoa enferma e a hospitalização : o enfermeiro nesse contexto**. [Em linha]. Rio de Janeiro: Universidade Federal. Dissertação de Mestrado. [Consult. 2011-01-19]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.unincor.br/pos/cursos/MestreLetras/arquivos/dissertacoes/APARECIDA%20>

LUCIENE%20RESENDE%20ROSA.pdf>.

TAKITO, Clarinda - **Como o paciente internado percebe o ambiente que lhe é oferecido pelo hospital**. [Em linha]. São Paulo: Universidade, 1985. Dissertação de Mestrado. [Consult. 2011-03-21]. Disponível em WWW:<URL:

<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=8465&indexSearch=ID>>.

TRINDADE, Leandro Lopes – **Biblioterapia e as bibliotecas de estabelecimentos prisionais : conceitos, objetivos e atribuições**. [Em linha]. Brasília: Universidade, 2009. Monografia de Bacharelato. [Consult. 2011-12-29]. Disponível em WWW:<URL: http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/944/1/2009_LeandroLopesTrindade.pdf.

UNITED NATIONS - **United Nations Standard Minimum Rules for the Treatment of Prisoners** (1955), 19 p.

VASQUEZ, Maria do Socorro Azevedo Felix Fernandez (1989), **Biblioterapia para idosos : um estudo de caso no Lar da Providência ‘Carneiro da Cunha’**. [Em linha]. Paraíba: Universidade Federal. Dissertação de Mestrado. [Consult. 2011-01-19]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.unincor.br/pos/cursos/MestreLetras/arquivos/dissertacoes/APARECIDA%20LUCIENE%20RESENDE%20ROSA.pdf>>.